

Temas Gerais em Psicologia 2

Janaina Merhy
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Janaina Merhy
(Organizadora)

Temas Gerais em Psicologia 2

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
T278	Temas gerais em psicologia 2 / Organizadora Janaina Maria Fernandes Merhy Picciani. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. Formato: PDF Requisitos do sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-85107-55-0 DOI 10.22533/at.ed.550181510 1. Psicologia. I. Picciani, Janaina Maria Fernandes Merhy. CDD 150
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

“Temas Gerais em Psicologia 2” é uma obra que remete à pluralidade do campo da Psicologia, uma ciência de olhares múltiplos e inúmeras possibilidades; exatamente como o seu objeto de estudo, o ser humano. Cada vez mais justifica-se o uso do termo “Psicologias” para uma área do conhecimento que não teme a diversidade de ideias e perspectivas.

Do início da Psicologia, preocupada em firmar-se como ciência, cumprindo os protocolos vigentes, até a contemporaneidade, nota-se um enorme crescimento de conhecimento e pesquisas que sustentam a atual demanda pela aplicação deste saber aos mais diversos campos.

Nesta obra é possível acompanhar o “olhar clínico” da Psicologia, na análise do vínculo terapêutico ou das distorções cognitivas em um caso de depressão; o “olhar para o grupo” das identificações adolescentes ou do ambiente pré-escolar e seus signos de saúde e patologia; o “olhar transubjetivo”, da cultura na qual estamos inseridos, através da análise de obras literárias; o “olhar social” para o comportamento sexual liberal ou para os dilemas da Psicologia Jurídica; o “olhar do pesquisador” que procura respostas nos registros documentais sobre recrutamento e seleção dos profissionais com deficiência ou nos registros sobre o material didático usado em Análise do Comportamento para a formação do Psicólogo.

Cada capítulo abre diferentes reflexões, interseções e possibilidades para o olhar atento do leitor. Desta forma, a leitura desta obra certamente provocará novos pesquisadores e psicólogos a contribuir para o desenvolvimento deste campo plural. No trânsito entre as diversas áreas da Psicologia abordadas nesta obra, evidencia-se o potencial desta ciência, que só faz crescer e instrumentalizar-se, a fim de conseguir alcançar a complexidade do homem contemporâneo.

Janaina Merhy

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O VÍNCULO TERAPÊUTICO EM UM CASO DE IDEAÇÃO SUICIDA: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Ana Lia Paes de Barros Mendes Regina Celia Paganini Lourenço Furigo	
CAPÍTULO 2	17
PENSO, LOGO ME COMPORTO: A FLEXIBILIZAÇÃO DE IDEIAS DISFUNCIONAIS EM UM CASO DE DEPRESSÃO	
Fábio Henrique Paulino Tatiana de Cássia Ramos Netto Jacqueline Araújo de Souza	
CAPÍTULO 3	24
UM CASO DE RESISTÊNCIA: O GAROTO QUE DEIXOU DE SER O LATERAL	
Marielle Frascareli Lima Ana Celina Pires de Campos Guimarães	
CAPÍTULO 4	33
UMA EXPERIÊNCIA FORMATIVA EM PSICOPATOLOGIA: A CORRELAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA NA DETECÇÃO DE SIGNOS NO AMBIENTE PRÉ-ESCOLAR	
Isabela Victória Teixeira Keytli Cardoso Paulino Tiago Gonçalves Corrêa	
CAPÍTULO 5	44
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E ADOLESCÊNCIAS: O “SI” ENTRE IDENTIDADES E IDENTIFICAÇÕES	
Flávia Ávila Moraes Bruno Aires Simões Juliana Pereira de Araújo	
CAPÍTULO 6	60
DILEMAS ÉTICOS DA PSICOLOGIA JURÍDICA NO SISTEMA PRISIONAL	
Erik Cunha de Oliveira	
CAPÍTULO 7	73
O COMPORTAMENTO SEXUAL LIBERAL NOS MOVIMENTOS MODERNOS	
Maria Fernanda Sanchez Maturana Vagner Sérgio Custódio Isadora de Oliveira Pinto Barciela	
CAPÍTULO 8	82
RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DOS PROFISSIONAIS COM DEFICIÊNCIA NO ATUAL SÉCULO: UM ESTUDO EM ATENÇÃO À SAÚDE	
Guilherme de Souza Vieira Alves Vanessa Cristina Sossai Camilo	

CAPÍTULO 9	92
A PSICOLOGIA EM MATO GROSSO DO SUL: CATALOGAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO DE ANÁLISE DO COMPORTAMENTO	
Felipe Maciel dos Santos Souza	
CAPÍTULO 10	104
ANALISANDO A AFETIVIDADE NA OBRA LITERÁRIA A CULPA É DAS ESTRELAS: UMA PERSPECTIVA DOS PROCESSOS PSICOLÓGICOS BÁSICOS	
Paulo de Tarso Xavier Sousa Junior Kalina Galvão Cavalcante de Araújo	
CAPÍTULO 11	112
ANÁLISE DO CONTO: “A CHAVE NA FECHADURA”, DE CECÍLIA PRADA	
Sarah Thayne Rodrigues Silva Santos	
SOBRE A ORGANIZADORA	116

O VÍNCULO TERAPÊUTICO EM UM CASO DE IDEAÇÃO SUICIDA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ana Lia Paes de Barros Mendes

Universidade do Sagrado Coração, Departamento
de Psicologia
Bauru – São Paulo

Regina Celia Paganini Lourenço Furigo

Universidade do Sagrado Coração, Departamento
de Psicologia
Bauru – São Paulo

RESUMO: O presente trabalho refere-se ao relato de um caso clínico atendido no Serviço de Plantão Psicológico, em uma clínica-escola, situada no interior do estado de São Paulo, por uma estagiária do 5º ano do curso de Psicologia, a uma paciente de 46 anos de idade. O objetivo centra-se em ressaltar a importância do estabelecimento do vínculo terapêutico no atendimento de uma paciente com ideação suicida. O Serviço possui como protocolo previsto um atendimento inicial, dois retornos de 50 minutos e último atendimento após um mês. Porém, a partir das queixas e necessidade do fortalecimento do vínculo terapêutico, houve um total de sete atendimentos tornando-se um Serviço de Plantão Psicológico estendido. A paciente apresentava sintomas de depressão grave com sintomas psicóticos, alucinações auditivas, que se referiam à ideação suicida, resultando em condições pouco estruturadas de pensamento, atenção, memória, orientação

espaço-temporal e lateralidade. Entretanto, demonstrou condições de estabelecer e de manter o contrato terapêutico, estabelecendo vínculo terapêutico com a estagiária, após a escuta ativa e acolhimento. Em um breve histórico de vida, relatou que houve um acontecimento traumático em sua adolescência, não esclarecido por ela inicialmente, culminando em tentativas de suicídio. Nos últimos atendimentos, relatou sobre o que havia acontecido em sua adolescência e se repetido posteriormente, tratando-se de violência sexual. Autores apontam que pessoas que tentam suicídio buscam a confiança e o vínculo com o terapeuta. O tratamento realizado de forma franca, clara e honesta facilitou a comunicação sem interferências, promovendo o estabelecimento da confiança.

PALAVRAS-CHAVE: Plantão psicológico. Vínculo terapêutico. Ideação suicida.

ABSTRACT: The present study refers to the report of a clinical case attended in the Psychological Plant Service, in a school-clinic, located in the interior of the state of São Paulo, by a trainee of the 5th year of the Psychology course, to a patient of 46 years old. The objective is to emphasize the importance of establishing the therapeutic link in the care of a patient with suicidal ideation. The service has an initial service, two 50-minute returns

and the last service after one month. However, based on the complaints and the need to strengthen the therapeutic link, there were a total of seven visits becoming an Extended Psychological Services. The patient presented symptoms of severe depression with psychotic symptoms, auditory hallucinations, which referred to suicidal ideation, resulting in unstructured conditions of thought, attention, memory, spatio-temporal orientation and laterality. However, it demonstrated conditions to establish and maintain the therapeutic contract, establishing a therapeutic link with the trainee, after active listening and reception. In a brief history of life, she reported that there was a traumatic event in her teens, not clarified by her at first, culminating in suicide attempts. In the last hearings, he reported on what had happened in his adolescence and was repeated later, in the case of sexual violence. Authors point out that people who attempt suicide seek trust and bonding with the therapist. The treatment performed in a frank, clear and honest manner facilitated communication without interference, promoting the establishment of trust.

KEYWORDS: Psychological work. Therapeutic link. Suicidal ideation.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo refere-se a um caso clínico atendido no Serviço de Plantão Psicológico, compreendendo este como uma nova modalidade de atendimento reconhecida pelo Conselho Federal de Psicologia (FREIRE, 2004), diferente dos modelos tradicionais de psicoterapia, devido ao seu caráter focal em emergências e urgências psíquicas. Oferece Atenção Psicológica, em forma de Pronto Atendimento. Consiste em um espaço de escuta, acolhimento e intervenção clínica em situações de crise, fator que mobiliza e agiliza o tempo de reação e adesão ao Serviço já que este recebe a pessoa no momento exato de sua necessidade.

Sobre Atenção Psicológica, concorda-se com Furigo (2006), que a descreve como uma das instâncias mobilizadoras próprias ao Plantão Psicológico, compreendendo-a como a formação de uma aliança, um vínculo, um ir junto, acompanhar o percurso do paciente. Assim, refere-se a um Serviço Psicológico de intervenção rápida em situações de crise, sendo importante seu entendimento pormenorizado em relação ao conceito de crise e demanda emergencial de urgência. Acerca da crise, entende-se como:

Alto nível de ansiedade, de dificuldade para pensar, objetivar e discriminar problemas, alterações na autoestima, distúrbios nas relações com os outros, déficits na produtividade pessoal, falta de um projeto positivo de futuro, se conjugam e se potencializam, criando uma escalada de efeitos negativos. Tem um tempo certo de duração (FIORINI, 1983, p. 125).

Já em relação à demanda emergencial de urgência, referendou-se em Cury (1999, citada por Furigo, 2006, p. 86) que a descreve como:

“acontecimentos psíquicos que ocorrem ao usuário, que não se encaixam na definição de crise acima, mas que, dada a subjetividade da pessoa, para ele,

determinado confronto torna-se uma crise, passando a ter quase que a mesma gravidade de uma Crise”.

Este Serviço de Plantão Psicológico tem como finalidade oferecer pronto atendimento para a população, através do desenvolvimento de habilidades teóricas específicas nos estagiários, com o cumprimento de tarefas inerentes às intervenções clínicas breves, no sofrimento psicológico manifesto em emergências, urgências e crises psicológicas.

2 | OBJETIVOS

O objetivo deste relato centra-se em ressaltar a importância do estabelecimento do vínculo terapêutico no atendimento a uma paciente com ideação suicida, no Serviço de Plantão Psicológico.

3 | MÉTODOS E MATERIAIS

O Serviço de Plantão Psicológico foi oferecido em uma clínica-escola, situada no interior do estado de São Paulo, por uma estagiária do 5º ano do curso de Psicologia, a uma paciente de 46 anos de idade, com início em abril de 2017 e encerramento em junho do mesmo ano. O Serviço possui como protocolo previsto um atendimento inicial, dois retornos de 50 minutos e um último atendimento denominado follow up, ocorrendo após um mês do último retorno do paciente. Em virtude da complexidade do caso, optou-se por aumentar o número de sessões a serem realizadas, constituindo-se em um Serviço de Plantão Psicológico estendido. A paciente procurou o serviço a partir de um encaminhamento feito pela Secretaria Municipal de Saúde Mental (AMSM) no início do ano de 2017, para realizar acompanhamento psicológico, devido ao diagnóstico de sintomas depressivos. Inicialmente, apresentou como queixa a falta de perspectiva de vida, ideação suicida e alucinações auditivas, fazendo uso de dois medicamentos psicotrópicos.

O primeiro atendimento da paciente ocorreu em uma sala específica, com duração de uma hora. Inicialmente, a estagiária a acolheu, afirmando que ficasse a vontade para falar. Foi esclarecido o que era o Serviço de Plantão Psicológico e como este funcionava.

Após a confirmação da queixa, a estagiária lhe solicitou informações sobre a amiga com quem residia. Esta afirmou que era uma boa amiga, mas pensava que estaria atrapalhando em sua casa e que por isso não deveria mais viver. Reforçou-se a ideia de que ter comparecido ao Serviço de Plantão Psicológico, demonstrava que desejava e deveria continuar vivendo, e que as pessoas ao seu redor, como suas filhas e amiga com quem residia, importavam-se com a sua vida, incluindo a estagiária.

Em seguida, foram solicitados os dados sobre suas informações básicas, como

médicos que frequentava e medicamentos que fazia uso. Foi indicado que revisse as medicações utilizadas, a fim de que fossem ajustadas aos sintomas atuais descritos por ela, os quais, não haviam sido apresentados na última consulta médica. A paciente afirmou que tinha retorno médico agendado e diria quais eram os seus sintomas atuais, incluindo as alucinações auditivas e forte ideação suicida.

Knowlton (1997) aponta que a decisão pelos psicofármacos deve ser feita levando em conta a fenomenologia da patologia – os sintomas e seus conteúdos e sua intensidade. Rocha (2004) complementa que, para se justificar o uso de medicação, os sintomas devem ser “graves o suficiente para interferir no funcionamento e no desenvolvimento do paciente”. Conforme apontado por Riba (2002), o tratamento combinado é melhor para alguns tipos de quadros que em outros.

Destaca-se que o método, *o modus operandi* e a ideia suicida não são exatamente os gatilhos do suicídio. Segundo Jamison (2010), além do conhecimento sobre os fatores de risco, salienta-se que todo manejo psicoterapêutico vai ao encontro da maneira como o profissional percebe o fenômeno do suicídio, ou seja, se o profissional acredita que o suicídio seja um fenômeno que deva ser explicado, provavelmente direcionará sua atenção para as causas. Em contrapartida, o comportamento suicida é um fenômeno multifatorial, pelo qual devem ser acolhidos tanto os fatores de risco quanto suas causas. Sendo assim, o ato suicida abrange o viés individual, social e cultural.

Todo e qualquer ato por meio do qual uma pessoa causa lesão a si própria, independente do grau de letalidade, é considerado comportamento suicida. O comportamento suicida classifica-se em três categorias distintas: ideação suicida, tentativa de suicídio e suicídio consumado. A ideação suicida fica em um dos extremos, o suicídio consumado no outro e a tentativa de suicídio entre eles (WERLANG; BORGES; FENSTERSEIFER, 2005).

De acordo com Lovisi, Santos, Legay, Abelha e Valencia (2009), os principais fatores associados ao suicídio são: tentativas anteriores de suicídio, doenças mentais (principalmente depressão e abuso/dependência de álcool e drogas), ausência de apoio social, histórico de suicídio na família, forte intenção suicida, eventos estressantes e características sociais e demográficas, tais como pobreza, desemprego e baixo nível educacional. Embora não exista uma definição única aceitável, o suicídio implica necessariamente um desejo consciente de morrer e a noção clara do que o ato executado pode resultar (ARAÚJO; VIEIRA; COUTINHO, 2010).

Ideação suicida se refere aos pensamentos de autodestruição e ideias suicidas, englobando desejos, atitudes e planos que o indivíduo tem para dar fim à própria vida (BORGES; WERLANG, 2006). Ter pensamentos suicidas uma vez ou outra não é anormal, vez que estes pensamentos fazem parte do processo de desenvolvimento normal da passagem da infância para a adolescência, à medida que se lida com problemas existenciais e se está tentando compreender a vida, a morte e o significado da existência. Os pensamentos suicidas tornam-se anormais quando a realização

destes parece ser a única solução dos problemas, tornando-se, então, um sério risco de tentativa de suicídio ou suicídio (OMS, 2000).

A intensidade desses pensamentos, sua profundidade, bem como o contexto em que surgem e a impossibilidade de desligar-se deles é que são fatores que distinguem uma pessoa que se encontra à margem de uma crise suicida (BORGES; WERLANG; COPATTI, 2008).

O desejo de morrer é considerado “o portal” do comportamento autodestrutivo, que representa a inconformidade e a insatisfação do indivíduo com seu modo de vida no momento atual, e se manifesta em frases como: a vida não vale a pena ser vivida; o que deveria fazer é morrer; entre outras (CORREA; BARRERO, 2006).

A ideação suicida pode ser considerada um fator de risco para o suicídio efetivo, junto com a depressão e a desesperança (BORGES; WERLANG, 2006) não podendo, portanto, ser menosprezada (WERLANG; BORGES; FENSTERSEIFER, 2005). Atitudes de arrogância e enfrentamento, que procuram demonstrar muita força interior, na realidade, pode ser um pedido de ajuda, de limites, de carinho, de expressão de dúvidas e angústias (BORGES; WERLANG; COPATTI, 2008).

As técnicas utilizadas pela estagiária foram a sugestão, indicando-lhe novas estratégias, condutas ou alternativas, como tomar corretamente a dosagem do medicamento prescrito pela psiquiatra e refletir sobre a importância de sua vida para as outras pessoas que se importavam com ela. Houve o reassentimento e melhora da autoestima, expressando-lhe aprovação ou concordância a respeito de ideias ou atitudes que considerava adaptativas, como ir ao médico disciplinadamente. Na técnica de ventilação, a paciente comunicou emoções e sentimentos reprimidos e intensos. Foi utilizado controle ativo, com controle dos comportamentos desadaptativos, em que a estagiária afirmou para a paciente que o suicídio não era uma solução (CORDIOLI et al, 2009).

No primeiro retorno, a paciente relatou que se sentia na mesma condição do atendimento anterior, sem desejo de sair do quarto ou de tomar banho. Relatou novamente que desde a adolescência se sentia depressiva e tentou vários suicídios, devido a um acontecimento naquela época, o qual ainda não se sentia preparada para relatar.

Afirmou que seu pai sempre lhe culpava de tudo, desde pequena. SIC pela paciente, um de seus irmãos teve um aneurisma e por um erro médico veio a falecer. No entanto, disse que o havia levado ao médico assim que as dores de cabeça começaram. Relatou que seu pai lhe culpou pela morte do irmão. Mesmo sabendo que fez o que foi possível para ajuda-lo, sentia-se culpada.

Para Binswanger (1958) não se deve ligar de forma imediata o suicídio a um acontecimento em especial, mas é preciso compreender de que maneira possíveis motivos tornaram-se efetivos, já que cada pessoa experiencia e atribui sentido a fatos de seu ambiente de maneira particular. Muitas vezes, os desencadeantes do ato suicida são tomados como causas, quando, na verdade, tal ato é o resultado de

uma complexa rede de fatores, parte deles inconscientes (CASSORLA, 1991). Kovács (1992) afirma que:

“O suicídio é um ato muito complexo, portanto não pode ser considerado em todos os casos como psicose, ou como decorrente de desordem social. Também não pode ser ligado de forma simplista a um determinado acontecimento como rompimento amoroso, ou perda de emprego. Trata-se de um processo, que pode ter tido o seu início na infância, embora os motivos alegados sejam tão somente os fatores desencadeantes” (KOVÁCS, 1992, p. 171-194).

Neste primeiro retorno, encontrava-se na fase de Contemplação, em relação ao seu processo de mudança. No mínimo, pode-se esperar um engajamento na Atenção Psicológica, ainda que pequeno. O paciente pode referir-se a uma leve insatisfação, a ter consciência que algo não vai bem, porém a tendência ainda será atribuir culpas a outrem (FURIGO, 2006).

Após escuta empática das queixas da paciente, foi ressaltado que os sintomas apresentados não a definem como pessoa, havendo tratamento adequado e que ao se consultar com o médico, poderiam melhorar com o ajuste de um novo medicamento. Reforçou-se a ideia de que não deveria assumir culpas que não lhe pertenciam, pois havia feito o possível para ajudar o irmão e sabia que não era a culpada por sua morte. Foi solicitado o comparecimento da senhora que é amiga da paciente para um atendimento, com o objetivo de fazer contato com uma rede de apoio.

No segundo retorno, a senhora que é a amiga com quem a paciente residia compareceu ao atendimento para que pudesse contribuir com mais informações. Relatou que não compreendia muito bem os sintomas apresentados, como alucinações em que ouvia vozes que ordenavam que cometesse suicídio ou latidos que não a deixavam dormir. Foi realizada uma psicoeducação explicando sobre a depressão que a paciente apresentava, que incluía tais alucinações. A senhora afirmou que tentava sempre convencê-la a motivar-se saindo de casa, fazendo com que visse as coisas ao seu redor de uma maneira mais positiva, como quando elogiava sua comida.

Fukumitsu (2005) considera que, quando há potencial de suicídio, é importante não deixar o paciente sozinho, este precisa ser acompanhado no dia-a-dia. É importante ampliar o sistema de apoio, procurando ajudar a família na compreensão de que a pessoa que tenta ou comete suicídio pode não desejar a morte, e sim viver de outra maneira. É fundamental trabalhar em conjunto com psiquiatras, numa abordagem multidisciplinar.

No terceiro retorno, a paciente afirmou que ainda não se sentia pronta para contar o que havia acontecido com ela quando adolescente, dizendo que nunca havia contado a ninguém, preferindo guardar para si mesma e sentindo muita vergonha. Houve a reafirmação que os atendimentos serviriam para que pudesse falar sobre todos os seus sentimentos, sem julgamento e que seria acolhida. Por fim, disse que talvez no próximo atendimento contaria o que realmente lhe causava tanto sofrimento. Foi validada empaticamente em seus sentimentos, com demonstração de apoio para que pudesse se sentir segura.

Santos (2007) afirma que pessoas que tentam suicídio buscam a confiança e o vínculo com o terapeuta. Na relação psicoterápica, o sigilo e a privacidade são essenciais, porque possibilitam ao paciente falar de sua intimidade na certeza de que será respeitado e protegido no que se refere à manutenção do que é confidencial. O tratamento de forma franca, clara e honesta facilita a comunicação sem interferências, promovendo o estabelecimento da confiança, de modo que, em momentos de crise o paciente se sinta à vontade para entrar em contato com seus sentimentos e conflitos. Na Atenção Psicológica não é diferente, pois oferece ao paciente as mesmas condições de formação de vínculo que as demais práticas da Psicologia Clínica.

No quarto retorno, após ter comparecido à consulta médica e alterado seus medicamentos, relatou que estava se sentindo melhor, conseguia dormir satisfatoriamente e que os sintomas se amenizaram, como as vozes que ordenavam que ela cometesse suicídio. Apresentou perspectiva de futuro, dizendo que gostaria de voltar a ter a sua própria casa. Afirmou que ainda não havia recebido alta do médico para voltar a trabalhar, mas esperava ser dispensada, a fim de que conseguisse um serviço melhor.

Iniciou o relato sobre os acontecimentos em sua adolescência que haviam se repetido diversas vezes em sua vida e que lhe envergonhavam. Afirmou que aos quinze anos de idade havia sido violentada sexualmente por um homem mais velho. Descobriu posteriormente que ele era casado e já tinha uma família, por isso, sentiu-se muito envergonhada e não contou para ninguém, no entanto, acabou engravidando. Relatou que seu pai lhe obrigou-a colocar a criança para adoção, mesmo contra sua vontade. Ainda grávida, permaneceu com outro rapaz que se tornou seu companheiro, mas que a ameaçava caso ela decidisse ficar com a criança. Levou-a para a adoção. Seu companheiro abusou-lhe sexualmente por diversas vezes, em um canavial, dentro de um carro, apontando-lhe uma arma de fogo. Disse que não conseguiu evitar que essas situações acontecessem, pois estava sendo ameaçada de morte. Com esse companheiro teve seus outros três filhos, no entanto, este a deixou para ficar com sua melhor amiga. Afirmou que isso refletiu em seus relacionamentos futuros, porque gostaria de estabelecer um vínculo afetivo, mas sem ter relações sexuais.

Meichembaum (1994), Alberto (2002), Cohen e Gobbetti (2004) salientam que cada caso de abuso sexual possui características singulares, e isso influencia os efeitos gerados na vida presente e futura das vítimas.

As dificuldades no relacionamento interpessoal são acompanhadas de perturbações na esfera sexual, que, segundo Azevedo e Guerra (1989), estão relacionadas ao fato de que o aumento da intimidade pode fazer com que as vítimas revivam as experiências traumáticas de abuso, o que as levaria a evitar relações ou a perder o desejo sexual.

Seus sentimentos foram acolhidos, no entanto, foi afirmado que nenhum destes acontecimentos havia sido sua culpa, pois foram contra sua vontade, sendo ameaçada e coagida. Tal intervenção profissional deu-se a partir de uma recomendação das

técnicas de apoio que, no momento de crise, diante de um ego fragilizado, não se deve confrontar motivos intrapsíquicos, sendo importante, neste momento, a formação do vínculo no processo de Atenção Psicológica. Foi validada empaticamente por ter contado algo que considerava difícil de ser revelado e que não havia dito para ninguém neste tempo todo. A paciente agradeceu, porque se sentiu melhor depois de ter contado o seu segredo e SIC por ela “a estagiária seria um anjo que Deus havia colocado em seu caminho”.

Bowlby (2004), pesquisando os vínculos existentes entre crianças pequenas e seus cuidadores, estruturou o que veio a ser denominada Teoria do Apego, proporcionando assim uma base conceitual sólida sobre a formação, manutenção e modificação dos vínculos afetivos. Para o autor,

“os elementos primordiais são observações relativas ao comportamento de crianças de tenra idade, em situações bem definidas. À luz de tais dados, procura-se descrever certas fases iniciais da atuação da personalidade; com base nessas descrições, tenta-se, em seguida, realizar extrapolações com respeito ao futuro” (BOWLBY, 2004).

Assim, outros autores usam de sua palavra para afirmar que o sistema de apego é um constructo organizacional que descreve a complexa gama de emoções, comportamentos, cognições e modelos de funcionamento interno envolvidos no esforço infantil de manter em um nível confortável o sentimento de segurança (KIRKPATRICK; SHAVER, 1990). Tais experiências são integradas na estrutura de personalidade da criança “na forma de modelos internos e gerais de funcionamento que determinarão as características de nosso self frente às situações de vida” (ABREU, 2005).

Tendo em vista a relevância do vínculo afetivo no desenvolvimento do ser humano, para Bowlby (2002), “nenhuma forma de comportamento é acompanhada por sentimento mais forte do que o comportamento de apego”.

Ainsworth (1940) foi quem primeiramente descreveu o conceito da base segura, central na Teoria do Apego:

“Segurança familiar nos primeiros estágios é um tipo de dependência e forma a base a partir da qual o indivíduo se desenvolve gradativamente, desenvolvendo novas habilidades e interesses em outras áreas. Onde há falta de segurança familiar, o indivíduo é prejudicado pela ausência do que podemos denominar uma base segura a partir da qual trabalhar” (AINSWORTH, 1940, apud MIKULINCER; SHAVER, 2010).

Prosseguindo em suas pesquisas, Ainsworth (1940) propôs cinco características para diferenciar uma relação de apego de outras relações interpessoais: a pessoa apegada procura proximidade com o cuidador, particularmente quando está assustada ou alarmada; o cuidador proporciona cuidado e proteção, na função de porto seguro; o cuidador proporciona uma sensação de segurança, na função de base segura; a ameaça de separação causa ansiedade na pessoa apegada; a perda da figura de apego causa luto na pessoa apegada (KIRKPATRICK, 2005, p. 25).

Segundo Bowlby (2004), no curso de um desenvolvimento sadio, o comportamento

de apego leva ao desenvolvimento de laços afetivos ou apegos, inicialmente entre a criança e o progenitor e, mais tarde, entre adulto e adulto.

No quinto retorno, uma de suas filhas que reside na mesma cidade, compareceu ao atendimento. Foi questionada como era a relação com a sua mãe, e ela respondeu que considerava como uma relação basicamente boa. Em seguida, disse que quando criança, sua mãe interrompeu as suas demonstrações de afeto, e pensa que isso influenciou em sua maneira de ser, atualmente com a sua mãe e com os seus próprios filhos. Disse que sabe que sua mãe sente falta de demonstrações de afeto por parte dela, mas que não consegue lhe dar atenção. Foi-lhe sugerido o processo de psicoterapia e esta aceitou. Preencheu a ficha de encaminhamento.

No último atendimento, denominado de follow up, foi observada melhora significativa nos sintomas apresentados anteriormente, como a diminuição da ideação suicida. Revelou-se melhora em sua autoestima, SIC pela paciente “agora sinto vontade de tomar banho, arrumar meus cabelos e até voltei a usar o anel que tanto gostava”. Apresentou perspectiva de futuro, dizendo que gostaria de voltar a ter a sua própria casa e que voltaria a trabalhar.

Por fim, foi questionado se havia interesse em preencher uma ficha para o processo de triagem, para que fizesse psicoterapia de longa duração. A paciente concordou e afirmou que seria ótimo para ela, agradeceu pelo serviço prestado e disse que se sentia muito melhor devido aos atendimentos. A estagiária agradeceu e se despediu.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos atendimentos realizados, observou-se que, inicialmente, apresentava sintomas de depressão grave com sintomas psicóticos, com alucinações auditivas, que se referiam à ideação suicida, como vozes que ordenavam que ela se suicidasse ou agredisse outras pessoas, resultando em condições pouco estruturadas de pensamento, atenção, memória, orientação espaço-temporal e lateralidade. Em poucos momentos, oscilava com perspectiva de futuro e de melhora, mas perspectivas negativas prevaleciam.

Relatou que houve um acontecimento traumático que vivera em sua adolescência que se repetiu em outros momentos de sua vida e que, devido a isso, apresentava sintomas depressivos, tentando suicídio diversas vezes. Estes acontecimentos não foram abordados por ela nos primeiros atendimentos.

Com o fortalecimento do vínculo terapêutico, iniciou o relato do que havia acontecido em sua adolescência e havia se repetido diversas vezes em sua vida e que lhe envergonhava, tratando-se de violência sexual.

Conforme justificativa técnica já explicitada anteriormente, foi acolhida em seus sentimentos e foi reforçada a sua isenção de culpa nestes acontecimentos. Foi validada

empaticamente por ter contado algo que considerava difícil de ser revelado e que não havia dito para ninguém neste tempo todo. Afirmou que se sentiu melhor depois de ter contado o seu segredo e SIC pela paciente “a estagiária seria um anjo que Deus havia colocado em seu caminho”.

No último atendimento, foi observada melhora significativa nos sintomas apresentados anteriormente, como a diminuição da ideação suicida. Revelou-se melhora em sua autoestima, e apresentou perspectiva de futuro.

Alguns clínicos e teóricos da psicoterapia acreditam que o relacionamento que se desenvolve entre o terapeuta e o cliente é a essência de um tratamento efetivo. Outros acreditam que, embora o relacionamento não seja uma condição básica, fornece uma significativa alavanca para que sejam implementadas as técnicas terapêuticas utilizadas na promoção da mudança no paciente (BECK, 1995). Independente do posicionamento adotado, se a ligação entre ambos é um dos ingredientes essenciais da mudança em psicoterapia ou um método utilizado para se chegar a um fim, existe uma notável concordância de que a relação paciente-terapeuta desempenha uma importante função no tratamento psicológico (ABREU, 2005).

Bordin (1979) sugeriu ser aliança terapêutica um aspecto fundamental nas mais variadas formas de sucesso em psicoterapia, afirmando que ela é uma resultante direta do grau de concordância estabelecido entre o paciente e o terapeuta a respeito da tarefa, da meta e dos vínculos envolvidos no processo de ajuda. Embora uma aliança positiva não ocorra imediatamente após o início da terapia (necessita-se aproximadamente de quatro sessões para sua formação), algumas investigações sugerem que seu desenvolvimento é necessário antes que se possa esperar qualquer tipo de êxito no processo de ajuda (HENRY; STRUPP, 1994).

Desta forma, seria razoável pensar na aliança terapêutica como janelas de oportunidades que vão se abrindo a cada sessão, pedindo por inevitáveis ajustes nos procedimentos adotados pelos terapeutas no trato com seus clientes (BORDIN, 1994).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Moffatt (1983) descreve a experiência da crise, como se o indivíduo sentisse “uma vivência de paralisação do processo de vida, invadido por um sentimento de confusão e solidão. O futuro parece vazio e o presente fica paralisado”.

Mahfoud (2004) explica que o objetivo do Plantão é o de acolher o sofrimento das pessoas, no exato momento em que elas necessitam. Desta forma, este serviço pode: atender a demanda das pessoas em um momento de crise; encaminhar para um serviço adequado; aumentar a tolerância do paciente na espera de um atendimento psicológico convencional.

Para Schmidt (2004) o Plantão Psicológico é pensado e praticado, basicamente, como um modo de acolher e responder a demanda por ajuda psicológica. Isso significa colocar a disposição da clientela que o procura, um tempo e um espaço de escuta

aberto à diversidade e à pluralidade destas demandas.

“A grande descoberta deste século para as Ciências Humanas é a descoberta terapêutica da escuta. Não há melhor entendimento que alguém possa nos prestar do que servir-nos de ouvido para as falas baixas e quase imperceptíveis de nossa existência” (BONDER, 2004, In: MAFOUD, 2004, p. 27).

Sterian (2003) propõe o atendimento de emergência como:

A possibilidade de o indivíduo se ver enquanto tal. Fazer uma pessoa pensar em si mesma, não apenas como um diagnóstico, um número ou uma unidade de consumo, oferecer-lhe a chance de reinserir-se em sua própria história de vida, de assumir-se enquanto sujeito de seus próprios desejos, necessidades e possibilidades. Para que a partir daí, ela possa elaborar as limitações ou frustrações que sua existência for lhe impondo (STERIAN, 2003).

Alguns autores supõe que se constituem como facilitadores do vínculo a disponibilidade de tempo para que o cliente possa expressar-se livremente; a atenção integral por parte do terapeuta; a cautela para emissão de julgamentos ou conclusões a respeito da problemática do cliente; a capacidade de compreensão, a integridade e a honestidade nas comunicações. A empatia, a cordialidade e a sensibilidade para os fatos ocorridos no ambiente terapêutico também são considerados facilitadores (CEITLIN; CORDIOLI, 1998).

Em uma revisão sistemática sobre os principais aspectos do desenvolvimento da Aliança Terapêutica (AT), Ojeda (2010) aponta que a AT deve ser entendida como um fenômeno complexo que sofre influência de múltiplos fatores. Aspectos do terapeuta, do paciente e da relação estabelecida entre paciente e terapeuta podem influenciar na formação da AT (CORBELLA; BOTELLA, 2003), bem como impactam na força da aliança e, com isso, no resultado da terapia (HORVATH, 2001).

Com relação ao papel do terapeuta, existem trabalhos que sustentam a noção de que características como: ser “flexível, experiente, honesto, respeitoso, digno de confiança, confiante, interessado, alerta, amigável, calmo e aberto, são atributos que estão correlacionados com a formação de uma forte aliança” (ACKERMAN; HILSENROTH, 2003, p. 28). Da mesma forma, habilidade de comunicação com o cliente, abertura, empatia, experiência e treinamento são indicadas por Horvath (2001) como características do terapeuta com um impacto positivo sobre a AT. Esses aspectos, historicamente, refletem a contribuição de Rogers (1957), autor originário da Escola Humanista, que teve um papel de grande contribuição para o a compreensão do desenvolvimento da AT, ao enfatizar aspectos do terapeuta imprescindíveis para o estabelecimento do vínculo, tal como ser empático, congruente e aceitar incondicionalmente o paciente.

Segundo Horvath e Luborsky (1993), há uma série de variáveis do paciente que também influenciam na AT. Nessa dimensão: 1) habilidades interpessoais (qualidade dos relacionamentos, relações familiares e índice de eventos estressantes em sua vida); 2) dinâmica intrapessoal (motivação, qualidade das relações objetivas e atitudes) e 3) características diagnósticas (severidade dos sintomas no início da psicoterapia e

ou prognóstico) são apontadas como determinantes mais influentes na AT.

Entre as habilidades interpessoais encontra-se o suporte social como um representante da qualidade dos relacionamentos e relações familiares. Segundo Luborsky (1994), pessoas que possuem satisfatórias relações interpessoais têm maior chance de desenvolver uma forte AT. No momento em que o terapeuta passa a fazer parte da rede de suporte social do paciente, é possível propor intervenções dirigidas para aumentar a rede de suporte social do cliente e acelerar a melhora dos sintomas do paciente.

Quanto à dinâmica intrapessoal, a motivação do paciente é considerada um dos mais importantes determinantes no processo terapêutico, apontada nas pesquisas de Orlinsky, Grawe e Parks (1994), e de Lambert e Anderson (1996) como uma variável que influencia positivamente o resultado do tratamento. No entanto, o vínculo estabelecido entre paciente e terapeuta pode modificar a motivação, que pode ser mantida estável, aumentada ou diminuída. Segundo os autores cabe, então, ao terapeuta proporcionar as condições necessárias para acolher empaticamente o material trazido pelo paciente, para que juntos possam desenvolver uma boa aliança terapêutica (YOSHIDA, 2001).

Santos (2007) afirma que pessoas que tentam suicídio buscam a confiança e o vínculo com o terapeuta. Na relação psicoterápica, o sigilo e a privacidade são essenciais, porque possibilitam ao paciente falar de sua intimidade na certeza de que será respeitado e protegido no que se refere à manutenção do que é confidencial. Desta forma, o tratamento de forma franca, clara e honesta facilita a comunicação sem interferências, promovendo o estabelecimento da confiança, de modo que, em momentos de crise o paciente se sinta à vontade para entrar em contato com seus sentimentos e conflitos.

Bowlby (2004) afirma que o “sistema de apego é um constructo organizacional que descreve a complexa gama de emoções, comportamentos, cognições e modelos de funcionamento interno envolvidos no esforço infantil de manter em um nível confortável o sentimento de segurança” (KIRKPATRICK & SHAVER, 1990). Essas experiências são integradas na estrutura de personalidade da criança “na forma de modelos internos e gerais de funcionamento que determinarão as características de nosso self frente às situações de vida” (ABREU, 2005).

Bowlby (1997), ao lembrar as funções do terapeuta, enfatiza esse papel de cuidador como fator crucial na psicoterapia. Analogicamente, Winnicott (1956), partindo do holding materno, que segundo ele, inclui a comunicação silenciosa entre a mãe e o bebê, acreditava que o holding era de fundamental importância na relação terapêutica. O holding do terapeuta seria esse papel de sustentação que ele faz ao acolher a pessoa e favorecer uma relação de confiança onde a pessoa sente-se vinculada e pertencente. Concebe-se a importância para o paciente de sentir-se, num primeiro momento, amparado, para enfrentar seus problemas e vivenciar as suas fantasias no “setting” terapêutico. Como na relação mãe-filho, é de novo a partir dessa sensação de cuidado que o paciente reencontrará a confiança e a segurança para reencontrar a

sua independência.

Tendo em vista a relevância do vínculo afetivo no desenvolvimento do ser humano, para Bowlby (2002), “nenhuma forma de comportamento é acompanhada por sentimento mais forte do que o comportamento de apego”.

A mudança diz respeito a um aumento na confiança do paciente quanto ao seu poder de superar os seus padrões repetitivos de conduta autodestrutivas, aumento na compreensão dos seus sintomas e padrões de conduta, motivação para a mudança, internalização desses ganhos com o tratamento através de uma boa assimilação desses conteúdos, uma boa elaboração dos significados do término do atendimento, o que permite ao paciente obter um maior domínio sobre os seus conflitos e conseguir manter os ganhos terapêuticos (ZANIN; SANTOS; MESTRINER, 2005).

A alta em uma Psicoterapia é assinalada pela melhora do paciente. Várias são as formas pelas quais se encontram descritos os indicadores de melhora na literatura. Dentre eles, a remissão da sintomatologia, modificações na qualidade das relações interpessoais, modificações na capacidade para as atividades de trabalho, capacidade de admitir e assumir as próprias responsabilidades, modificações na relação com o terapeuta, capacidade de pensar sobre si mesmo, insight e capacidade de perceber a si mesmo e aos outros de forma mais realista. Cabe salientar que a avaliação da possibilidade de o paciente estar em condições de alta não deve ser feita a partir de apenas um desses indicadores (CORDIOLI, 2009). Por tratar-se de um Serviço de Plantão Psicológico, a paciente não obteve uma alta do processo propriamente dita, no entanto, ao final de um breve tempo de atendimento, apresentou comportamentos que em Psicoterapia de Longa Duração seriam indicadores e alta.

REFERÊNCIAS

ABREU, C. N. A teoria da vinculação e a prática da psicoterapia cognitiva. **Rev. bras.ter. cogn.**, Rio de Janeiro , v. 1, n. 2, p. 43-58, dez. 2005 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872005000200005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 10 nov. 2017.

ABREU, C. N. **Teoria do Apego**. Fundamentos, Pesquisas e Implicações Clínicas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

ACKERMAN, S. J.; HILSENROTH, M. J. **A review of therapist and techniques positively impacting the therapeutic alliance**. *Clinical Psychology Review*, 2003, 23, 1-33.

AINSWORTH, M. D. S. **An evaluation of adjustment based on the concept of security**. Tese de doutorado não publicada. P. 45. Universidade de Toronto, Canadá: 1940.

ALBERTO, I. M. M. Feios, porcos e maus: do erro fundamental à abordagem sistêmico-ecológica na avaliação das situações de abuso sexual. *Psychologia: Revista da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação de Coimbra*, 2002, 9(30), p. 69-77.

ARAÚJO, L. C.; VIEIRA, K. F. L.; COUTINHO, M. P. L. **Ideação suicida na adolescência: um enfoque psicossociológico no contexto do ensino médio**. *Psicologia - Universidade São Francisco*, 2010, 15(1), 47-57.

- AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Crianças vitimizadas**: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 1989.
- BECK, J. **Cognitive Therapy**: Basics and Beyond. New York: BasicBooks, 1995.
- BINSWANGER, L. The case of Ellen West. In MAY, R. **Existence**. New York, NY: Basic Books, 1958, p. 237-364.
- BORDIN, E. S. The Generalizability of Psychoanalytic Concept of the Working Alliance. **Psicoterapia: Theory, Research, and Practice**, 1979, 16, 252-260.
- BORDIN, E. S. Theory and Research on the Therapeutic Working Alliance: New Directions. Em: A. O. Horvath & L. S. Greenberg (Orgs). **The Working Alliance: Theory, Research, and Practice**, (p. 13-39). New York: John Wiley, 1994.
- BORGES, V. R.; WERLANG, B. S. G. Estudo de ideação suicida em adolescentes de 13 a 19 anos. **Psicologia, Saúde e Doenças**, 2006, 7(2), 195-209.
- BORGES, V. R.; WERLANG, B. S. G. Estudo de ideação suicida em adolescentes de 15 a 19 anos. **Estudos de Psicologia**, 2006, 11(3), 345-351.
- BORGES, V. R.; WERLANG, B. S. G.; COPATTI, M. **Ideação suicida em adolescentes de 13 a 17 anos**. Barbarói, 2008, p. 28.
- BOWLBY, J. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. (3º ed.). São Paulo: Martins Fontes (tradução Álvaro Cabral), 1997.
- BOWLBY, J. **Apego e Perda**: Apego. São Paulo: Martins Fontes, 2002, v. 1.
- BOWLBY, J. **Apego e Perda**: Separação: Angústia e Raiva. São Paulo: Martins Fontes, 2004, v. 2.
- BOWLBY, J. **Apego e Perda**: Perda: Tristeza e Depressão. São Paulo: Martins Fontes, 2004, v. 3.
- CASSORLA, R. M. S. (coord.) O impacto dos atos suicidas no médico e na equipe de saúde. In:_____. (coordenador). **Do suicídio**: estudos brasileiros. Campinas-SP: Papyrus, 1991, p. 149-165.
- CEITLIN, L. H. F.; CORDIOLI, A. V. O início da psicoterapia. In: A. V. Cordioli (Org.), **Psicoterapias: abordagens atuais** (p. 99-107). Porto Alegre: ArtMed, 1998.
- COHEN, C.; GOBETTI, G. J. **O incesto**: o abuso sexual intrafamiliar, 2004. Recuperado em 15 de janeiro de 2004, de [http:// www.violenciasexual.org.br](http://www.violenciasexual.org.br)
- CORBELLA, S.; BOTELLA, L. La alianza terapéutica: historia, investigación y evaluación. **Anales de Psicología**, 2003, 19(2), 205-221.
- CORDIOLI, A. V. et al. **Psicoterapias: Abordagens Atuais**. 3ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- CORREA, H.; BARRERO, S. P. **O suicídio: definições e classificações**. In: H. Correa, & S. P. Barrero (Orgs.), **Suicídio uma morte evitável** (p. 29-36). São Paulo, Atheneu, 2006.
- FIORINI, H.J. **Teoria e técnicas de psicoterapias**. (C. Sussekind, trad.; 5ª ed.). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- FUKUMITSU, K. O. **Suicídio e psicoterapia**: uma visão gestáltica. Campinas: Editora Livro Pleno, 2005.

FURIGO, R. C. P. L. **Plantão Psicológico**: Uma contribuição da clínica junguiana para a atenção psicológica na área da saúde. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2006.

FURIGO, R. C. P. L. et al. **Plantão psicológico**: buscando romper com os parâmetros clássicos da prática psicoterápica. In: C. Ramos; G. G. Silva & S. Souza; (Org). Práticas psicológicas em instituições: Uma reflexão sobre os serviços-escola. (pp. 80-98). São Paulo: Editora Vetor, 2006.

GOMES, F. M. D. Plantão psicológico: atendimentos em situações de crise. **Vínculo**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 18-26, jul. 2012. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902012000200004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 10 nov. 2017.

HENRY, W. H.; STRUPP, H. H. The Interpersonal Alliance as Interpersonal Process. Em: A. O. Horvath & L. S. Greenberg (Orgs.). **The Working Alliance Theory, Research, and Practice** (pp.51-84). New York: John Wiley & Sons, Inc., 1994.

HORVATH, A. O. Psychotherapeutic relationships that work. In 17^o **Annual Meeting of Society for the Exploration of Psychotherapy Integration**. Santiago de Chile, Chile, 2001.

HORVATH, A. O.; LUBORSKY, L. The role of the therapeutic alliance in psychotherapy. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, 1993, 61(4), 561-573.

JAMISON, K. R. **Quando a noite cai: entendendo a depressão e o suicídio**. Rio de Janeiro, RJ: Gryphus, 2010.

KIRKPATRICK, L. A. **Attachment, Evolution, and the Psychology of Religion**. Nova York: Guilford, 2005.

KIRKPATRICK, L.; SHAVER, P. Attachment Theory and Religion. Childhood Attachments, Religious Beliefs and Conversion. **Journal for the Scientific Study of Religion**. V. 29, N. 3, Setembro/1990, p. 315-334.

KNOWLTON, L. Psychoanalysis and pharmacotherapy – Incompatible or synergistic? **Psychiatric Times**, 1997, v.14, n.6, s/p.

KOVÁCS, M. J. Comportamentos autodestrutivos e o suicídio. In_____. (Org.). **Morte e desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

LAMBERT, M. J.; ANDERSON. Assessment for the time-limited psychotherapies. **American Psychiatric Press Review of Psychiatry**, 1996, 15, 23-42.

LOVISI, G. M.; SANTOS, S. A.; LEGAY, L.; ABELHA, L.; VALENCIA, E. Análise epidemiológica do suicídio no Brasil entre 1980 e 2006. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, 2009, 31(Supl. II), 86-93.

LUBORSKY, L. Therapeutic alliances as predictors of psychotherapy outcomes: factors explaining the predictive success. In A. O. Horvath & L. S. Greenberg (Orgs.), **The working alliance: Theory, research and practice** (pp. 38-50). New York: Wiley, 1994.

MAHFOUD, M. Introdução. Frutos Maduros do Plantão Psicológico. Mafoud, Miguel (org) **Plantão Psicológico**: novos horizontes. São Paulo: editora CI, 2004, p.11- p.14.

MEICHENBAUM, D. **Victims of child sexual abuse**: A clinical handbook/practical therapist manual of assessing and treating adults with post-traumatic stress disorder (PTSD). Ontário: Institute Press, 1994.

MIKULINCER, M.; SHAVER, P. R. **Attachment in Adulthood** – Structure, Dynamics, and Change.

Nova York: Guilford, 2010.

MOFFATT, A. **Terapia de Crise**. Psicologia do oprimido: ideologia e técnica da psiquiatria popular. 6ª. Ed. São Paulo, Cortez editora, 1983.

OJEDA, M. Origen y evolución de la alianza terapéutica. **Revista GPU**, 2010, 6(3), 284-295.

Organização Mundial da Saúde [OMS] (2000). Departamento de Saúde Mental. Transtornos Mentais e Comportamentais. **Prevenção do suicídio**: manual para professores e educadores. Recuperado: 27 nov.2012. Disponível: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/66801/5/WHO_MNH_MBD_00.3_por.pdf.

ORLINSKY, D. E.; GRAWE, K.; PARKS, B. K. **Process and outcome in psychotherapy- Noch ein mal**. In A. Bergin & J. S. Garfield, (Orgs.), *Handbook of Psychotherapy and Behavior Change*. New York: Wiley and Sons, 1994, p. 270-378.

RIBA, M. B. Can a split-treatment model work? **Psychiatric Times**, 2002, v.19, n.7, s/p.

ROCHA, G. P. et al. Orientações ao pediatra sobre o manejo das drogas psicoativas e antiepilépticas. **Jornal de Pediatria**, 2004, p. 45-55.

ROGERS, C. The necessary and sufficient conditions of therapeutic personality change. **Journal of Consulting Psychology**, 1957, 21, 95-103.

SANTOS, A. B. B. **A primeira hora**: as dificuldades e desafios dos profissionais de psicologia em tratar e compreender pacientes com ideação ou tentativa de suicídio. Tese (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, 184 p.

SCHMIDT, M.L.S. Plantão Psicológico, universidade publica e política de saúde mental. **Estudos de Psicologia**. Campinas, 2004, vol. 21, p. 173 – 192.

STERIAN, A. **Emergências Psiquiátricas**: Uma abordagem psicanalítica. São Paulo: casa do psicólogo, 2003.

WERLANG, B. S. G.; BORGES, V. R.; FENSTERSEIFER, L. Fatores de risco ou proteção para a presença de ideação suicida na adolescência. **Revista Interamericana de Psicologia**, 2005, 39(2), 259- 266.

WINNICOTT, D. W. **Preocupação materna primária**. Em: D. W. Winnicott, *Textos selecionados: da pediatria à psicanálise*, 1982, (pp. 491-498). (J. Russo, trad.) (2ª.ed.). Rio de Janeiro: Francisco Alves. (Original publicado em 1956).

YOSHIDA, E. Psicoterapia Breve Dinâmica: Critérios de Indicação. **Revista Mackenzie**, 2001, 3, 43-51.

ZANIN, D., SANTOS, M. A.; MESTRINER, S. M. M. E. **Como o paciente assimila a interpretação do psicoterapeuta?** Construindo pontes entre o pensar e o sentir IN *Formação em Psicologia: processos clínicos* SANTOS, M.A. SIMON, I. MELOSILVA, I.I. (orgs)– São Paulo: Vetor, 2005.

PENSO, LOGO ME COMPORTO: A FLEXIBILIZAÇÃO DE IDEIAS DISFUNCIONAIS EM UM CASO DE DEPRESSÃO

Fábio Henrique Paulino

Universidade do Sagrado Coração, Centro de Ciências Humanas
Bauru – São Paulo

Tatiana de Cássia Ramos Netto

Universidade do Sagrado Coração, Centro de Ciências Humanas
Bauru – São Paulo

Jacqueline Araújo de Souza

Universidade do Sagrado Coração, Centro de Ciências Humanas
Bauru – São Paulo

RESUMO: A terapia cognitivo-comportamental surgiu como sistema psicoterapêutico em meados da década de 60, por meio do psiquiatra norte-americano Aaron Temkin Beck. Foi concebido um modelo de psicoterapia estruturado, de curta duração, voltado para o presente, direcionado para a solução de problemas atuais e para modificação de pensamentos e comportamentos disfuncionais. Esse estudo objetiva descrever as práticas clínicas de uma intervenção psicológica realizada em uma clínica-escola de uma universidade particular do interior de São Paulo, tendo como fundamentação metodológica a terapia cognitivo-comportamental. A paciente mencionada nesse estudo é uma mulher adulta de 36 anos, solteira, que apresentou como

queixa principal o sofrimento causado por sintomas depressivos. Ao todo foram realizados 16 atendimentos, cada um ocorrendo com frequência semanal ou quinzenal, tendo em média 50 minutos de duração. O foco das intervenções foi voltado para a flexibilização das crenças disfuncionais da paciente, que envolviam a ideia de ser inadequada e de que os vínculos sociais iriam lhe causar algum tipo prejuízo. Após o término do processo, as crenças disfuncionais manifestadas a priori pela paciente foram flexibilizadas, o que proporcionou um considerável ganho em qualidade de vida, permitindo-a vivenciar novas experiências sociais, além de contribuir com a remissão dos sintomas depressivos. Dessa forma, é possível compreender a terapia cognitivo-comportamental como um modelo teórico extremamente efetivo para casos clínicos de depressão, pois apresenta resultados expressivos em um espaço de tempo consideravelmente curto.

PALAVRAS-CHAVE: Terapia cognitivo-comportamental. Depressão. Psicologia clínica.

ABSTRACT: Cognitive Behavioral Therapy (CBT) first came to light as a psychotherapeutic system in the mid sixties developed by American psychiatrist Aaron Temkin Beck. It was previously thought as a short-term and present-targeted structural psychotherapy model, led to current

problem-solving issues, thought modification as well as dysfunctional behaviors back then. This paperwork aims to describe the clinical practices of a psychological intervention carried out at a private university school clinic in São Paulo State countryside, having the Cognitive Behavioral Therapy (CBT) as its methodological fundamentals. The so-called patient treated all along this study is a 36-year-old single lady whose suffering had supposedly been caused by depressive symptoms. Sixteen appointments as a whole, each one taking place weekly or every two weeks, lasting fifty minutes on average. Interventions focus was turned to patient's dysfunctional beliefs flexibilization, which majorly involved the idea of being unfit and that these social peers relations would cause her any kinds of damage. After finishing the ongoing process, the dysfunctional beliefs unleashed a priori by the patient have been softened, enabling a considerable life quality gain and allowing the patient live up to good social experiences, besides slowing down depression symptoms. On that ground, it is possible to understand Cognitive Behavioral Therapy (CBT) as an extremely effective theoretical model for clinical cases of depression, as it presents exciting outcomes within a considerably short space of time.

KEYWORDS: Cognitive Behavioral Therapy. Depression. Clinical Psychology.

1 | BREVE INTRODUÇÃO SOBRE O MODELO COGNITIVO

O modelo cognitivo foi originalmente construído através de pesquisas conduzidas por Aaron Temkin Beck. Em meados da década de 60, o psiquiatra norte-americano desenvolvia trabalhos que tinham como objetivo explicar os processos psicológicos na depressão, em uma tentativa de provar a hostilidade retrofletida reprimida, conforme sugeria a teoria freudiana.

Os dados coletados apontaram para resultados inesperados para Beck. Ao invés de hostilidade e raiva, a pesquisa sobre os sonhos dos pacientes deprimidos mostrou um “senso de derrota, fracasso e perda”. Os temas de pacientes deprimidos ao dormirem eram consistentes com seus temas em vigília; sonhos poderiam ser simplesmente um reflexo dos pensamentos do indivíduo. Baseado em uma pesquisa sistemática e observações clínicas, Beck propôs que os sintomas de depressão poderiam ser explicados em termos cognitivos como interpretações tendenciosas das situações, atribuídas à ativação de representações negativas de si mesmo, do mundo pessoal e do futuro – a tríade cognitiva (BECK, 1976).

Como consequência natural, Beck começou a questionar cada vez mais o modelo de motivações inconscientes da psicanálise e o seu método terapêutico, principalmente a ênfase da psicanálise em conceitualizações motivacionais e afetivas como causa dos transtornos emocionais, que ignoram em grande parte os fatores cognitivos, como foi substanciado por seus achados sobre depressão (BECK, 1963). Estabelecendo as bases para a teoria e terapia cognitivas, Beck passou a diferenciar a abordagem cognitiva da psicanalítica, focando o tratamento em problemas presentes,

em oposição a desvelar traumas escondidos do passado, e na análise de experiências psicológicas acessíveis, ao invés de inconscientes (BECK, 1976).

A premissa fundamental da TCC postula que não é a situação (concreta) a real responsável pela alteração de humor e comportamentos de uma pessoa. Frente a um estímulo, o sujeito percebe e processa o evento de forma particular, fenômeno chamado de pensamento automático. O que ocorre, principalmente em pessoas adoecidas, é o processamento distorcido (este é espontâneo e muito rápido) da realidade. Esse erro no processamento da realidade é nomeado como distorção cognitiva.

Os pensamentos automáticos distorcidos podem ser compreendidos como uma camada superficial de cognições mais profundas e rígidas, chamadas de crenças nucleares. Em outras palavras, as crenças são responsáveis por “modelar” o padrão de pensamentos de cada pessoa. O desenvolvimento dessas crenças ocorre ao longo da vida de cada sujeito (desde o nascimento até a morte). Sua construção ocorre por meio das suas interações com o ambiente externo, resultando no desenvolvimento de concepções rígidas sobre si mesmo, sobre o mundo e sobre o futuro.

O objetivo principal da terapia cognitivo-comportamental, desde seus primórdios, tem sido reestruturar e corrigir esses pensamentos distorcidos e colaborativamente desenvolver soluções pragmáticas para produzir mudança e melhorar transtornos emocionais (KNAPP & BECK, 2008, p. s57).

O presente relato de caso visa expor práticas interventivas baseadas no modelo desenvolvido pelo psiquiatra Aaron T. Beck. Por meio de técnicas cognitivo-comportamentais, foi desenvolvido um plano de intervenção voltado para uma mulher adulta com sintomas depressivos e aplicado de forma colaborativa com a paciente.

2 | METODOLOGIA

As práticas clínicas foram desenvolvidas em uma clínica-escola de Psicologia de uma Universidade particular situada no interior de São Paulo. Ao todo, foram realizados 16 atendimentos que tinham em média 50 minutos de duração. No início do processo terapêutico, as sessões aconteceram com frequência semanal e posteriormente, conforme a paciente passou a ter mais autonomia e o momento da “alta” se aproximou, o intervalo entre sessões passou a ser quinzenal. A paciente mencionada nesse estudo é uma mulher adulta de 36 anos, solteira, que trabalha atualmente como operadora de caixa. No momento em que entrevista inicial foi realizada, a paciente apresentou como queixa principal o sofrimento intenso causado por sintomas depressivos, como tristeza, falta de energia, irritabilidade, perda da libido, insônia e isolamento social.

Segundo a Associação Americana de Psiquiatria (2014), para ser diagnosticado com um transtorno depressivo maior, o paciente precisa de cinco dos seguintes sintomas presentes durante o período de duas semanas: a) humor deprimido na maior parte do dia; b) acentuada diminuição do interesse ou prazer em todas ou quase todas as atividades na maior parte do dia; c) redução ou aumento do apetite quase todos os

dias; d) insônia ou hipersonia quase todos os dias; e) agitação ou retardo psicomotor quase todos os dias; f) fadiga ou perda de energia quase todos os dias; g) sentimentos de inutilidade ou culpa excessiva ou inapropriada; h) capacidade diminuída para pensar ou se concentrar, ou indecisão; i) pensamentos recorrentes de morte, ideação suicida recorrente sem um plano específico, uma tentativa de suicídio ou plano específico para cometer suicídio.

3 | DESENVOLVIMENTO DE CRENÇAS DISFUNCIONAIS, COMPORTAMENTOS DE RISCO E MANUTENÇÃO DE SINTOMAS

Quanto ao seu histórico pessoal, a paciente cresceu em um ambiente extremamente conturbado. A dinâmica familiar era marcada por constantes agressões físicas e psicológicas. Sua mãe e um de seus irmãos são diagnosticados com esquizofrenia. Por não ser medicada corretamente, sua mãe tinha constantes crises. Os delírios persecutórios de sua mãe marcaram a infância e adolescência da paciente, que ouvia constantemente que as pessoas eram ruins e poderiam causar algum mal para ela. Aos 25 anos, a paciente deixou sua família e mudou-se para outra cidade com sua namorada. Alguns anos depois, foi traída por sua companheira e passou a morar sozinha. A traição culminou para o fortalecimento de sua crença em que as pessoas eram ruins.

A solidão fez com que a paciente desenvolvesse sintomas depressivos. Além do ambiente familiar conturbado, a paciente tinha muito medo de que sua família descobrisse sua orientação sexual (sentia-se inadequada por ser homossexual). Isso fez com que suas visitas aos familiares acontecessem esporadicamente, apenas quando julgava como realmente necessárias. Sem manter um vínculo familiar saudável e com o círculo social extremamente reduzido, a paciente passava horas trancada em seu quarto assistindo televisão. Exceto em suas horas de trabalho, ela evitava qualquer tipo de aproximação social.

Apesar de se sentir só e sofrer muito com a ausência de interações sociais afetivas, a paciente imaginava consequências catastróficas caso se atrevesse a criar novos vínculos interpessoais (ou retomar antigos), o que fez com que se isolasse cada vez mais. Essas cognições e comportamentos alimentaram um ciclo vicioso, responsável pela manutenção de sintomas depressivos por muitos anos.

4 | AS SESSÕES DA TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL

O primeiro contato com a paciente foi destinado à realização de uma entrevista inicial. Nesse momento, foram levantadas informações básicas sobre a paciente, como: idade, profissão, estado civil, escolaridade, queixas (principal e secundárias), uso de medicamentos, entre outros.

Por meio das informações levantadas nesse primeiro momento, foi possível iniciar a construção da conceituação cognitiva da paciente. Beck e Newman (2005) descrevem a conceituação de caso como uma avaliação histórica e prospectiva de padrões e estilos de pensamento. Nessa conceituação, são mapeadas as crenças centrais, crenças intermediárias (suposições, regras condicionadas e estratégias compensatórias), esquemas, fatos relevantes para a formação destas cognições e três situações interpretadas pela crença em vigor.

Como forma de mensurar de forma quantitativa os resultados obtidos ao longo do processo psicoterapêutico e acompanhar a evolução da paciente, as Escalas de Beck (BDI, BAI e BHS) foram aplicadas na grande maioria das sessões. A partir do segundo atendimento, a lista de dificuldades e metas (LDM) começou a ser construída de forma colaborativa com a paciente.

A LDM trata-se de uma sistematização de problemas e metas de diversas áreas da vida da paciente (social, afetiva, acadêmica, familiar, trabalho, entre outras), envolvendo: a) um problema; b) uma meta para resolução desse problema; c) submetas para alcançar a meta estabelecida. Essa lista deve ser extremamente clara, objetiva e concreta, tornando mais fácil a operacionalização por parte do paciente e fornecendo esperança para o tratamento. A LDM embasou o plano de ação desenvolvido pelo terapeuta, que norteou suas intervenções de acordo com as problemáticas e metas levantadas pela paciente.

Ao longo do processo, o terapeuta realizou diversos processos de psicoeducação, tendo como objetivo engajá-la no modelo cognitivo-comportamental. A frase seguinte foi transcrita de uma das sessões, onde a paciente relata de forma metafórica a maneira como assimilou os conceitos da terapia cognitivo-comportamental: “Às vezes, na correria do dia a dia, acabo batendo meu braço e nem me dou conta do que houve. Algumas horas depois, olho para ele e percebo que há um hematoma roxo. O mesmo acontece com nossas emoções. Às vezes, não nos atentamos aos pensamentos, e as emoções permanecem por um bom tempo lá, como o roxo do braço e só vai melhorar quando nós cuidamos dele. “A participação ativa da paciente no processo é fundamental para que seja desenvolvido um senso de autonomia. O ato de ser “autoterapeuta” estende os ganhos da sessão e é um dos principais pontos determinantes para o processo de alta e prevenção de recaída.

Beck (1979) sugere que através da psicoterapia, o paciente aprende a monitorar, testar na realidade e modificar padrões estereotipados de pensamentos negativos. Assim, seriam desenvolvidas novas formas de pensar sobre si mesmo e sobre o mundo. Tais habilidades permitiriam lidar mais eficazmente com as depressões posteriores, abortar depressões incipientes, e, possivelmente, até mesmo prevenir novas depressões (ALMEIDA & NETO, 2003, p. 241).

Algumas das principais técnicas utilizadas no processo terapêutico foram: a) questionamentos socráticos: ao invés de debater ou confrontar as cognições disfuncionais, o terapeuta guia o paciente para a descoberta (KNAPP, 2004); b) RPD – Registro de Pensamento Disfuncional: estimula-se constantemente o inquérito sobre

a veracidade dos padrões cognitivos (WRIGHT, 2008); c) intervenções para ideação suicida: investigação de motivos para viver x motivos para morrer, vantagens de estar vivo e de estar morto (curto, médio e longo prazo); d) exercício de descatastrofização: registro do pior resultado possível, do melhor resultado possível e decisão, com base em experiências passadas, o que é mais provável que aconteça: a catástrofe, o melhor resultado ou um resultado intermediário (MCMULLIN, 2005); e) ativação comportamental: planejamento de atividades que oferecem sentimento de realização ou prazer, além de melhorar o humor e o comportamento. O paciente se torna mais ativo e desenvolve a autoeficácia (BECK, 2013); f) atribuição de tarefas de casa: com base nos objetivos de cada etapa do processo terapêutico, foram desenvolvidas atividades práticas fora da sala de atendimento, responsáveis por estender os ganhos da sessão mesmo sem a supervisão direta do terapeuta.

5 | RESULTADOS E REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO TERAPÊUTICO

Após o desenvolvimento de 16 sessões, a paciente recebeu alta do processo psicoterapêutico. A tomada de decisão foi realizada de forma colaborativa, considerando o prognóstico clínico e a vontade da paciente. Uma das variáveis importantes para obtenção de resultados positivos foi a qualidade da Aliança Terapêutica e a participação ativa da paciente no processo.

De forma geral, a Aliança Terapêutica tem sido descrita como um elemento fundamental do processo psicoterapêutico por ser uma das variáveis relacionadas tanto à adesão quanto ao resultado do tratamento (HORVATH & LUBORSKY, 1993). Nesse sentido, ela pode ser considerada como uma pré-condição para que um processo psicoterápico possa se estabelecer (CORDIOLI, CALICH & FLECK, 1989).

O sucesso nas práticas da paciente colaborou para que sua postura se mantivesse ativa e com esperança, mesmo nos momentos conflituosos e de maior dificuldade. Ao avaliar de forma comparativa os escores obtidos nas Escalas de Beck, a melhora da paciente é evidente. No momento da entrevista inicial, onde ocorreu o primeiro contato entre o terapeuta e a paciente, o escore foi de 15 pontos no BDI (inventário de depressão); 13 no BAI (inventário de ansiedade) e 8 no BHS (inventário de desesperança). Esses valores apontavam para um índice leve de depressão, ansiedade e desesperança, além de uma considerável ideação suicida (levando e conta a análise qualitativa e investigação dos itens assinalados no BDI).

A evolução do quadro foi gradual, e na décima primeira sessão, os escores obtidos pela paciente foram de 5 no BDI, 0 no BAI e 1 no BHS, evidenciando níveis mínimos de depressão, ansiedade e desesperança, além da ausência total de cognições ligadas ao suicídio. A melhora mensurada por meio da ferramenta foi condizente com a postura, funcionamento cognitivo e humor da paciente.

O esquema de inadequação e as crenças centrais da paciente foram flexibilizadas, assim como padrões cognitivos mais saudáveis foram desenvolvidos. A lista de

dificuldades e metas foi reavaliada pela paciente, que atribuiu altos escores de sucesso para a grande maioria dos problemas elencados no início do processo terapêutico. Não havendo mais pendências ou demandas para terapia, de forma consensual, a paciente recebeu alta do processo terapêutico.

Concluindo, após o levantamento e reflexão dos resultados aqui evidenciados, podemos compreender a terapia cognitivo-comportamental como uma importante abordagem de intervenção clínica, mostrando-se extremamente efetiva para casos de depressão, sendo capaz de promover bem-estar psicológico aos usuários em um espaço de tempo reduzido.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. M.; LOTUFO NETO, F. **Revisão sobre o uso da terapia cognitiva-comportamental na prevenção de recaídas e recorrências depressivas.** Rev. Bras. Psiquiatria, São Paulo, v. 25, n. 4, p. 239-244, out. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462003000400011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 de junho de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-44462003000400011>.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION et al. **DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais.** Artmed Editora, 2014.

BECK, A. T. **Cognitive Therapy and the Emotional Disorders.** New York: International Universities Press; 1976.

BECK, A. T. **Thinking and depression.** Idiosyncratic content and cognitive distortions. Arch Gen Psychiatry, 1963.

BECK, A. T. & NEWMAN, C. F. **Cognitive therapy.** In: Kaplan & Sadock's. Comprehensive textbook of psychiatry. 8th ed. New York: Lippincott Williams & Wilkins; 2005.

BECK, J. S. **Terapia Cognitiva-Comportamental: teoria e prática.** 2ª Ed. Porto Alegre. Artmed, 2013.

CORDIOLI, A.; CALICH, J. & FLECK, M. **Aliança terapêutica: uma revisão de conceito.** In C. Eizirik, R. Aguiar, & S. Schestatsky (Orgs.), Psicoterapia de Orientação Analítica: Teoria e Prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

HORVATH, A. O. & LUBORSKY, L. **The role of the therapeutic alliance in psychotherapy.** Journal of Consulting and Clinical Psychology, 1993.

KNAPP, P. **Princípios da Terapia Cognitiva.** In: Knapp P. (org.) Terapia cognitivo-comportamental na prática psiquiátrica. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

KNAPP, P. & BECK, A. T. **Fundamentos, modelos conceituais, aplicações e pesquisa da terapia cognitiva.** Rev. Bras. Psiquiatr., São Paulo, v. 30, supl. 2, p. s54-s64, out. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462008000600002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 de junho de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-44462008000600002>.

MCMULLIN, R. E. **Manual de técnicas em terapia cognitiva.** Porto Alegre: Artmed, 2005.

WRIGHT, J. H.; BASCO, M. R.; THASE, M. E. **Aprendendo a terapia cognitivo-comportamental: um guia ilustrado.** Porto Alegre: Artmed, 2008.

UM CASO DE RESISTÊNCIA: O GAROTO QUE DEIXOU DE SER O LATERAL

Marielle Frascareli Lima

Universidade do Sagrado Coração, Centro de Ciências Humanas
Bauru – São Paulo

Ana Celina Pires de Campos Guimarães

Universidade do Sagrado Coração, Centro de Ciências Humanas
Bauru – São Paulo

RESUMO: A psicanálise é uma abordagem dentro da psicologia, que teve início na neurologia, sendo seu criador Sigmund Freud. O presente estudo descreve a prática clínica na abordagem psicanalítica, que ocorreu durante o período de Estágio de Processos Clínicos em uma clínica escola, no interior do estado de São Paulo. O paciente em questão é um adolescente, que estava cursando o ensino fundamental e apresentava queixa de agressividade com o pai, quebrava objetos dentro de casa e sentia muito ciúmes do irmão mais novo. Foram realizadas vinte e duas sessões, o paciente apresentou três faltas justificadas e uma não justificada. A frequência era semanal de cinquenta minutos de duração. Inicialmente o mesmo não falava de si, no futebol ele era o lateral, evidenciando a visão de si mesmo como alguém que fica de canto. A partir do par analítico, o mesmo conseguiu falar mais sobre si mesmo e conseqüentemente trazer sentimentos hostis e de raiva. Através

das simbolizações e representações o paciente pode transformar seus conteúdos agressivos em pensamentos e falar sobre eles ao invés de atuá-los. Atualmente está apresentando maior capacidade de insight e diminuição da sua resistência. O mesmo parou de quebrar objetos em casa à medida que foi conseguindo trazer sua raiva para a terapia e elaborá-la.

PALAVRAS-CHAVE: Psicanálise. Resistência. Agressividade.

ABSTRACT: Psychoanalysis is an approach within psychology, which began in neurology, with its creator Sigmund Freud. The present study describes the clinical practice in the psychoanalytic approach, which occurred during the period of Clinical Processes in a school clinic, in the countryside of São Paulo. The patient in question is a teenager, who was in elementary school and complained of aggression with his father, he used to break objects in the house and was very jealous of his younger brother. Twenty-two sessions were performed, the patient presented three justified absences and one unexcused. The frequency was weekly for fifty minutes. Initially he was not talking about himself, in football he was the full back, evidencing the vision of himself as someone who stays in the corner. From the analytic pair, he was able to talk more about himself and consequently to bring hostile and

angry feelings. Through symbolizations and representations the patient can turn his aggressive content into thoughts and talk about them rather than acting on them. It is currently showing greater capacity for insight and less resistance. He stopped breaking objects at home as he managed to bring his anger into therapy and elaborate it.

KEYWORDS: Psychoanalysis. Resistance. Aggressiveness.

1 | INTRODUÇÃO SOBRE A ABORDAGEM PSICANALÍTICA

A psicanálise é uma das abordagens psicoterápicas da psicologia, que teve início com o neurologista Sigmund Freud. O mesmo tinha interesse em entender o funcionamento do psiquismo humano através das psicopatologias da época, inicialmente a histeria.

A psicanálise é uma disciplina científica instituída por Sigmund Freud há cerca de sessenta anos. Como qualquer outra doutrina científica, deu origem a certas teorias que se derivam de seus dados de observação e que procuram ordenar e explicar esses dados. Aquilo que chamamos de teoria psicanalítica é, portanto, um corpo de hipóteses a respeito do funcionamento e do desenvolvimento da mente no homem. É uma parte da psicologia geral e compreende aquelas que são, sem dúvida, as mais importantes contribuições que se realizaram até hoje em relação à psicologia humana. (BRENNER, 1975, p.17)

A princípio, Freud utilizava o método hipnótico com seus pacientes, mas aos poucos foi percebendo que a associação livre se mostrava mais eficiente. Além disso, o mesmo também percebeu que a psicanálise pode contribuir para a compreensão das psicopatologias como para a compreensão do funcionamento mental do ser humano. Sobre isso, Brenner (1975, p. 17) traz sua contribuição “É importante compreender que a teoria psicanalítica se interessa tanto pelo funcionamento mental normal como pelo patológico. De forma alguma, constitui apenas uma teoria de psicopatologia”.

A psicanálise é uma teoria que leva em conta o funcionamento do inconsciente, no qual, acredita-se que o ser humano é conduzido pelo mesmo. Dessa forma, o ser humano age sem perceber que algo lhe domina. Segundo Brenner (1975, p. 17-18) “[...] de acordo com a teoria psicanalítica, os processos mentais inconscientes tem grande frequência e significado no funcionamento normal, bem como no anormal”. A palavra inconsciente já demonstra que não é facilmente acessível, é um conteúdo que fica “escondido”, mas enquanto ele não vem para a consciência o sujeito sofre sem saber o motivo de tal sofrimento, por isso a psicoterapia com base psicanalítica se mostra eficaz e necessária. Ela auxilia o sujeito nessa caminhada para recordar o que havia esquecido. Ao falar em aparelho psíquico, Freud utiliza o termo estruturas, se referindo à primeira tópica (inconsciente, pré-consciente e consciente) e a segunda tópica (id, ego e superego). Essas estruturas estão ligadas entre si e são constituídas ao longo o desenvolvimento do sujeito, durante as fases psicosssexuais do desenvolvimento.

Diante de tal entendimento, a psicanálise visa tornar consciente alguns processos inconscientes, possibilitando ao paciente maior controle sobre seus

impulsos advindos do inconsciente. Por ser algo do inconsciente, é de difícil acesso, pois existem mecanismos de defesa, responsáveis por preservar os materiais que ali se encontram. Por essa razão, a psicoterapia nessa abordagem também tem como objetivo a diminuição das resistências.

2 | APRESENTAÇÃO DO CASO E O MÉTODO PSICANALÍTICO

O presente estudo descreve a prática clínica na abordagem psicanalítica. O caso em questão foi atendido semanalmente em uma Clínica Escola, localizada no interior de São Paulo.

O paciente descrito nesse trabalho é do sexo masculino, um adolescente que cursava o ensino fundamental e apresentava, inicialmente, queixa de agressividade com o pai.

No primeiro atendimento com a mãe, a mesma relata que o paciente é um menino que sente muito ciúmes do irmão mais novo. Em alguns episódios relatados pela mãe, quando o adolescente fica nervoso, entra no banheiro de casa e começa a quebrar objetos. Através dos relatos, também foi possível perceber uma ligação da agressividade com o nascimento do irmão, visto que esses comportamentos passaram a acontecer depois do nascimento do mesmo.

A família paterna apresentava problemas e isso refletia na conduta do pai com relação ao paciente. A figura paterna demonstrava omissão diante da educação dos filhos, pois tratava os mesmos como amigos. Dessa forma, a mãe se apresentava como figura de autoridade e rigidez.

Defrontamo-nos, então, com uma situação bastante curiosa. O adolescente precisa ter, nos adultos, figuras com as quais se identifique, e, ao mesmo tempo, que o façam perceber-se diferente deles. No entanto, os adultos atuais tendem a viver e a comportar-se também como adolescentes, perdidos numa confusão similar. Se o jovem deve enfrentar os adultos para diferenciar-se deles, nem isso agora lhe é permitido. (LEVISKY, p. 16-17, 1998)

No primeiro contato com o paciente, foi possível notar que o mesmo já se comportava e se vestia como um adolescente, apesar de não ter completado doze anos. O mesmo descreveu a mãe como uma pessoa nervosa, acrescentou dizendo que a relação dos dois era conturbada, pois ele se irritava com a forma com que ela lhe tratava. O paciente apresentava ambivalência, em momentos tinha raiva da mãe, em outros momentos demonstrava empatia e carinho.

Na psicanálise uma das regras técnicas é a associação livre, no qual segundo Zirmerman (2008) é o compromisso assumido pelo analisando em associar livremente as ideias que lhe surgissem de forma espontânea na mente e verbalizá-las ao analista, independentemente de suas inibições ou do fato se ele as julgasse importantes ou não. Outras regras técnicas são a atenção flutuante, abstinência, neutralidade, amor à verdade e preservação do setting.

Seguindo a associação livre, o paciente pode expressar os seus sentimentos e angústias. Na sessão o mesmo falou sobre a relação com o pai, alegando que há dias em que o mesmo chega estressado em casa e por isso os dois acabam brigando. Também relatou sobre sua relação com alguns amigos, que acredita ser boa, apesar de ter desfeito algumas amizades, pois seus colegas começaram a usar drogas. O paciente vive em um bairro de vulnerabilidade.

Apesar da queixa inicial ter sido os conflitos com o pai, durante os atendimentos foi possível perceber que os desentendimentos aconteciam mais entre o paciente e a mãe. A mãe se mostra rígida na educação dos filhos e o adolescente demonstrava querer desafiar a mesma.

Verifica-se assim que, na perspectiva de Freud, o motivo premente que implicaria o adolescente a separar-se dos pais, seria o ressurgimento da problemática Edipiana para se defender da ligação Edipiana o jovem teria que repudiar inconscientemente os pais, gerando-se o conflito inevitável, pois “O registo externo modelado pelas circunstâncias históricas, cruzam-se com o registo interno de um passado e presente internalizado, ou seja, representado e interpretado pelo próprio indivíduo” (Fleming, 1997, p. 44 apud FERREIRA; NELAS, 2006).

Durante alguns atendimentos foi possível notar a empatia que o paciente tinha com as outras pessoas e em outros momentos seu sadismo, por exemplo, quando houve um problema na escola e o adolescente falou que ficou com dó da professora, mas em seguida trouxe as falas “parecia que a professora fosse ter um infarto”, nesse momento demonstrou preocupação, mas logo em seguida disse “mas até que eu iria gostar porque ela é muito chata”.

Em alguns momentos demonstrava não saber lidar com certas situações e por essa razão acabava discutindo com as pessoas, como por exemplo, quando fazia aula de natação e sua professora o comparou com o amigo. O paciente não gostou da atitude, mas não verbalizou sua insatisfação para a professora. Quando o paciente deixava de verbalizar, ficava mais enfurecido e isso fazia com que ocorressem brigas e discussões com a família. Além da dificuldade de comunicação também tentava fugir das situações, nesse mesmo exemplo, o paciente pensou em parar de fazer natação por causa da professora.

O papel masculino da casa era ofuscado pela mãe, pois a mesma demonstra maior autoridade e controle sobre a família. Dessa forma, o paciente foi internalizando um tipo de figura paterna, que se apresenta de forma omissa. Houve um atendimento que o adolescente disse “às vezes meu pai tenta arrumar meu quarto, mas acaba desarrumando mais”, com essa fala é possível perceber como o paciente internalizou o pai, alguém que desorganiza e que bagunça ao invés de ajudar a organizar. Aos poucos foi evidenciando que não havia espaço para o pai (figura masculina) e ao mesmo tempo o paciente também não sentia espaço para si mesmo.

A crise da masculinidade tem levado, desde a década de 1970, um coletivo de homens a refletir sobre sua própria experiência no patriarcado e seu papel no cenário doméstico e nas relações familiares. Todavia, um conjunto de crenças e valores sobre o masculino e o feminino, construídos social e culturalmente a partir

das diferenças entre os sexos, determina a formação de um sistema simbólico que norteia e sustenta, no mundo público e privado, a vida dos homens e a das mulheres. (FREITAS, SILVA, COELHO et al., 2009)

A psicanálise leva em conta o inconsciente do paciente, por essa razão a terapia nessa abordagem tem uma escuta diferenciada. É uma escuta para o que é verbal e o que não é verbal (transferência e contratransferência, por exemplo), no qual diminui o sofrimento daquele paciente. Ao poder falar sobre as relações com seus pais, o mesmo pode diminuir suas angústias e trazer para o contexto clínico sua agressividade.

O encontro analítico passou a ser observado e estudado como uma relação que produz um impacto emocional mútuo, no qual ocorrem trocas de informações, ou seja, comunicações, em nível verbal e não-verbal, intencionais ou não. Refletir sobre a transferência contemporaneamente significa preocupar-se com o que é transmitido sobre o funcionamento mental do paciente e, eventualmente, do analista, isto é, de sua contratransferência, através do que ocorre na relação paciente-analista, no nível consciente, mas, principalmente, inconsciente [...] A contratransferência permite que o analista escute, através de seus sentimentos, não só o que o paciente diz, mas, mais ainda, o que ele não diz, por ignorá-lo no plano do consciente. (ZASLAVSKY, SANTOS, 2005, pg. 293-301)

Em alguns atendimentos, foi possível notar a baixa autoestima do paciente, pois apresentava bastante criatividade, mas sempre que criava algo desmerecia ou desvalorizava o objeto, como por exemplo, quando fez um *rap* na escola, nesse mesmo dia seus colegas lhe indicaram para criar outro *rap* na comemoração da escola, mas ele entendeu como uma crítica e não um elogio.

Nas depressões narcísicas durante a adolescência emergem feridas narcísicas (sentimentos de fracasso, de incompetência) e baixa da autoestima resultantes de experiências remotas, na estruturação self/objeto primitivos, e atuais diante das in experiências egóicas e o elevado nível de expectativas. As frustrações narcísicas podem desenvolver mecanismos punitivos, auto e heteroagressivos intensos, aumentando as feridas narcísicas e a baixa da autoestima. (LEVISKY, 2002)

O paciente também demonstrou sua baixa autoestima ao falar do torneio interclasses, fazendo previsões negativas sobre o desfecho dos jogos. O adolescente relatou que no futebol sua posição tática é na lateral e completou dizendo que cada amigo se encaixa em uma posição, pois cada um é bom em algo específico.

A posição tática no jogo de futebol comunicou como o paciente se posiciona diante da vida. O adolescente se vê deixado de canto e com pouca abertura para se expressar, é a mesma forma como o pai se apresenta dentro da família. O paciente passa a repetir na vida o que ainda não foi elaborado e recordado, então o adolescente repete a forma como vê a figura paterna.

[...] o paciente não recorda coisa alguma do que esqueceu e reprimiu, mas expressa pela atuação. Ele o reproduz não como lembrança, mas como ação; repete-o, sem, naturalmente, saber que o está repetindo [...] O que nos interessa, acima de tudo, é, naturalmente, a relação desta compulsão à repetição com a transferência e com a resistência. Logo percebemos que a transferência é, ela própria, apenas um fragmento da repetição e que a repetição é uma transferência do passado esquecido, não apenas para o médico, mas também para todos os outros aspectos da situação atual. Devemos estar preparados para descobrir,

portanto, que o paciente se submete à compulsão, à repetição, que agora substitui o impulso a recordar, não apenas em sua atitude pessoal para com o médico, mas também em cada diferente atividade e relacionamento que podem ocupar sua vida na ocasião (FREUD, 1914)

A forma como o paciente se posicionava na vida, também ocorria nas sessões, demonstrava dificuldade em se posicionar e dizer o que realmente pensava ou sentia. A chegada do irmão mais novo também foi algo marcante na vida dele, pois depois do nascimento começou a ficar mais de lado na família. Em alguns momentos ele demonstrava disputar a atenção da família com o irmão mais novo.

Quando as perguntas eram voltadas para o paciente, como por exemplo, como ele se sentia ou pensava, o paciente demonstrava não pensar em si mesmo. Demonstrava dificuldade para se olhar internamente e valorizar o que pensava ou sentia, habituado ser a pessoa que fica na lateral, acostumou a deixar seus sentimentos de lado também.

Mello Filho (2001) aponta a necessidade das pessoas com predominância de defesa do tipo falso self, de esconder e negar a sua realidade interna, na medida em que a perda ou o abandono, ainda que parcial, do falso self, desperta temores de perda de limites, desintegração, aniquilação. Assim, a vivência de irrealidade também decorre do fato destes indivíduos experimentarem sentimentos e impulsos não condizentes com a idealização mental estruturada e mantida à custa de uma inibição mais ou menos rígida de sua espontaneidade e criatividade. (GALVAN; MORAES, 2009)

O paciente se mostrou diferente do que a mãe descreveu no momento da entrevista inicial, pois inicialmente a mãe descreveu o adolescente como agressivo e pouco afetuoso. Apesar de ter algumas brigas com a família, sempre estava junto da mesma. A família se reunia para assistir algo na televisão e o adolescente gostava de brincar com seus irmãos. O paciente se mostrava afetuoso com a família e acreditava que podia contar apenas com eles. Segundo Alberti (p. 15, 2009) [...] a adolescência é descrita como uma travessia das aparências, na qual o sujeito abandona determinadas identificações imaginárias com os pais para partir em sua aventura [...].

Houve momentos em que o paciente relatava que queria voltar a ser criança para ter os mesmos privilégios que o irmão mais novo, mas também tinha momentos que dizia que queria ter mais idade para poder trabalhar e comprar suas coisas. A adolescência é um período de transição que o jovem está entre a criança e o adulto, esse período traz sofrimento.

O adolescente se olha no espelho e se acha diferente. Constata facilmente que perdeu aquela graça infantil que, em nossa cultura, parece garantir o amor incondicional dos adultos, sua proteção e solicitude imediatas. Essa segurança perdida deveria ser compensada por um novo olhar dos mesmos adultos que reconhecesse a imagem púbere como sendo a figura de outro adulto, seu par iminente. Ora, esse olhar falha: o adolescente perde (ou, para crescer, renuncia) a segurança do amor que era garantido à criança, sem ganhar em troca outra forma de reconhecimento que lhe parecia, nessa altura, devido. Ao contrário, a maturação, que, para ele, é evidente, invasiva e destrutiva do que fazia sua graça de criança, é recusada, suspensa, negada. Talvez haja maturação, lhe dizem, mas ainda não é maturidade. Por consequência, ele não é mais nada, nem criança amada, nem adulto reconhecido. (CALLIGARIS, 2013. p.23)

Em alguns momentos o paciente demonstrava muita voracidade e por essa razão, sempre estava insatisfeito com o pouco que possuía, trazendo relatos para as sessões sobre suas ambições e vontades. Em uma de suas falas, o adolescente relatou “eu queria ser aquele cara que corre mais, que faz cesta ou faz gol, mas eu só sirvo para jogar como zagueiro ou para defender as bolas, pra correr e passar a bola” depois continuou demonstrando seu desejo de ser melhor.

Durante os atendimentos o adolescente pode expressar seu sadismo, como por exemplo, quando o mesmo relatou a forma como zomba dos amigos ou quando matou o rato que encontrou na rua. Quando o paciente demonstra seu sadismo, o mesmo deixava de ser o sujeito passivo e passava a ter um papel ativo. Dessa forma é possível ver uma tentativa do adolescente ser visto e conseqüentemente ser percebido.

No sadismo e masoquismo: o sujeito violenta outro, o sujeito assume o lugar do objeto violentado e outra pessoa ocupa o lugar do sujeito que violenta. O que há de comum em ambos os trabalhos é que um terceiro, um sujeito indeterminado, ocupará o lugar que antes era do sujeito. [...] Freud ([1915] 2004) assim define o par de opostos sadismo-masoquismo [...] (D’Agord et al., 2010)

O paciente entrou em processo de resistência, o que indicou proximidade do conflito nuclear, demonstrando o avanço terapêutico. O mesmo foi obrigado pela mãe a comparecer às sessões, assim como era obrigado a fazer aula de natação e ir no SESC, percebendo que não tinha voz dentro de casa sente irritação e descontentamento. Esses sentimentos eram atuados na relação com a mãe, pois ela o obrigava a fazer o que não queria.

[...] Afirma também que o eu desconhece esses mecanismos que ele mesmo cria, ou seja, a operação da resistência é inconsciente. Das outras duas formas de resistência, uma está ligada ao isso e leva à repetição e à compulsão e a outra está ligada ao supereu e se expressa através da culpa e da necessidade de punição. Portanto, para Freud, a resistência não se reduz às defesas do eu [...] (LEÃO, p. 12-13, 2006)

A resistência foi percebida pela forma como o paciente passou a se comportar durante os atendimentos. Chamado na sala de espera, o mesmo virou e disse para a mãe que não queria entrar no atendimento. Na sessão seguinte essa questão foi abordada e interpretada, indo à terapia porque a mãe obrigou era uma forma de ainda se manter passivo na relação, ainda é uma forma de não ter voz. O paciente relatou que gostava de ir à terapia e que era para ele, não era uma obrigação para com os pais.

Em alguns momentos, o paciente demonstrava resiliência e maturidade, como por exemplo, na frase “meus amigos ficam tristes, eu não fico porque se o brinquedo já quebrou, não vai adiantar ficar triste e por isso não fico pensando”. O mesmo tem apresentado boa capacidade de enfrentamento, mas ainda se percebe em posição de desvantagem e prejuízo diante da vida.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO

O adolescente em questão apresentava queixa de agressividade voltada para o pai, mas no decorrer dos atendimentos foi possível perceber que havia uma relação conflituosa entre ele e a mãe. A mesma se apresentava como uma figura rígida e autoritária, o pai era omissivo e submisso e por isso o papel paterno era ofuscado dentro da família.

O paciente internalizou um tipo de figura masculina e dessa forma repetia aquilo que não estava consciente. Então em suas relações era submisso e permitia-se ficar de canto. Ao longo das sessões o adolescente pode canalizar sua agressividade para os atendimentos, dessa forma, parou de quebrar objetos dentro de casa e passou a ter melhor rendimento na escola. A mãe do paciente sente que o mesmo está mais dedicado e interessado.

Na clínica psicanalítica, o psicoterapeuta forma um par analítico com o paciente. Segundo Zimerman (2008) “[...] Entre os analistas de hoje existe um consenso, virtualmente absoluto, de que um processo analítico repousa, sobretudo, na dinâmica que existe no campo analítico (termo de Baranger, 1961), estabelecido pelas influências recíprocas entre o par analítico”.

A mãe havia introjetado uma imagem ruim do paciente, ao final das sessões foi possível mostrar para a mesma que era necessário olhar para o adolescente de forma mais positiva, valorizar os acertos e a criatividade que o mesmo apresentava. Nesse momento ela conseguiu relatar que o paciente é um bom filho, pois tira notas boas e conta tudo o que acontece para ela.

Durante os atendimentos alguns conflitos puderam se repetir, como a submissão e sua falta de posicionamento, como alguém que fica na lateral. O paciente tentou sair desse lugar, no qual se encontrava, mas ainda não havia encontrado uma forma efetiva para fazer isso, então suas tentativas resultavam em brigas e discussões.

Houve um episódio em que o paciente se viu em uma situação mais delicada e então disse “Eu deixei para o capitão do time resolver. Nosso time está um pouco desorganizado e eu gosto de organizar, mas não gosto das responsabilidades. Igual vice-líder e líder, eu não gostaria de ser”. Dessa forma o paciente ia transitando entre o desejo de ser criança e ser adulto. Ter os privilégios de criança e não ter responsabilidades, mas ao mesmo tempo queria sua liberdade.

A partir da continência e da escuta psicanalítica, o mesmo conseguiu falar mais de si mesmo, conseqüentemente trazendo sentimentos positivos e negativos. O paciente se sentiu confortável para expressar verbalmente a raiva que sente de seu irmão mais novo, trazendo essa raiva para a consciência ela deixou de ter tanta força e dessa forma foi possível lidar com a situação de outras maneiras, como por exemplo, ao invés de tentar chamar atenção da família brigando com o irmão, ele pode conviver com o mesmo e aproveitar da sua companhia.

Apresentava questões próprias da adolescência, como por exemplo, o

distanciamento dos pais para assim construir sua autoimagem e buscar seu próprio grupo, também demonstrava querer sua liberdade e autonomia. Ao mesmo tempo mostrava o quanto era doloroso crescer, pois perderia alguns privilégios da dependência infantil.

Ao longo da terapia pode fazer tentativas de mudar sua forma de se posicionar diante da vida. A terapia estava caminhando para a elaboração do conflito, pois a resistência já não era tão impeditiva.

O caso foi encerrado com o fim do estágio. Mas através do mesmo foi possível perceber a força do inconsciente através da repetição do paciente. Ao longo dos atendimentos o mesmo pode lidar com suas dificuldades de forma mais criativa e menos agressiva ou passiva.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, S. **Esse sujeito adolescente**. Rios Ambiciosos/ Contra Capa, Rio de Janeiro, 3 ed., 2009.

BRENNER, C. **Noções básicas de Psicanálise: introdução à psicologia psicanalítica**. Imago Editora LTDA, Rio de Janeiro, 3 ed., 1975

CALLIGARIS, C. **A adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2013.

D'AGORD, M. R. L. et al. **Psicanálise, psicopatologia e literature: modos de uso da fantasia**. Tempo psicanal., vol.42, n.2, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382010000200004>. Acesso em: 26 set. 2017

FERREIRA, M.; NELAS, P. B. **Adolescências... Adolescentes...** Millenium, 2006. Disponível em: <<http://revistas.rcaap.pt/millenium/article/view/8399/5990>>. Acesso em: 06 nov. 2017

FREITAS, W. M. F.; SILVA, A. T. M. C.; GUEDES, R. N.; LUCENA, K. D. T.; COSTA, A. P. T. **Paternidade: responsabilidade social do homem no papel de provedor**. Rev. Saúde Pública, Paraíba, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v43n1/6868>>. Acesso em: 06 nov. 2017

FREUD, S. (1914a). **Recordar, repetir e elaborar**. In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 12. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

GALVAN, G. B.; MORAES, M. L. T. **Os conceitos de verdadeiro e falso self e suas implicações na prática clínica**. Aletheia, Canoas, n.30, pp. 50-58, 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942009000200005>. Acesso em: 06 nov. 2017

LEÃO, Y. A. S. **Resistência e Psicanálise**. Scielo, São Paulo, p.12-13, 2006. Disponível em: <http://www.torodepsicanalise.com.br/publicacoes/arq_00081.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2017

LEVISKY, D. L. **Adolescência pelos caminhos da violência: a psicanálise na prática social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

LEVISKY, D. L. **Depressões narcísicas na adolescência e o impacto da cultura**. Sociedade Brasileira de Psicanálise, São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.davidleolevisky.com.br/artigos/Depress%C3%B5es%20narc%C3%ADsicas-Rev%20Psych%C3%AA%20set%2002%20-%20com%20resumo.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2017

PONTALIS, J. B.; LAPLANCHE, J. **Vocabulário da psicanálise**. Martins Fontes, ed. 4, 2014.

ZASLAVSKY, J.; SANTOS, M. J. P. **Contratransferencia em psicoterapia e psiquiatria hoje**. Rev. Psiquiatr., vol.27, n.3, Rio Grande do Sul, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rprs/v27n3/v27n3a08>>. Acesso em: 13 jun. 2018

UMA EXPERIÊNCIA FORMATIVA EM PSICOPATOLOGIA: A CORRELAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA NA DETECÇÃO DE SIGNOS NO AMBIENTE PRÉ-ESCOLAR

Isabela Victória Teixeira

Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão
Catalão - Goiás

Keytli Cardoso Paulino

Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão
Catalão - Goiás

Tiago Gonçalves Corrêa

Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão
Catalão - Goiás

RESUMO: O presente relato de experiência é caracterizado como um estudo descritivo que visa expor o que foi vivenciado durante observações das atividades em uma instituição de educação infantil municipal, com crianças de 2 a 4 anos, além de discutir a importância da prática para a formação e treinamento de habilidades para o futuro profissional em psicologia. Este foi elaborado como resultado de atividades práticas para a disciplina de Psicopatologia na Infância do curso de psicologia da Universidade Federal de Goiás. A metodologia consiste na apreensão de signos através da observação participante e a discussão apresenta a correlação destes com as psicopatologias presentes no DSM-5, possibilitando o exercício de detecção e identificação de sinais comportamentais com base em hipóteses simples e diagnósticas, com a preocupação em não patologizar a experiência

da infância.

PALAVRAS-CHAVE: Relato de experiência. Psicopatologia. Infância. Sinais e sintomas. Hipóteses diagnósticas.

ABSTRACT: The present report of experience is characterized as a descriptive study that aims to expose what was experienced during observations of activities in a municipal institution of early childhood education, with children from 2 to 4 years, besides discussing the importance of practice for the formation and training of skills for the future professional in psychology. This was drawn up as a result of practical activities for the discipline of Psychopathology in Childhood of the psychology course at the Federal University of Goiás. The methodology consists in the seizure of signs through participant observation and the discussion shows the correlation of these with the psychopathologies present in DSM-5, allowing the exercise of detection and identification of behavioral signs based on simple assumptions and diagnostics statements, with the concern not to pathologize the experience of childhood.

KEYWORDS: Report of experience. Psychopathology. Childhood. Signals and symptoms. Diagnostic hypotheses.

1 | INTRODUÇÃO

O seguinte estudo contém relatos de experiências vivenciadas em uma creche. Ele foi produzido através da observação participante e atividades desenvolvidas, apresentando dados coletados durante a observação em sala de aula e ambientes externos (pátios e refeitório). A ida ao campo prático teve como objetivo geral captar sinais e sintomas no ambiente escolar, analisando-os de acordo com a quinta revisão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), contudo, deve-se deixar claro que há a preocupação de não transformar a experiência normal da infância em patologia, mas sim, considerar o referido trabalho e a experiência formativa como pressupostos para uma construção profissional que consiga captar signos, sendo, sobretudo, ética e responsável sobre a elaboração de laudos e diagnósticos.

Assim, este estudo diz respeito ao relato de uma experiência formativa, elaborado como um dos métodos avaliativos da disciplina de Psicopatologia na Infância, ministrada no terceiro período do curso de graduação em psicologia da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão.

A disciplina de Psicopatologia na Infância teve como objetivo geral possibilitar a reflexão sobre as modalidades de sofrimento psicopatológico na infância e discutir a concepção desta, o conceito de normalidade e quais aspectos uma criança apresenta por meio da análise da motricidade, linguagem, cuidados pessoais, adaptação a situações sociais e subjetividade. Estudou também os critérios diagnósticos, conceitos e compreensão dos aspectos clínicos e descritivos dos transtornos segundo o agrupamento nosográfico do DSM-5, além de estudos de casos clínicos. Os tópicos estudados foram sistematizados de acordo com Marcelli e Cohen (2010): condutas motoras, sono, linguagem, esfera oroalimentar, controle dos esfínteres, funções cognitivas, condutas sociais e condutas sexuais. Por causa da necessidade de exercitar a elaboração de hipóteses diagnósticas de crianças em diferentes contextos, o ambiente escolar foi o escolhido para a realização da carga horária prática da disciplina.

As atividades práticas foram realizadas no período de 19 a 26 de junho de 2017, em uma instituição infantil municipal do sudeste goiano. Sabe-se que a educação pré-escolar tem como foco preparar a criança para a entrada no ensino regular, e consiste em inseri-la em um ambiente de estimulação sensorial constante e de convívio com outros. É o local onde a criança tem sua primeira possibilidade de levantar suas hipóteses e aprendizagens sobre o mundo que a cerca. Nesse sentido, várias são as atividades em que podem ser observados aspectos globais da criança, tais como coordenação motora, orientação espacial, fala, atenção e socialização. Esses tópicos serviram de guia para a identificação de signos no contexto em que foram realizadas as visitas.

Deste modo, faz-se necessário compreender como se organiza a pré-escola no Brasil hoje. Nesse sentido, a educação pré-escolar é obrigatória a partir dos quatro

anos de idade e deve ser oferecida de forma gratuita pelo Estado, compondo um direito garantido pela Constituição Federal, de acordo com o artigo 208, inciso IV (BRASIL, 1988). Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), artigo 29, a educação infantil, como primeira fase da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996). Ainda de acordo com a LDB, artigo 31, incisos I e V, a educação infantil também envolve avaliação por intermédio de acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, além de emissão de documentação que comprove os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança (BRASIL, 1996).

O ambiente escolar, em geral, constitui um dos campos que mais acolhem os alunos do curso de psicologia, sendo também um dos mais ricos quando se pretende estudar psicopatologias. Como é a escola quem assume o compromisso da socialização e da transmissão do conhecimento, nesse processo a criança é convidada a inovar seu repertório comportamental de variadas formas. Além do mais, a escola é o local onde ela passa a maior parte de seu tempo ativo no dia, sendo no caso da educação infantil, no mínimo quatro horas em turno parcial e sete horas para jornada integral, segundo o artigo 31, inciso III, da LDB (BRASIL, 1996). Todos esses fatores colaboram para a verificação de signos, principalmente sinais comportamentais, em caso de observação direta feita por graduandos em psicologia, levando em consideração, obviamente, os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

Destarte, a atividade prática não diz respeito a elaboração de um diagnóstico final, mas uma discussão e melhor entendimento sobre o conteúdo fornecido em sala de aula. Essa experiência, além de demonstrar na prática como e o que deve ser observado, permite o contato direto com o sujeito de estudo e insere o aluno de psicologia em um contexto de preparação para a própria observação clínica.

Segundo Dalgarrondo (2008), a semiologia psicopatológica deriva-se da semiologia médica, e ambas tratam especificamente dos signos que apontam para a existência de sofrimento, transtornos e patologias em um sujeito; não obstante, aquela é definida como os saberes voltados aos sinais e sintomas dos transtornos mentais. Seus signos sempre possuem dupla dimensão, pois servem tanto como indicador, quanto símbolo: indicam uma disfunção que está em outro ponto do aparelho psíquico, só que mostrando uma relação contígua entre o sintoma e a disfunção de base; bem como são símbolos linguísticos arbitrários no seio de uma linguagem específica, nesse caso, a médica.

O signo se constitui como o elemento mais fundamental do campo de estudo da semiologia em geral. Aquele é um tipo de sinal, contudo, é sempre dotado de significação. Além disso, os signos mais importantes no campo da psicopatologia são os sinais comportamentais e os sintomas, porque aqueles são objetivos e constatáveis pela observação direta do sujeito e estes são as experiências subjetivas narradas pelo próprio indivíduo (DALGARRONDO, 2008).

Conforme Dalgalarrondo (2008), a psicopatologia, como campo que investiga vivências, estados mentais e padrões comportamentais com algumas particularidades psicológicas e atrelamentos intrincados com a "psicologia do normal", assume uma posição limite de estudar o homem em sua totalidade, reduzindo o sujeito em sua totalidade a conceitos psicopatológicos sob nenhuma hipótese, e nem adotando estes como explicações universais. Mesmo porque, há algo de mais íntimo no sujeito o qual não se tem notícias, logo, há sempre algo que a psicopatologia como ciência sistemática, perde.

Faz-se importante salientar que o reconhecimento das entidades nosológicas não tem exclusivamente valor teórico, também tendo seu valor pragmático na medida em que objetiva possibilitar o desenvolvimento de procedimentos terapêuticos e preventivos mais eficazes. Assim, o estudo da doença mental inicia-se pela observação cuidadosa de suas manifestações, sendo que esse trabalho demanda produção, definição, classificação, interpretação e ordenação daquilo que foi observado em certo entendimento lógico (DALGALARRONDO, 2008).

Logo, o presente trabalho faz um estudo dos sinais comportamentais como signos emitidos no ambiente escolar, uma vez que se limita à observação direta desses sinais realizados pelas crianças, sem a intenção de se aprofundar em questões de vivências subjetivas.

2 | METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa utilizada foi um estudo descritivo por meio da observação participante, a qual propicia a integração do observador às características e situações do grupo, acompanhando de forma mais íntima a realidade do evento de sua investigação, além de ter o benefício de tornar mínimo o desconforto dos sujeitos que estão sendo observados. Buscamos ajudar as professoras nas atividades desenvolvidas e interagir com as crianças ao longo do período das visitas. Os processos metodológicos foram diversos, incluindo o auxílio e a supervisão dos monitores da disciplina na construção dos diários de campo e relatórios.

3 | APRESENTAÇÃO DOS DADOS

A instituição conta com berçário e um refeitório, oferecendo alimentação escolar para os alunos em geral, e almoço para as crianças que permanecem por período integral. A creche apresenta uma boa infraestrutura e conta com salas de aula amplas. Cada sala onde foram feitas as observações possui banheiro com dois vasos sanitários, chuveiro e utensílios de banho individuais; filtro, diversos cartazes pedagógicos, como o alfabeto, numerais e canções, brinquedos diversos, televisão, aparelho de DVD, ganchos na parede devidamente identificados com o nome de cada criança para que

possam ser pendurados os materiais individuais (como mochilas), bem como colchões.

Logo que as crianças chegam tomam o café-da-manhã, e por volta das 7h45min iniciam-se as atividades em sala de aula. As observações foram feitas nas turmas de maternal 1A e 2A. Cada classe conta com uma pedagoga e uma monitora, tendo aproximadamente 18 crianças matriculadas por turma, com faixa etária de 2 a 4 anos.

Todos os dias as crianças começaram suas atividades entoando músicas infantis. Na sala do maternal 1A, todas cantaram, exceto uma criança A e uma criança B, as quais foram observadas mais atentamente adiante.

Na primeira visita as crianças plantaram feijão em um copo plástico, e depois de uma semana, a professora mostrou o feijão. As crianças ficaram eufóricas e foram correndo ver como estava cada pé de feijão, exceto a criança B, que não expressou nenhum interesse. A professora teve que levar a caixa com os feijões até onde ela estava e mesmo assim ela desprezou-os. Ficou todo o tempo só no canto da sala, não conversou com nenhum colega. Ela fala muito bem com os adultos, respondendo prontamente tudo que lhe é solicitado, porém mostra pouca interação social.

As crianças assistiram repetidas vezes um DVD com vários desenhos animados da Disney, especialmente a história "Os Três Porquinhos". A maioria ficou encantada com os desenhos, exceto uma criança C, que não passou nem pelo menos um minuto olhando para a televisão, em todas as visitas. Sempre se mostrou muito distante daquilo, só olhando para os lados, para outros estímulos externos ao desenho. Qualquer outra coisa a distraía rapidamente.

Concomitante com o desenho, a professora colocou à disposição das crianças várias peças de LEGO. Elas demonstraram bastante interesse, classificando-as por cores e formatos. Esse jogo permitiu a observação da coordenação motora ao encaixar as peças e a criatividade da nomeação aos elementos montados.

Alguns tomaram banho durante as observações. A criança A trocou a fralda descartável algumas vezes. Foi a única que usou fralda em todo o período. A grande maioria tem um bom controle esfinteriano.

Após uma observação mais constante, essa criança A também chamou a atenção pela sua agressividade, porque batia nos colegas sem motivo aparente. Falou extremamente pouco, mesmo seu próprio nome era inaudível, representando uma quase total ausência de fala. Colocou vários objetos na boca, como as peças do LEGO e seu elástico de cabelo.

A criança D ficou muito quieta, interagindo pouco com seus pares. Quando todos estavam muito atentos aos desenhos, em dois momentos ela começou a cochilar na sala. As professoras até deram um copo de água para ela beber, para ver se ela despertava pelo menos até a hora do almoço. Uma outra criança E estava bastante quieta também, mas pelo fato de estar doente. Ela não quis comer nada no almoço.

Já na sala do maternal 2A, poucas crianças cantaram a letra das músicas corretamente, mas todas participaram, com exceção das crianças F e G. A criança F estava muito distraída, e mesmo com a professora chamando pelo seu nome ela

não atendeu ao chamado. A criança G não parou quieta nos arredores de seu lugar, preferiu desviar-se para a janela e para debaixo das mesas.

Foi proposta pela professora uma atividade de construção da "Dona Aranha" em duas etapas: pintar o corpo de preto e colar lã preta para serem suas pernas. Por falta de materiais as crianças foram divididas, enquanto um grupo pintou, o outro brincou com os brinquedos disponibilizados pela monitora de sala. Contudo, a criança F preferiu não interagir com as outras crianças, sentando sozinha em uma mesa de frente para a parede com seu brinquedo.

Na tarefa de unir a ponta de um pedaço de lã ao pingo de cola a maioria se saiu bem, demonstrando bom desenvolvimento motor. Entretanto, a criança G não conseguiu seguir as instruções, e sempre acabava colocando o meio do cordão em cima do pingo de cola.

No pátio principal, as crianças foram instruídas a sentar no chão e ouvir uma história, "O Patinho Feio", a qual a criança G não se mostrou interessada e, portanto, ficou saindo do seu lugar e passeando pelo pátio.

Todos da turma pintaram um patinho. Eles receberam os cadernos de desenhos, passaram tinta amarela na mão e colocaram na folha em branco para ser o patinho, e com o auxílio pintaram o lago. Todos mostraram boa coordenação motora e boa discriminação de cores. No recreio a professora terminou os outros detalhes do desenho, e durante esse intervalo, a criança H começou a gaguejar ao conversar com um adulto.

4 | DISCUSSÃO

Nessa discussão serão apresentadas apenas possíveis hipóteses diagnósticas que se relacionam com os sinais e sintomas observados no campo. É importante salientar que a persistência e a frequência desses comportamentos devem ser utilizadas para fazer a distinção entre um comportamento dentro dos limites normais e um comportamento sintomático. Os critérios utilizados serão baseados no DSM-5 (2014).

A criança A apresentou múltiplos sinais que serão analisados separadamente. A utilização da fralda aparentemente preenche os critérios para dois transtornos da eliminação:

- a. Enurese de subtipo noturno e diurno. A característica essencial da enurese é a eliminação repetida completa e não controlada de urina durante o dia ou à noite na cama ou na roupa, mais comumente involuntária;
- b. Encoprese de subtipo sem constipação e incontinência por extravasamento. O aspecto característico da encoprese é a eliminação repetida de fezes em locais inapropriados, mais comumente involuntária.

A agressividade, seu baixo nível de tolerância e descontrole comportamental

supostamente satisfazem os critérios para transtorno disruptivo da desregulação do humor, um diagnóstico dentro dos transtornos depressivos. A característica principal desse transtorno é a irritabilidade crônica grave. Essa irritabilidade apresenta frequentes explosões de raiva expressas pela linguagem ou pelo comportamento e humor insistentemente irritável entre as explosões de raiva.

Os episódios de levar as peças de LEGO e o elástico de cabelo à boca podem relacionar-se com um transtorno alimentar denominado pica. A característica essencial da pica é a ingestão de substâncias não alimentares de forma persistente durante um período mínimo de um mês.

O fato de ainda não falar seu próprio nome e a pouca verbalização pode indicar o transtorno da fala, agrupado nos transtornos do neurodesenvolvimento. O transtorno da fala se caracteriza por uma dificuldade persistente para produção da fala que interfere na clareza da fala ou impede a comunicação verbal de mensagens. Entre crianças com desenvolvimento típico, aos 2 anos, 50% da fala geral já deve ser passível de compreensão.

A criança B não fala com seus colegas, mas fala com suas professoras, além de apresentar pouca interação social. Uma hipótese para esses sinais seria transtorno de mutismo seletivo, incluído nos transtornos de ansiedade. Caracteriza-se por um fracasso persistente para falar em situações sociais específicas nas quais existe a expectativa para tal, apesar de falar em outras situações. A dificuldade de falar com as outras crianças se confirma, contudo, no mutismo seletivo as crianças sofrem prejuízo acadêmico com frequência porque não se comunicam com os professores no que se refere às suas necessidades. Portanto, essa hipótese será descartada. Uma segunda hipótese, e mais provável, seria transtorno de ansiedade social (fobia social), o qual representa um medo ou ansiedade acentuados de situações sociais nas quais o indivíduo pode ser julgado pelos outros. Em crianças, o medo ou ansiedade pode ser expresso por imobilização, comportamento de agarrar-se ou encolher-se em situações sociais.

Os sinais comportamentais da criança C, ou seja, a dificuldade em manter a atenção nas tarefas de caráter lúdico que lhe eram apresentadas, satisfazem o principal critério para transtorno de déficit de atenção/hiperatividade com apresentação predominantemente desatenta, um diagnóstico listado entre os transtornos do neurodesenvolvimento. É um padrão persistente de desatenção e/ou hiperatividade-impulsividade que interfere no funcionamento ou no desenvolvimento. A desatenção manifesta-se comportamentalmente como divagação em tarefas, falta de persistência, dificuldade de manter o foco e desorganização.

A criança D estava com muito sono na sala de aula. Esse comportamento satisfaz o principal critério do transtorno de hipersonolência, que está dentro dos transtornos do sono-vigília. Entretanto, deve-se fazer uma investigação mais apurada para constatar se não foi apenas uma má qualidade de sono/fadiga naquele dia em específico, o que é muito mais provável.

A criança E evitou o alimento, não comendo nada no almoço. O transtorno alimentar restritivo/evitativo incluído nos transtornos alimentares se caracteriza pela esquivia ou a restrição da ingestão alimentar, manifestando um fracasso significativo em satisfazer as demandas de nutrição ou ingestão energética necessárias. Contudo, a perturbação alimentar não é atribuível a uma condição médica concomitante, logo, essa hipótese é refutada pelo fato da criança E ter apresentado episódios de febre e vômito na noite anterior, em sua casa.

Em relação aos comportamentos da criança F, os sinais de isolamento, pouca fala, e de estar choroso, se reúnem em alguns dos critérios do transtorno depressivo maior. Dentro do DSM-5, esse transtorno possui o critério da persistência dos sintomas no mínimo de duas semanas, e o humor deprimido deve estar presente na maior parte do dia, além de estar presente quase todos os dias. Já a falta de atenção, a distração fácil, e a inquietação apontam para um transtorno de déficit de atenção/hiperatividade, porém, a criança ainda não desenvolve tarefas escolares complexas para que seu desempenho seja analisado, o que é um critério importante de diagnóstico desse transtorno dentro do manual.

Os sinais comportamentais da criança G com relação às condutas, como a desobediência, a distração, não parar no lugar e mexer em tudo, podem-se enquadrar na instabilidade psicomotora que de acordo com Marcelli e Cohen (2010) abrange um pólo motor e um pólo das capacidades de atenção, resultando em uma criança que sempre está em movimento e desatenta, com uma prevalência de um desses pólos. Além disso, os sinais também se relacionam com o transtorno de déficit de atenção/hiperatividade. O TDAH tem seu início na infância e há uma exigência de que vários sintomas estejam presentes antes dos 12 anos de idade. A dificuldade de coordenação motora, presente na criança G ao tentar realizar a tarefa de fazer a Dona Aranha pode estar associada a uma questão de ser uma experiência nova para a criança, ou seja, pode ser o primeiro contato da criança com atividades do tipo, mas os signos preenchem alguns critérios do transtorno do desenvolvimento da coordenação. Esse transtorno caracteriza-se por déficits na aquisição e na execução de habilidades motoras coordenadas, manifestando-se por dificuldade, lentidão e imprecisão no desempenho de atividades motoras, que causa interferência no cotidiano do sujeito.

Já a criança H apresentou regressão da fala, uma emissão de uma sílaba de forma explosiva e um bloqueio da emissão de um som durante um intervalo de tempo. Embora na idade de 3-4 anos seja comum uma gagueira fisiológica, no primeiro dia a criança apresentava frases completas sem nenhuma dificuldade, portanto os sinais podem apontar para um transtorno da fluência com início na infância (gagueira). A gagueira é caracterizada por perturbações da emissão e produção motora da fala, acrescentando sons ou sílabas repetidas, prolongamento de sons de consoantes ou vogais, interrupção de palavras, bloqueio ou palavras pronunciadas com tensão física excessiva. Esse transtorno do neurodesenvolvimento inicia-se precocemente, mas deve-se levar em consideração que é comum as crianças regredirem na linguagem se

há um evento familiar envolvido, como a chegada de um irmão mais novo, a separação dos pais, etc.

Após tecer todas essas correlações com os signos observados, é necessário ressaltar que a psicopatologia contemporânea é marcada pelo excesso de medicalização dos sujeitos, sobretudo as crianças, devido ao desempenho escolar. De acordo com Travaglia (2014), essa expansão das intervenções médicas pode ser lida como um "gerador de um efeito de adoecimento" (p. 33), uma vez que a própria leitura do sujeito dentro de um diagnóstico o influencia a manter medicamentos antes mesmo de uma tentativa de tratamento sem remédios.

Essa nomeação diagnóstica do sujeito pode ser interpretada como "uma forma de apelo ao Outro, uma forma de endereçamento" (TRAVAGLIA, 2014, p. 34) que constitui um elemento para análise. Além disso, em muitos casos é através da descrição dos signos que o paciente apresenta o seu adoecimento, sendo uma abertura para falar de si mesmo (TRAVAGLIA, 2014). Assim, mostra-se relevante não apenas saber identificar um signo, mas também entender quais conjuntos de signos que se relacionam a um diagnóstico, uma vez que muitos dos pacientes chegam com um diagnóstico formulado e o utiliza como referência de sua demanda.

Já a respeito do diagnóstico infantil, é necessário "compreender a vida das crianças, o lugar que elas ocupam nas relações familiares e a forma de produção subjetiva que marcam a infância" (SANTOS; CINTRA JUNIOR; FARIAS, 2017, p. 208), pois esses fatores dão indicativos a respeito da normatividade ou não dos signos emitidos.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da atividade prática realizada permitiu a aquisição de habilidades investigativas e a melhoria da capacidade de relacionar conceitos teóricos vistos na sala de aula e experiências práticas vividas na creche. As visitas se mostraram bastante enriquecedoras, pois foram uma oportunidade de sanar algumas dúvidas existentes durante as aulas.

O trabalho prático possibilitou uma formulação e eliminação de hipóteses, assim como uma análise dos critérios de diagnósticos de cada transtorno envolvido. Através do trabalho, foi observada a importância de analisar primeiramente as hipóteses mais simples para explicar tal comportamento, sem partir diretamente de um adoecimento psicológico, considerando episódios do cotidiano ou fatores biológicos e fisiológicos.

É pertinente reforçar mais uma vez que essa análise não pretende atingir respostas conclusivas, apenas discutir hipóteses de forma a relacionar a teoria apreendida na disciplina Psicopatologia na Infância e a prática. Além do mais, várias variáveis como o período de observação reduzido, a observação de apenas um contexto dos vários nos quais a criança está imersa e o quesito da idade cronológica mínima (ou nível de desenvolvimento equivalente) não foram analisadas, o que torna essas hipóteses

pouco prováveis se comparadas a hipóteses mais simples, como as que tangem ao funcionamento do corpo biológico.

As classificações nosológicas, tais como CID-10 e DSM-5, formulam critérios de diagnóstico, todavia, não garantem ao profissional as habilidades de captação de signos, discriminação, elaboração e análise dos sintomas no contexto da clínica (MARCELLI; COHEN, 2010). Assim, a prática durante a graduação possibilita o desenvolvimento e treinamento dessas habilidades.

Além disso, a psicopatologia na infância, de acordo com Marcelli e Cohen (2010), necessita de uma atenção especial quanto aos critérios de normalidade e patologia estabelecidos, uma vez que deve-se considerar principalmente o processo de desenvolvimento infantil que interfere nos comportamentos, o qual possui, durante algumas fases, a prevalência de um ou mais signos frequentes durante um período de tempo.

Em relação aos outros aspectos que são utilizados como critérios para a distinção do que é normal e patológico, tais como as médias estatísticas, utopia e processos dinâmicos, ainda podem ser questionados. Logo, Marcelli e Cohen (2010) optam por trabalhar com a união entre os conceitos de normal e patológico somado aos critérios citados para se chegar a uma classificação do comportamento. Contudo, também ressaltam que essa classificação depende principalmente da visão do profissional frente à história do paciente.

Marcelli e Cohen (2010) discutem também o fato de que no ambiente clínico há considerações importantes a respeito do sujeito que está além de sua demanda, sendo de extrema importância para seu diagnóstico que se atente a esses outros aspectos. Essa questão deve ser ressaltada na clínica com crianças, pois as demandas apresentadas são dos pais. Assim, no momento das entrevistas e da elaboração do diagnóstico deve-se ter um olhar para além da demanda, buscando entender o modo de funcionamento da criança e a flexibilidade ou rigidez que o signo em questão adquire em sua vida.

Além da quantidade de transtornos mentais, há erros comuns no momento da elaboração do diagnóstico, como a não percepção de pequenos sinais importantes presentes na fala do paciente, atribuição de interpretação subjetiva do próprio psicólogo sem embasamento, e a ansiedade causada pela inexperiência. As visitas de campo reforçam o conteúdo obtido na sala de aula e familiarizam o estudante com os desafios da observação, fornecendo uma experiência orientada que permite o esclarecimento de dúvidas e aprendizados com os erros, uma vez que o campo prático não possui o compromisso de retornar qualquer diagnóstico ou análise para a instituição.

Assim, experiências como essas são extremamente importantes para construção do conhecimento do futuro profissional de psicologia, pois nem sempre os estudantes estão em contato com a realidade psicopatológica durante os primeiros anos na faculdade. Portanto, o levantamento e a associação dos dados são métodos de aprendizagem e demonstração de conhecimento que contribui com a formação do

aluno, colaborando com treino e familiarização com a coleta de sintomas na observação.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais - DSM-5**. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases** (LDB). Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

MARCELLI, D.; COHEN, D. **Infância e Psicopatologia**. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. Tradução de: Fátima Murad.

SANTOS, K. R. dos; CINTRA JUNIOR, D. de F.; FARIAS, R. R. S. Saúde Mental na Infância: os Seus Riscos e Desafios na Contemporaneidade. **Revista Fsa**, Teresina, v. 14, n. 6, p. 204-229, dez. 2017. Disponível em: <<http://www4.fsanet.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/1481>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

TRAVAGLIA, A. A. da S. Psicanálise e saúde mental, uma visão crítica sobre psicopatologia contemporânea e a questão dos diagnósticos. **Psicologia Revista**, São Paulo, v. 23, n. 1, p.31-49, mai. 2014. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/viewFile/20213/15042>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E ADOLESCÊNCIAS: O “SI” ENTRE IDENTIDADES E IDENTIFICAÇÕES

Flávia Ávila Moraes

Universidade Federal de Goiás (UFG) – INESSOL

Bruno Aires Simões

Universidade Federal de Goiás (UFG) – INESSOL

Juliana Pereira de Araújo

Universidade Federal de Goiás (UFG) – INESSOL

RESUMO: A extensão universitária pressupõe a realização de atividades que, munidas dos saberes científicos e populares, pavimentem a transposição de desafios da realidade local. Assim, é transpassada por grande complexidade, já que não atende aos modelos verticalizados de ensino nem a lógica cartesiana da ciência. Talvez devido a esse caráter amplo e integrador vemos a predominância de projetos de extensão voltados ao universo adulto, de modo que são raros os que atuam com adolescentes. Quando o fazem reproduzem a dinâmica da liturgia escolar, impondo disciplinas de silêncio e obediência. Na Universidade Federal de Goiás (Regional Catalão) a Incubadora de Empreendimentos Sócio-solidários (INESSOL) vem, desde 2012, realizando extensão ancorada na Educação Popular e na Economia Solidária. Entre agosto de 2017 e julho de 2018 desenvolveu o projeto “Formação de Lideranças Juvenis para o Empreendedorismo Social e a Economia Solidária”, com jovens entre 12 e 17 anos. Nos encontros foram problematizadas

4 temáticas (Economia solidária, Gênero e Protagonismo, Saúde e empreendedorismo social e Agroecologia) objetivando não apenas a conscientização, mas ações direcionadas à resolução de problemas. Logo no primeiro módulo emergiu a necessidade de pensarmos a adolescência tal qual as juventudes, portanto, como categoria cultural, considerando ainda que vivem uma realidade pós-moderna marcada pela fluidez das identidades, ou mesmo pela ausência de identidade fixa. Constatado isto, buscamos aprofundar a compreensão sobre identidades-identificações para prosseguirmos o projeto, entendendo a partir dessa lógica nosso papel de formadores-extensionistas. Neste capítulo socializamos o percurso e fundamentos teórico metodológicos desta experiência objetivando problematizar a adolescência de nossos tempos.

PALAVRAS-CHAVES: Extensão universitária; Economia Solidária; Identidade; Pós-modernidade.

ABSTRACT: The university extension presupposes the accomplishment of activities that, equipped with the scientific and popular knowledge, pave the transposition of challenges of the local reality. Thus, it is crossed by great complexity, since it does not attend verticalized models of education nor the Cartesian logic of science. Perhaps due to this broad and

integrating character we see the predominance of extension projects aimed at the adult universe, so that those who work with adolescents are rare. When they do, they reproduce the dynamics of the school liturgy, imposing disciplines of silence and obedience. At the Federal University of Goiás (Regional Catalão), the Incubator of Socio-Solidary Enterprises (INESSOL) has been carrying out anchored extension in Popular Education and Solidary Economy since 2012. Between August 2017 and July 2018 he developed the project “Training of Youth Leadership for Social Entrepreneurship and Solidarity Economy”, with young people between 11 and 15 years old. In the meetings, 4 thematic themes (Solidary Economy, Gender and Protagonism, Health and Social Entrepreneurship and Agroecology) were discussed, aiming at not only awareness, but actions aimed at solving problems. In the first module, the need to think of adolescence as youths, therefore, as a cultural category, has yet emerged, considering that they live a postmodern reality marked by the fluidity of identities, or even by the absence of fixed identity. Given this, we seek to deepen the understanding of identities-identifications to proceed with the project, understanding from this logic our role as trainers-extensionists. In this chapter we socialize the course and theoretical methodological foundations of this experience aiming to problematize the adolescence of our times.

KEYWORDS: University Extension; Solidarity economy; Identity; Postmodernity.

1 | INTRODUÇÃO

Em 2012 a Incubadora de Empreendimentos Sociossolidários-INESSOL foi constituída na Universidade Federal de Goiás (regional Catalão) com o objetivo de alavancar ideias e ações calcadas na Economia solidária (SINGER,) em Catalão. Suas atividades foram garantidas pela aprovação de um edital de extensão que tinha como proposta a incubação de empreendimentos de economia solidária, especialmente cooperativas de trabalho. Posteriormente, outros projetos desse tipo foram executados com destaque para as ações com a Cooperativa de trabalhadores autônomos de Catalão (COOTRACAT) e com a Cooperativa de Produção de Vestuário Moda e Flor (COOPERMODAS) que, se não lograram o êxito esperado na dimensão da organização e melhoria de renda, contribuíram de forma indubitável para iniciar o processo de leitura de mundo dos adultos trabalhadores.

A avaliação realizada ao final destes primeiros projetos de extensão indicou como barreiras centrais tanto a dificuldade para manter a constância dos encontros já que na cooperativa havia a ideia de que qualquer “parada”, ainda que para formação, prejudicaria a renda, quanto a heterogeneidade da escolarização dos participantes que produzia nós metodológicos na dimensão didático-pedagógica. Assomados com os empecilhos institucionais e políticos de adentrar nas cooperativas, estas barreiras justificam o deslocamento dos projetos da INESSOL para o espaço da escola pública e, conseqüentemente, a alteração das parcerias a partir dali efetivadas não mais com adultos trabalhadores mas sim com jovens e adolescentes.

O projeto “Formação de Lideranças Juvenis para o empreendedorismo Social e a

Economia Solidária” foi escrito e aprovado em edital com proposta que apresenta em seu texto a observação de que as juventudes (Dayrel, 2014 *apud* Silva, 2017) se configuram em Catalão como coletivos aos quais são impostas pressões, responsabilidades e utopias, sem que políticas oportunizem estratégias reais de construção de perspectivas. No mesmo texto já admitíamos que os jovens e adolescentes vivem quase sempre sob um lapso entre a infância e a vida adulta, de maneira que ora são percebidos pelos adultos como capazes ora como incapazes no cuidado de si e no desempenho de papéis sociais.

Ainda que esta perspectiva de transitoriedade fosse pré-existente, nos defrontamos desde os primeiros momentos do projeto com um universo bem mais complexo. O que vimos não foram atitudes, estéticas e relações reconhecidas nos liames paradigmáticos da infância ou do mundo adulto, mas uma profusão de novas maneiras de ser efervescentes e não estáveis. Isso se manifestava nas formas como os adolescentes envolvidos com o projeto (inicialmente 36) se relacionavam entre si e conosco, os modos de agir, de estabelecer diálogo, de silenciar. Pistas que foram evidenciando que não poderíamos pensar em compreendê-los a partir de projeções fixas de identidade estabelecidas no critério etário e na modernidade (GIDDENS, 2002; HALL, 1999), mas sim na consideração dos processos de identificação como marca explícita da pós-modernidade (MAFFESOLI, 1998).

O que isso nos permite afirmar? Quais as implicações da nossa extensão? Sobre isso nos detivemos a pensar e trazemos neste ensaio algumas colocações e novas inquietações que ensejam contribuir com professores, extensionistas e interessados.

Em síntese, juventudes e adolescências manifestam com precisão e amplitude os desafios dos tempos modernos para nos tornarmos quem somos. Dito de outro modo, as adolescências e juventudes captam como ninguém as possibilidades da fluidez, da liberdade, da estética e do conhecimento pela experiência. Infelizmente ou felizmente reproduzem muito daquilo da liturgia da escola moderna, da sociedade moderna e impõe novos desafios a si e a todos nós.

2 | REVISÃO TEÓRICA

2.1 O que fazemos como ponto de partida: a Extensão Universitária.

Segundo a filósofa Marilena Chauí (2003) a universidade é uma instituição social que concebe como inseparável a ideia de democracia e de democratização do saber. Em concordância com este pensamento, é possível afirmar que a universidade pública é tida como um espaço de formação cidadã e profissional através da produção, acúmulo e disseminação de conhecimentos:

[...] por não estar limitada pelas injunções do mercado é que a universidade pública pode cumprir o seu papel histórico e social de produção e disseminação do conhecimento, e também manter com a cultura uma relação intrínseca que se

manifesta numa possibilidade de reflexão que foge aos moldes do compromisso imediatamente definido pelas pressões de demanda e de consumo (SILVA, 2001, p. 299).

Tendo em vista a função social que deve ser assumida pela universidade pública, de forma que esta retorne para a sociedade o investimento que nela vem sendo feito, “a extensão passa a ser considerada como o meio pelo qual a universidade atua na sociedade, na comunidade local” (PAULO, 2016, p.10).

Apesar deste compromisso social com a comunidade, os projetos de extensão nem sempre se preocuparam com as demandas político-sociais que se apresentavam. Surgida na Inglaterra no século XIX, veio para o Brasil no ano de 1911, visando a formação de mão de obra barata através de cursos técnicos (PAULO, 2016).

Na década de 1960, período no qual o Brasil passava por um amplo desenvolvimento econômico, contrastando com a realidade social, Carbonari (2007) afirma que a extensão passa “[...] a focalizar a inserção na realidade sócio econômica, política e cultural do Brasil” (CARBONARI, 2007 *apud* PAULO, 2016, p.8).

Impulsionado pelas mobilizações populares que militavam pelo amplo acesso ao ensino superior, em 1982 foi criado o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), que propunha ações extensionistas interligadas ao ensino e à pesquisa, deixando de lado o caráter assistencialista que marcou sua entrada no país (Rodrigues, 1997 *apud* Paulo, 2016). De acordo com Jazine (2004), este grupo defende o comprometimento universitário com todas as parcelas da população, estabelecendo ações e desenvolvendo pesquisas que busquem a diminuição das desigualdades sociais, em uma experiência dialógica com a comunidade, atrelando a isso a formação de profissionais comprometidos com essa causa (Jazine 2004 *apud* PAULO, 2016)

De modo a reiterar a importância da extensão universitária, estando essa equiparada ao ensino e à pesquisa em termos de importância, a Constituição Federal de 1988 preconiza que “As universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL,1988). Considerando estas três instâncias como o tripé das universidades brasileiras, Freire (2006) nos lembra do caráter dialógico que estas práticas devem assumir, de modo que não apenas a universidade deposite seus conhecimentos na comunidade, mas que esta também possa passar seus ensinamentos visando contribuir para a melhoria da oferta da instituição de ensino superior. Para tal, afirma que:

[...] educar e educar-se, na prática da liberdade é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem - por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais - em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (FREIRE, 2006, p.25).

2.2 O que projetamos como alvo: a Economia Solidária

A desigualdade social, consequência fundamental do modelo capitalista, faz com que muitas pessoas tenham que buscar alternativas de sobrevivência. Visando amenizar estes efeitos negativos, a Economia Solidária surge como uma alternativa que foca na geração de renda pelo e para o agrupamento de pessoas que se reúnem em coletivos solidários de autogestão.

Segundo o economista Paul Singer, a Economia Solidária é um modelo de organizar a produção, a distribuição e o consumo, estruturado sob a igualdade de direitos e responsabilidade de todos (SINGER, 2002 *apud* MOURÃO & ENGLER, 2014, p.330).

Consoante Cançado e Ghizoni (2013),

[...] os empreendimentos da economia solidária [EES] encontram [...] barreira já em seu ingresso no mercado: [...] a escala é pequena, o preço não é suficientemente competitivo e o empreendimento não tem condições de vender a prazo (CANÇADO & GHIZONI, 2013, p.30).

Visando fortalecer estes empreendimentos, Murad & Abreu (2016) esclarecem que as incubadoras sociais atuam na prestação de assessoria aos EES, uma vez que estes podem apresentar carência de conhecimentos técnicos e também de recursos.

No que tange ao processo de incubação de um empreendimento solidário, Cançado et al. (2010) afirma que a incubação deve prezar pela manutenção da autonomia dos grupos. Assim, EID (2004) alega que a incubadora estabelece um processo de construção dialógica com os trabalhadores diretamente envolvidos no processo de criação e desenvolvimento de cada empreendimento solidário, devendo a incubadora se colocar no lugar do grupo ao mesmo tempo em que se tornam compreensíveis para os trabalhadores os princípios da Economia Solidária.

2.3 Nas “juventudes” a parceria extensionista.

Pela realização do projeto “Formação de Lideranças Juvenis para o empreendedorismo Social e a Economia Solidária” iniciamos a produção da extensão universitária em um novo espaço que é a escola, contando com a parceria dos alunos matriculados nos anos finais do ensino fundamental (entre 12 e 17 anos). Descobriríamos rapidamente a necessidade de criarmos uma forma de interação diferente, já que atuaríamos com alunos e não mais com trabalhadores. Quais sinais recebemos para esta constatação? Foram dois.

Primeiro a dupla espera-silêncio. Não queremos dizer que na extensão com adultos trabalhadores não existissem esses elementos, tampouco que não os vemos em nossas turmas de aula na universidade, mas sim que na escola a espera e o silêncio dos adolescentes não significavam a pouca familiaridade com os “de fora”, mas a reprodução dos ritos escolares que Boto (2014) chama de liturgia de silêncio e obediência.

Segundo, ao mesmo tempo que seguiam o rito escolar de esperar e emudecer tentavam criar conosco uma relação e uma forma de interação-diálogo diferente, já que por vezes lançavam mão do domínio de códigos, gírias e interjeições alheias ao nosso universo (algo esperado), e por vezes assumiam papel de alunos. A comunicação corporal também fugia ao nosso radar, de modo que não conseguíamos, como o fazemos em sala de aula, perceber lideranças, intenções, lógicas de grupo. Formavam filas, grupos, rodas, alguns saíam do que considerávamos a geografia do coletivo, mas à distância participavam até mais do que os próximos - os que estavam ao nosso lado, por vezes se mostravam distantes devido ao uso de celulares.

Não havia, portanto, um tipo exato e esperado de jovem como se poderia supor décadas atrás (quando havia modelos de jovem “bom” e jovem “transviado”, facilmente captados e consolidados pelas telas do cinema). O falante de um dia poderia emudecer no outro, alguém bastante solícito poderia ir embora sem qualquer despedida.

Considerando essas características, nos vimos desafiados a ampliar a compreensão que tínhamos acerca do conceito “juventudes”, ao qual logo associamos o de adolescência no anteparo do arcabouço sociológico.

Em se tratando da adolescência, no que diz respeito à questão biológica, Papalia (2006) nos afirma que esta fase é concebida como a

Transição no desenvolvimento entre a infância e a idade adulta que envolve grandes mudanças físicas, cognitivas e psicossociais. [...] A adolescência dura aproximadamente 10 anos, dos 11 ou 12 anos até pouco antes ou depois dos 20 anos (PAPALIA et al., 2006, p. 440).

Para além dessa dimensão, faz-se imprescindível a compreensão histórico-social da constituição desta fase do desenvolvimento, concebendo-a como uma categoria identitária (SCHLEINIGER; STREY, [20--?], p.1) que é moldável segundo o espaço e tempo em que é contemplada.

Compreendendo estas duas vertentes, Silva (2017) aponta a existência de duas correntes que vão divergir no entendimento do que vem a ser o termo “juventudes”. Segundo a autora, a corrente geracional atrela o referido conceito à caracterização etária, prevalecendo a homogeneidade, enquanto a corrente classista considera a influência da identidade e da cultura dentro deste universo (PAIS, 2003 *apud* SILVA, 2017).

Concebendo o homem como ser histórico-social, acreditando que este, ao mesmo tempo em que modifica também é modificado pelo meio no qual se insere (LANE, 1989), conduziremos nossa compreensão seguindo os entendimentos da corrente classista que, assim como elucida Dayrell e Carrano (2014) concebe

Que a juventude é uma categoria socialmente produzida. Temos que levar em conta que as representações sobre a juventude, os sentidos que se atribuem a essa fase da vida, a posição social dos jovens e o tratamento que lhes é dado pela sociedade ganham contornos particulares em contextos históricos, sociais e culturais distintos. (...) Isso significa entender a juventude mais amplamente e não como uma etapa com um fim predeterminado e muito menos como um momento de preparação que será superado quando se entrar na vida adulta. (DAYRELL &

Uma vez influenciados por vários elementos de seu universo como a cultura, a escola e outros espaços de socialização e produção identitária, os autores supracitados concebem a complexidade existente neste universo, utilizando para tanto o termo “juventudes”, tendo em vista que não é possível simplificar uma realidade atravessada por elementos tanto simbólicos quanto culturais, que é vivenciada por cada um segundo sua singularidade, suas preferências, sua cultura e seus modos de vida.

Em concordância com a validação deste termo, Mamede-Neves (2010) afirma que este período é marcado por diferentes representações sociais, as quais são modificadas de acordo com o tempo histórico, portanto, juventudes que são historicamente modificadas segundo as singularidades do social que a tangencia (MAMEDE-NEVES, 2010, *apud*, SILVA, 2017).

Por tudo isto, concebemos a adolescência não apenas como um período determinado entre a infância e a idade adulta, mas principalmente como uma etapa do desenvolvimento que abarca questões muito caras à constituição do sujeito, considerando para além dos aspectos biológicos, particularidades referentes ao tempo histórico e aos aspectos sociais no qual este jovem irá se constituir enquanto indivíduo. Assim, compreendemos a “[...] escola como espaço de socialização e produção identitária” (SILVA, 2017, p.25), considerando indispensável o grupo de amigos, a família e a sociedade neste processo de formação da identidade, uma vez que “[...] é a partir das concepções que os outros têm dele que o adolescente vai formando seu autoconceito” (SOUZA, [20--?], p.2).

2.4 A pós-modernidade e a questão das identidades

Quando dizíamos dos sinais manifestos pelos jovens do projeto que nos imprimiram a necessidade de pensarmos as juventudes, dizíamos de um tipo de conduta difuso, inconstante, plural. Dizíamos de linguagens marcadas pelo antigo formal e atual cheio de abreviações, interjeições inéditas. Dizíamos de celulares, selfies, *zaps*, de uma pressa, um imediatismo, uma concentração curta, mas também profunda. Uma falta de sentido desejosa de experienciar algo que nem se sabe o que é.

Lembramos de nossa juventude. De nossa preocupação com o futuro muito mais do que com o presente. De nossa crença ainda que rebelde na fala dos mais velhos. Da falta do universo virtual e, portanto, das relações de presença-ausência. Dos corpos, cabelos, falas iguais. Necessidade de ser igual e punição ao destoante. Éramos jovens de outros tempos.

Buscamos compreender nossos tempos na seara da sociologia compreensiva que é marcada pela interdisciplinaridade, pela aproximação da psicanálise, da filosofia. Descobrimos a pós modernidade.

Touraine em sua obra “Crítica da Modernidade” (2002) argumenta que o sujeito social distanciou-se do indivíduo, apagando deste sua individualidade, subjetividade.

O que este autor nos mostra é que o afastamento das individualidades, das marcas pessoais e da subjetividade foi sempre condição *sine que non* para a produção da identidade moderna, fixa, moral, universal. As juventudes imersas nesta lógica foram sendo marcadas por adjetivos pejorativos como “bagunceiros”, “imaturos” (vemos aqui a questão biológica produzindo limites etários), “inconsequentes”, para que, submetidas continuamente ao escrutínio público, desejassem o quanto antes “ser adultos” ou “de maior”.

Na escola encontravam o modelo a seguir, que era o do bom aluno, primo-irmão do modelo de bom filho, boa moça. Por este padrão, a obediência, a submissão, o acatamento de todo conhecimento, conselho e regra vindos dos mais velhos. Crescer era majoritariamente adotar a identidade do adulto, que após conquistada nunca mais muda.

A história e as profundas transformações do século XIX, vão evidenciando que as identidades assim fixas não garantem a continuidade das “metanarrativas” ou verdades absolutas do tipo: “- O bem sempre vence o mal!”, ou “-Quem estuda terá um futuro melhor!”, muito menos a utópica harmonia social. As guerras mostram que a inteligência e o poder não estarão sempre a serviço do bem. O aumento da desigualdade e da pobreza produzem a desconfiança em relação a natureza humana e a educação como passaporte ao futuro democrático e justo. A globalização aprofunda esse movimento de crise e aplica golpes mortais à noção de segurança, verdade, identidade. Com ela e as tecnologias de informação e comunicação (TICs), o presente passa a ser perseguido, e com ele as inúmeras possibilidades de Ser. Ser tudo ou qualquer coisa ao mesmo tempo. Por isso autores como Hall (1999) e Maffesoli (1998) ousam afirmar que na pós modernidade não há mais identidades, mas sim múltiplos e sucessivos processos de identificação.

Para muitos, esses tempos, ainda que sem um nome comum (para Bauman (2001) é a modernidade líquida, para Maffesoli (1998) e Touraine (2002) pós modernidade, para Giddens (2002) modernidade tardia) manifestam o esgotamento não do capitalismo como sistema hegemônico (o que explica a manutenção do termo modernidade), mas das formas como os sujeitos vivem, trabalham, se relacionam. Nas brechas do sistema explorador e desigual surgem liberdades grandes e pequenas. Liberdades estéticas e corporais, de linguagem e expressão, de gênero e sexualidades, de rotinas e crenças. Pequenas subversões, transgressões e vagabundagens (MAFFESOLLI, 1998).

Isso tudo é visível na arte, nas ruas e na escola, tendo como ponta da lança as juventudes. Pela pós modernidade e suas identidades múltiplas, fluidas ou seus infinitos processos de identificação, voltamos a pensar as juventudes-adolescências na escola em que o projeto se desenrolava e sua metodologia.

3 | METODOLOGIA E ATIVIDADES DO PROJETO

A prática a qual o presente artigo faz menção se deu em uma escola municipal situada no município de Catalão – GO. A referida escola abrange alunos do ensino infantil ao ensino médio, de forma que o projeto contemplou alunos do 5º ao 9º ano, com uma faixa etária entre 12 e 17 anos de idade. Para chegarmos a ela, estivemos em reunião com a Secretaria Municipal de Educação para promoção de políticas formativas para a juventude, que nos falou de uma escola sedenta de iniciativas no sentido da aproximação universidade-comunidade. Escola situada em bairro periférico da cidade, longe da universidade e perto da violência.

Auxiliados pelo corpo docente da escola, com o qual nos reunimos para apresentar a proposta do projeto, definimos que os encontros com os alunos aconteceriam a cada quinze dias. Na mesma proporção, as reuniões da equipe INESSOL também aconteceriam quinzenalmente, com o intuito de discutir e planejar as ações dentro da escola.

Era nosso intento seguir o método de pesquisa-ação, uma vez que tínhamos em mente que o fato de termos como parceiros jovens e adolescentes seria algo facilitador para a metodologia ativa.

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa participante engajada [...]. Como o próprio nome já diz, a pesquisa-ação procura unir a ação ou a prática, isto é, desenvolver o conhecimento e a compreensão como parte da prática (ENGEL, 2000, p.182).

No fim de julho de 2017 fomos à escola pela primeira vez. Nesse primeiro encontro ficou acordado que iniciariamos dois projetos – coleta seletiva com a escola, para que esta pudesse se estender ao bairro e às outras escolas da cidade; e outro que seria de livre escolha dos alunos, buscando abrir possibilidades para que os mesmos pensassem aspectos que desejassem alterar dentro do ambiente escolar. Mais do que o empreendedorismo, buscávamos fortalecer o protagonismo juvenil.

Segundo os professores da instituição, o projeto seria de grande ajuda para motivar os alunos à darem continuidade nos estudos. De acordo com eles, principalmente os alunos do 9º ano estavam desmotivados, de modo que muitos não tinham perspectivas de adentrarem o ensino médio nem o ensino superior.

Com o objetivo de enredar ações em torno da referida escola a partir do protagonismo juvenil de seus alunos, organizamos ações teórico-práticas calcadas nos princípios da Educação Popular visando à formação para a Economia Solidária. Pensando deste modo os jovens, com o auxílio da universidade, planejariam e conduziram pequenas iniciativas de transformação social, iniciativas estas pensadas segundo os diferentes módulos que seriam trabalhados pelos professores da equipe INESSOL ao longo do ano (julho de 2017 à agosto de 2018): Economia solidária, Gênero e Protagonismo, Saúde e empreendedorismo social e Agroecologia

Para que pudéssemos suscitar o interesse dos alunos em participar do projeto, em agosto de 2017 fomos à escola para convidar os estudantes do 5º ao 9º ano.

De sala em sala, explicamos a proposta, informamos sobre as datas e horários das reuniões e nos disponibilizamos para sanar dúvidas. Muitos alunos se mostraram empolgados com a proposta, ansiosos para poderem participar do projeto. Findado o prazo para inscrição, tivemos 36 alunos interessados em caminhar conosco, excluindo a necessidade de fazer uma seleção para participação, já que a ideia era trabalhar com até 50 alunos. Algo que podemos destacar foi justamente a diferença entre a alta procura projetada pelos professores e o número de jovens para a primeira reunião. De mesmo modo, as justificativas dos alunos em relação à entrar no projeto, que iam no intuito de participar de algo “legal” muito mais do que “aprender mais”.

Visando entusiasmar os interessados, fomos até a escola parabenizar os alunos que tiveram a iniciativa de participarem da nossa proposta. Para que eles pudessem se sentir parte do projeto, confeccionamos uma carta de boas-vindas que eles deveriam trazer assinada pelos pais. A leitura que tivemos deste momento é que sim, as juventudes persistem em desejar a diferenciação positiva no ambiente escolar. A identidade juvenil atrelada ao ideário de “bom aluno” ainda é reconhecida e valorizada. Percebemos que alguns jovens ao serem anunciados como participantes do projeto se satisfaziam pela surpresa que causavam na turma.

Em reunião, decidimos que a primeira atividade seria a organização do espaço, de forma que os alunos deveriam pensar a melhor dinâmica para que 40 pessoas pudessem sentar, o local onde guardaríamos os possíveis assentos, e como poderíamos confeccioná-los. Apesar de já encaminhados com algumas questões importantes para o início do projeto, nos vimos impedidos a dar continuidade às atividades da forma como planejamos devido à alteração do calendário acadêmico por circunstâncias da última greve das universidades públicas, ocorrida no início de 2017. Assim, enquanto a universidade estava de recesso, os alunos estavam em período letivo e vice-versa.

Para os nossos encontros na escola, o espaço foi escolhido com influência dos alunos: embaixo das árvores, nos bancos afastados do pátio. Depois fomos interpretando a escolha para além da sombra e dos bancos. Como espaço intermediário entre o macro espaço da rua e o micro espaço da sala de aula, entretela para manifestações, algo entretipos e entretempos. Isso ficava mais claro na medida em que reparávamos o impacto do intervalo quando outros alunos saíam ao pátio e viam nosso coletivo. Nossos jovens mudavam sua postura querendo parecer maiores, mais soltos, menos alunos bons. Passado o intervalo cessavam os desejos de “ir ao banheiro” e o desenho do grupo retomava uma forma mais aula ou círculo.

O mês de outubro foi um período de muito trabalho para a nossa equipe, uma vez que nos organizávamos para a realização do II Encontro Goiano de Economia Solidária (Egesol), que aconteceria concomitantemente ao III Conpeex (Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão) da UFG – regional Catalão. Prevíamos a presença dos jovens e adolescentes do projeto. Não antevíamos nada a respeito de suas posturas, de seus interesses.

Para que todo o evento Egesol pudesse fluir de maneira proveitosa, mantendo

a marca da incubadora social (educação popular), fizemos parcerias com mulheres artesãs e nos unimos para que a Fundação Cultural da cidade pudesse ofertar oficinas de diversas naturezas. Dentro da programação estavam previstas oficinas, rodas de conversa e sessões de trocas.

Passados dois encontros sem sucesso devido ao não comparecimento dos alunos, conseguimos um encontro com a participação de 25 alunos que se mostraram muito animados com o projeto. Interessante como agora tomamos nota do modo como também nós posicionávamos esses jovens em um modelo prévio. Uma pré noção que os fixava na identidade concebida para o aluno pobre, de escola pública. Alguém com baixa auto-estima, tímido, acabrunhado.

Na ocasião, pedimos para que eles se apresentassem, falando um pouco de suas habilidades. Àqueles que haviam comparecido foram convidados à participar de algumas atividades propostas no II Egesol. A possibilidade de irem até à universidade, fez com que uma grande euforia tomasse conta do grupo. Mediante autorização prévia dos pais, os alunos foram à UFG na oficina “Educação em Saúde e Protagonismo Juvenil” e “Oficina de Fanzine” (um pequeno jornal artesanal). Vimos ali a variedade do que julgávamos único. Uns se aquietaram, outros sumiram literalmente, de modo que não havia como explicar sob o termo “jovens” tudo o que víamos. O tempo e as perspectivas também, já que para alguns o valor era mesmo o passeio, para outros era a primeira de muitas idas a universidade, para todos êxtase.

Buscando estabelecer um trabalho em equipe, de modo que todos se sentissem pertencentes e responsáveis pelo grupo, no decorrer dos encontros trabalhamos em formato de assembleia para a definição das regras do grupo, realizamos leitura e apresentação dos fanzines confeccionados por eles, construímos o conceito de Economia Solidária, almejando que eles pudessem ter uma maior compreensão sobre o foco de nossas ações, discussão essa que se mostrou muito frutífera, uma vez que eles compartilharam como vivenciam o preconceito e a desigualdade em seu dia-a-dia.

Novamente nos surpreendemos quando uma aluna nos disse da exclusão que sentia por conta de sua cor e de seu cabelo. Nos surpreendemos quando disseram da exclusão que toca as juventudes por serem justamente juventudes. Onde estavam as identidades jovens alienadas? Onde estavam as fugas da realidade e o desejo efêmero da brincadeira? Ao contrário das identidades prescritas que escapam sempre ao passado das brincadeiras de rua ou ao futuro do casamento e de emprego, encontramos identidades situadas na concretude da escassez, da poluição, do bullying. Há maturidade nas juventudes.

Afora isto, dividimos os alunos em grupos de operação, de modo que uma coletividade seria responsável pela publicação das ações do grupo nas redes sociais, outra se encarregaria de fazer o levantamento dos materiais necessários às ações planejadas (assentos, horta vertical, coleta seletiva) e outra de conseguir os materiais. Estas ações foram desenvolvidas ao longo dos meses de outubro e novembro, até o

início das férias escolares, e contamos com a média de 12 participantes por encontro.

Nesta definição de papéis, buscamos respeitar as escolhas de cada um e, ao mesmo tempo, direcionar alguns jovens a determinados grupos de operação. Percebemos, ainda que superficialmente, a questão das identificações produzindo mimetizações temporárias - quietos que ficavam falantes ao lado de falantes, atrevidos nascidos do contágio do atrevimento. Nós mesmos, adolescentes de novo, aproveitando a oportunidade da identificação. Vez ou outra uma ciranda iniciava ou encerrava nossos encontros.

Quando do retorno do período letivo, fomos até a escola lembrar os alunos do projeto, comunicando que neste ano de 2018 trabalharíamos um assunto por mês, colocando em prática as frentes estabelecidas pelos docentes que compõem a INESSOL. Nessa ocasião, deparamo-nos com a destruição do espaço onde ocorriam nossas reuniões, sem qualquer aviso prévio.

Para este ano os encontros foram repensados, de forma que estes aconteceriam nas três primeiras semanas dos meses, e a última semana seria de reunião com a equipe INESSOL. Com o remanejamento do nosso espaço, fomos realocados para uma pequena sala de aula, contudo, esta estava ocupada no horário das nossas reuniões, inviabilizando os encontros semanais.

No primeiro encontro de 2018, ocorrido no fim de janeiro, poucos alunos retomaram as atividades do projeto, que versaria sobre o tema de Agroecologia. Na semana destinada à construção da horta, nenhum compareceu. Logo após, a universidade entrou de recesso, interrompendo as atividades do projeto por quase um mês.

Com a retomada em abril, lembramos os alunos do retorno das atividades e dizemos sobre o tema destinado àquele mês. Tendo o assunto gênero como foco, cerca de 10 alunos compareceram à primeira semana, contudo, em sua maioria novatos. No decorrer dos encontros, a turma foi ficando cada vez mais escassa.

De igual modo, a equipe INESSOL enfrentou os desafios típicos da universidade, como o desvalor para a extensão (não conseguimos nenhuma forma de institucionalização que legitimasse nosso coletivo e nenhum benefício aos alunos voluntários), o acúmulo das atividades de ensino e pesquisa, a saída de membros importantes para formação.

No último módulo apenas 4 alunos. Com eles, trabalhamos novamente o conceito de Economia Solidária, motivando-os a pensar quais ações poderiam ser feitas por eles para colocar em prática o que foi discutido. Em seguida, combinamos que seria feito, através de um pequeno questionário, um levantamento na escola para mapear os serviços ofertados no bairro (exemplo: quem faz bolo, quem conserta roupas, quem é pedreiro) com o intuito de construir uma lista que seria distribuída à comunidade. Além disso, confeccionaríamos um mural de atividades na escola para que os pais e alunos pudessem organizar a oferta e a procura por serviços na região. Por fim, organizaríamos uma campanha de doação de materiais de limpeza e roupas de frio, que apesar de ser consoante com a prática assistencialista, surgiu como uma demanda

dos próprios alunos.

No encontro seguinte, apenas três alunas compareceram. Entregamos a elas o questionário, que deveria ser entregue a todos os alunos da escola e devolvidos depois de preenchidos e iniciamos a confecção de cartazes para a campanha.

Na terceira semana, quando iríamos ter acesso aos questionários entregues e iniciarmos a confecção da lista, fomos surpreendidas receber apenas um questionário, o que, segundo à escola, se justificou pela proximidade das férias, o que supostamente altera o ritmo de adesão dos alunos. Assim, finalizamos os cartazes da campanha e colamos na escola.

No fim desse último encontro, reunimos as alunas participantes do projeto e também mais dois alunos que já haviam integrado o grupo, com a finalidade de compreendermos o que fez com eles se interessassem pelo projeto, questionando os motivos para continuidade ou para o abandono e sobre o que foi negativo e o que poderia ser melhor. Através de uma conversa informal, nos foi respondido que muitos entraram no projeto por sugestão de algum amigo, outros participaram por considerarem legal. Segundo os presentes, alguns colegas saíram porque os pais não permitiam a ida à escola no contraturno, e até duvidavam da veracidade da ocorrência do projeto.

Apesar de não terem trazido nenhum ponto negativo, elogiando as atividades desenvolvidas, disseram que poderíamos ter abordado temas como: cuidados com o cabelo encaracolado, astronomia e questões ligadas à preservação ambiental. Ao fim, perguntamos se antes do projeto eles já tinham conhecimento da UFG, ao que a maioria respondeu de forma negativa, mas complementando que após esta experiência, tinham muita vontade de também estudarem lá. Voltamos ao ponto central: o que nossa experiência produz de conhecimento sobre a questão das identidades das juventudes ou seus processos de identificações?

4 | ANÁLISE

Queremos destacar que consideramos a INESSOL como pioneira de uma extensão universitária inovadora. Podemos afirmar que nos vemos como um núcleo, ou um coletivo, marcado pela pós-modernidade, porque não nos aferimos àquilo que esperam de sujeitos da universidade. Não replicamos fórmulas, não transmitimos conhecimento. Nossas identidades não se resumem a perfis profissionais, etários ou de gênero e classe social.

Neste horizonte, acreditamos que os erros e acertos colhidos ao longo do caminho dizem respeito à uma ação que busca se concretizar através da experimentação de diversas metodologias, diversas identificações. Nos percebermos pelo olhar dos adultos trabalhadores, das costureiras, dos jovens. Nos desafia pensar as possíveis identificações que podemos experimentar.

Durante o período em que estivemos na escola, pudemos, por diversas vezes, vivenciar a satisfação de estar trilhando rumos assertivos, e problematizar a questão das identidades e identificações. Problematizar como a escola, a extensão e os adultos influenciam no processo identitário dos adolescentes.

O que destacamos é que a adolescência anseia por identificar-se com algo, consigo, entre si, com o mundo. Mantém a marca da busca por um devir e um agora. A identidade enquanto modelo fixo não é mais única. Ser adolescente não é apenas isso ou aquilo. Os projetos reafirmam as identidades fluidas quando apontam em todas as direções e não mais o futuro, o emprego, o certo e errado. Os corpos, falas, gírias, posturas não nos permitem sugerir caminhos. Não mais conseguimos prever, pouco também aconselhar e menos ainda servir de exemplo.

A adesão dos alunos no início do projeto, o entusiasmo com as atividades propostas, bem como as discussões levantadas, corroboraram para este sentimento. Havia um sem fim de justificativas, expectativas, argumentos e projetos de vida. O que nos pareceu semelhante foi o campo de possibilidades destes adolescentes, encurtado pela escassez de experimentações de novos lugares, novos papéis, novos horizontes.

A desistência da maioria dos alunos fez com que com que repensássemos nossa prática, procurando pontos que possam ser aprimorados em futuras práticas extensionistas ligadas à incubadora. Pode ser o embate entre o cartesiano da modernidade e o plural fluido da pós modernidade e das identidades fixas com as inconstantes. Pode ser o embate do sonho com a realidade. Da universidade com a escola pública. Do que projetamos com as condições objetivas. Vivemos entretempos e entretipos. Identidades e identificações.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se trata de concluir mas de refletir. Assim pensando, podemos apontar aquilo que para nós passa a fazer sentido.

Faz sentido para nós assumir que vivemos ainda sob os rigores da identidade moderna fixa, mas que elas não dão conta da realidade com cada vez menos dicotomias e mais pluralidade. Estar em contato com adolescentes e juventudes nos mostra que manter a unicidade ou um padrão identitário não garante a conquista da confiança, ainda que a coerência seja totalmente necessária. Nos mostra que o exercício das identificações fogem ao sentido unidirecional do mais velho ao mais novo, mais caro ao mais barato, e obedecem novos sentidos marcados pelo hedonismo, pelo presenteísmo, característicos da pós modernidade.

Não queremos dizer que tudo isso é positivo por completo, melhor ou mais fácil porque encerra também elementos cheios de receio como a perspectiva da falta de perspectiva, da anomia, do vazio de muitas ideias. Não queremos defender que não devemos pautar modelos. Apenas temos uma experiência que valida indicar a

necessidade de melhor utilizarmos a ideia de identidade para tratar das adolescências e juventudes. Qual identidade? Quais adolescentes? Com quais perspectivas?

Na medida do que podemos de fato, afirmamos sim que o trabalho da extensão universitária com adolescências-juventudes exige solidez metodológica, que (re)pense práticas em consonância com nossos tempos, que repense o vértice autonomia x autoridade. Pouco tem sido publicado a respeito de ações extensionistas que foquem estes grupos, fazendo com que os projetos que versem estes caminhos tenham que se produzir entre erros e acertos que consolidem sua prática.

Se de algum modo inspiramos as identidades dos adolescentes ou oferecemos identificações interessantes e benéficas ao projeto futuro, isto se origina da valorização que percebemos sobre o conceito da Economia Solidária como uma alternativa econômica que muito tem a contribuir não só para os alunos, mas também para os moradores da região onde se localiza a escola. Se origina na apresentação do repertório que cultivamos na universidade para os jovens, não apenas enquanto instituição de ensino, mas como espaço de reafirmação dos sujeitos fixos ou em eterna constituição.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. 1988.

BOTO, Carlota. A liturgia da escola moderna: saberes, valores, atitudes e exemplos. **Hist. Educ [online]**. Porto Alegre, v. 18, n.44, p.99-127, set./dez. 2014. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-34592014000300007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 6 de jul. 2018.

CANÇADO, Airton Cardoso et al. Incubação de Cooperativas Populares: um estudo de multicaso na cidade brasileira de Camaçari/BA. **Revista Venezuelana de Economía Social**, v. 25, 2013.

CANÇADO, Airton Cardoso; GHIZONI, Liliam Deisy. ITCP/NESol/UFT ontem, hoje e amanhã: um balanço dos primeiros cinco anos. **Revista NAU Social**, v. 4, n.6, p. 19-33 maio/out. 2013.

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de educação**, n.24, set/out/nov/dez. 2003.

EID, Farid. Análise sobre processos de formação de incubadoras universitárias da Unitrabalho e metodologias de incubação de empreendimentos de economia solidária. **Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária**. São Paulo: Ideias & Letras, v. 1, p. 167-188, 2004.

ENGEL, Guido Irineu. Pesquisa-ação. In: **Educar**, Curitiba, n. 16, p. 181-189. 2000. Editora da UFPR.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LANE, Sílvia Tatiana Maurer. A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia, O Indivíduo e as Instituições. In: Lane, S. T. M. e Codo, W. (orgs). **Psicologia Social: O homem em movimento**, São Paulo, Editora Brasiliense, 1989.

MACIEL, Karen de Fátima. O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v.2, n.2, p.326-344, jul./dez. 2011.

MAFFESOLI, Michel. **No fundo das aparências**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

MOURÃO, Nadja Maria; ENGLER, Rita de Castro. Economia Solidária e Design Social: iniciativas sustentáveis com resíduos vegetais para produção artesanal. **Revista Interações**, v.15, n.2, 2014.

MURAD, Elisa Pereira ; ABREU, Júlio César Andrade de. Incubadoras universitárias de economia solidária: metodologias em perspectiva. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 9, n. 3, p.108-130, set. 2016.

PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally Wendkos.; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PAULO, Elbiliana Maria Pereira de. **Extensão Universitária na UFG-Catalão**: análise do referencial teórico a partir dos anais do CONPEEX (2015-2016). 2016. 35 f. Monografia (Pedagogia) – Universidade Acadêmica Especial de Educação, Universidade Federal de Goiás- regional Catalão, 2016.

SCHLEINIGER, Cristiane dos Santos; STREY, Marlene Neves. Violência & Gênero nas relações afetivo-sexuais entre adolescentes: Enfrentamento Intersetorial. [20--?]. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/sipinf/edicoes/1/30.pdf>>. Acesso em 28 de julho de 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Fundamentos Ético-Políticos da Educação no Brasil de Hoje. In: LIMA, Julio César França; NEVES, Lucia M. Wanderley. **Fundamentos da Educação escolar do Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006. p. 289-320.

SILVA, Franklin Leopoldo e. Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública. **Estudos Avançados**, v.15, n.42, 2001.

SILVA, Vanderléia Vieira da. **Jovens da escola noturna de Campo Alegre**: narrativas sobre trajetórias, percepções e perspectivas. 2017. 90f. Dissertação (Mestre em Educação) – Unidade Acadêmica Especial de Educação, Universidade Federal de Goiás – regional Catalão, 2017.

SOUZA, Tamara Santos de. **Adolescência normal**. [20--?] disponível em: <http://extensao.cecierj.edu.br/material_didatico/sau2202/pdf/aula%202_leitura_ADOLESCENCIA_NORMAL.pdf> Acesso em: 6 de jul. 2018.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

DILEMAS ÉTICOS DA PSICOLOGIA JURÍDICA NO SISTEMA PRISIONAL

Erik Cunha de Oliveira

Universidade Salvador
Feira de Santana - Bahia

RESUMO: Este artigo tem como finalidade apresentar e discutir uma linha teórica e prática acerca da psicologia jurídica no sistema prisional, apresentando litígios referentes à psicologia e prisão, uma instituição que surge no contexto da modernidade que vem se tornando uma grande discussão com relação ao aumento de pessoas presas, em cumprimento de penas privativas. Exibindo pontos sobre a atuação do psicólogo em penitenciárias brasileiras, em conexão ao código de ética profissional estabelecido pelo Conselho Federal de Psicologia, que determina parâmetros e diretrizes ao trabalho íntegro, com compromisso e respeito aos indivíduos detentos, atuando com cooperativismo para exercício profissional com qualidade, no que diz respeito, à interação profissional entre psicólogo e equipe que atua sob demandas de cárcere privado. Tem como finalidade estabelecer uma ponte, ou seja, articulação entre a psicologia jurídica com a agenda da ONU 2030, no requisito de promover o desenvolvimento sustentável em sociedades pacíficas, com o objetivo de compreender a atuação do psicólogo jurídico em circunstâncias que envolvem dilemas éticos da atuação dentro

de penitenciárias, isto é, falhas morais que não estão sob anexo nos regulamentos dos códigos de ética profissional, na qual o profissional atua juntamente aos condenados que cumprem pena privativa de liberdade.

PALAVRAS CHAVES: Sistema Prisional; Psicologia e Prisão; Agenda ONU; Ética Profissional; Dilemas éticos;

ABSTRACT: This paper aims to present and discuss a theoretical and practical line about Legal Psychology in the Prison System, presenting litigation concerning Psychology and Prison, an institution that emerges in the context of modernity that has become a great discussion regarding the increase of people Prisoners, in compliance with private penalties. Displaying points on the performance of the psychologist in Brazilian penitentiaries, in connection with the code of professional ethics established by the Federal Council of Psychology, which determines parameters and guidelines for the integrity of the work, with commitment and respect to the inmates, acting with cooperatives for professional practice with quality, With respect to the professional interaction between psychologist and team that acts under private prison demands. Its purpose is to establish a bridge, that is, articulation between Legal Psychology and the UN 2030 agenda, in the requirement to promote

sustainable development in peaceful societies, with the objective of understanding the legal psychologist's performance in circumstances involving ethical dilemmas of the Within the prisons, that is to say, moral failures that are not under annex in the regulations of the codes of professional ethics, in which the professional acts together with the condemned prisoners who serve deprivation of liberty.

KEY WORDS: Prison System; Psychology and Prison; UN Agenda; Professional ethics; Ethical dilemmas;

1 | INTRODUÇÃO

Visando colaborar com a discussão de temas relativos sobre o sistema prisional brasileiro numa perspectiva interdisciplinar, o artigo propõe apresentar como referência a atuação do Psicólogo no sistema penitenciário brasileiro juntamente ao código de ética profissional estabelecido pelo CFP, que determina parâmetros e diretrizes para um trabalho que exige compromisso e respeito aos indivíduos encarcerados, trabalhando na busca da implantação de políticas públicas que respeitem os direitos da pessoa presa, buscando compreender as possíveis possibilidades da atuação do psicólogo em penitenciárias, junto aos condenados que estão cumprindo pena privativa de liberdade. A medida em que atua com pessoas detentos, deve ter em vista a vida em liberdade para além das muralhas da instituição prisional, estimulando e motivando a descontinuidade dos círculos viciosos que promovem a exclusão, isto é, ajudar esses indivíduos a transitar esse processo de forma mais harmônica, que o sujeito venha a entender as consequências que levaram à reclusão. Contudo, tem a finalidade de apresentar circunstâncias de dilemas éticos, falhas morais ocasionadas por profissionais dentro de uma instituição agregada de valores e normas, na qual o profissional quebra o compromisso proposto na regulamentação da entidade, dando suporte aos detentos de forma inadequada. A atuação dos psicólogos junto ao sistema prisional inclui-se na proposta de trabalhar com os direitos humanos, direitos estes que os indivíduos têm de se redimir.

Este artigo tem por objetivo discutir os problemas e soluções relacionados ao sistema prisional e seus dilemas éticos, como a psicologia e a prisão numa instituição que surgiu no contexto da modernidade que traz uma grande discussão para os desafios da contemporaneidade, juntamente a atuação do Psicólogo, atribuindo-se as questões éticas nos requisitos que trazem o respeito e a dignidade de ter um compromisso ético e moral frente às demandas judiciais dos processos de aprisionamento. Tem a proposta de estabelecer uma ponte, articulando a psicologia jurídica com a agenda da ONU 2030, paz, justiça e instituições eficazes, no requisito de promover o desenvolvimento sustentável em sociedades pacíficas. São relações que têm interface com as concepções de ser humano, sociedade, criminalidade e justiça.

O psicólogo está envolvido no sistema penitenciário com ênfase em trabalhar na promoção da liberdade, ações voltadas a evitar que indivíduos voltem a se expor em

situações delinquentes, trabalhando no respeito à igualdade e integridade, baseados nos direitos humanos, apoiando-se nos valores, na qual, o sistema prisional é uma instituição que neutraliza e controlam pessoas, estas consideradas perigosas e que representa alguma ameaça a sociedade por terem sido aprisionados. Operar modos de intervenção profissional visando transformar ou aperfeiçoar as condições de saúde das pessoas. Atua com acompanhamento, na orientação, que é instruir os indivíduos e serviços em geral sob vista psicológico, usando métodos e técnicas adequados, estabelecendo atividades socioeducativas e profissionais que os internos possam exercer, e uma avaliação para melhor compreensão da personalidade, trazendo questões da subjetividade do sujeito que é um objeto de estudo, ou seja, traz como referência o mundo interno da pessoa, suas ideias, significados, sentimentos e emoções concebidas e reconstruídas dentro de si, a partir de suas relações com o meio social e suas experiências vivenciadas. O psicólogo quando contribui, reforça ou julga os indivíduos sem conhecer as causas e motivos que levaram à prisão ou reforça aquele ato, subestimando que foi certo ou errado, limita o elo com as normas e diretrizes do código de ética profissional, sendo este uma falha moral, na qual o profissional se conduz a um inquérito falso ou subestimado.

A psicologia no contexto prisional deve sempre buscar mudanças nos métodos de intervenção para promover transformações significantes com relação às pessoas em cumprimento de pena privativa de liberdade ou medida de segurança. Segundo Jesus (2001) a intervenção em sistemas penitenciários implica em uma atuação planejada e dirigida a promover a mudança das prisões para torná-las mais eficientes e eficazes na resolução de seus problemas”.

A psicologia jurídica em geral é uma área que está em contínuo desenvolvimento e tem como objeto de estudo o homem em sua complexidade e seus conflitos, e os comportamentos que levam a determinada violência ou desrespeito às normas da sociedade, cabendo ao profissional estudar e investigar o caso, elaborando estudos que trazem questões, a qual definem certos comportamentos que são determinados como confusos ou agressivos diante do indivíduo em determinada situação, sem o mesmo julgar, rotular ou discriminar o sujeito diante da situação que lhe aprisiona, mais antes de tudo, conhecer e trabalhar o caso com compromisso e respeito aos detentos.

2 | PSICOLOGIA JURÍDICA NO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Os conceitos que subsidiaram a formatação do modelo de aprisionamento que foi sendo assumida no decorrer da história da humanidade, uma importante contribuição da psicologia é a noção de subjetividade, cujo surgimento como tal colaborou, nos séculos XIX e XX, para a instalação de um modelo distinto de sistema prisional, com formas diferenciadas de aplicação da punição, conduzidas pela disciplina. A disciplina

pode ser entendida como uma prática ou técnica de poder que incide sobre os corpos dos sujeitos, reproduzindo e produzindo comportamentos para assegurar a ordenação das multiplicidades humanas. Para tal, utiliza uma tática de poder que responde a três critérios: tornar o exercício de poder o menos custoso possível, política e economicamente; maximizar os efeitos desse poder social em intensidade e extensão; e fortalecer os aparelhos institucionais através dos benefícios econômicos e políticos do poder exercido, fazendo crescer ao mesmo tempo a docilidade e a utilidade de todos os elementos do sistema.

Esses princípios da disciplina respondem a uma conjuntura histórica marcada pela grande explosão demográfica do século XVIII, que aumentou a população flutuante (fixar é um dos primeiros objetivos da disciplina), pela quantidade de grupos que importa controlar ou manipular (exército, hospitalizados e estudantes escolares) e pelo crescimento do aparelho de produção. O sistema capitalista, nessa época, precisava resolver o problema não só da escassez da mão-de-obra como também o dos trabalhadores disciplinados e mais sofisticados que os artesãos, que aumentassem a rentabilidade do processo produtivo. Toda a sociedade estava sendo “disciplinada”, inclusive o saber, através da segmentação do conhecimento, da submissão à metodologia e à validação. A formação do saber passa a reforçar a majoração do poder, e vice-versa, já que os mecanismos de objetivação das disciplinas, como as instituições escolares e hospitalares, são também instrumentos de sujeição.

“Duplo processo, portanto: arrancada epistemológica a partir de um afinamento das relações de poder; multiplicação dos efeitos de poder graças à formação e à acumulação de novos conhecimentos.” (FOUCAULT, 1987, p.185).

A psicologia é formatada nessas circunstâncias, em que a sociedade cria o *status* de sujeito, a individualidade, a identidade e a imagem e bens capitalistas que viabilizam a categorização, separação e marcação das pessoas, portanto, a disciplinarização. É a ciência que passa a ter o reconhecimento social de operar sobre os sujeitos. As prisões do século XVIII também são recolocadas nesse contexto, uma tecnologia corretiva com a finalidade de recuperar os sujeitos, por meio de um poder disciplinar de vigiar, deixando para trás a punição explícita, exemplar e pública. Passou a interessar às autoridades aspectos históricos e circunstanciais do criminoso, o que possibilitava ao sistema jurídico-penal julgar não só o crime, mas também o comportamento e as condições de subjetividade do delinquente, apoiado pelo conhecimento psicológico. Essa tecnologia disciplinar das prisões foi traduzida em um sofisticado modelo: “o panoptismo constituía o processo técnico, universalmente difundido, da coerção” (FOUCAULT, 1987). O efeito mais importante do panóptico é “induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder, fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos mesmo se é descontínua em sua ação, que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício, que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce, enfim, que os

detentos se encontrem presos numa situação de poder de que eles mesmos são os portadores” (FOUCAULT, 1987). Porém, os efeitos do aprisionamento sobre o sujeito detido, nesse modelo disciplinador, não correspondem à anunciada “recuperação”. Entendendo que a infração se caracteriza pela ocasionalidade do comportamento criminoso e a delinquência pela habitualidade, Foucault (1987) afirma que a prisão qualifica e habilita o delinquente, tipificando-o após a passagem pela instituição. Há uma patologização do sujeito, apresentado à sociedade como portador de um “vírus imbatível”, o vírus da delinquência.

A fabricação da delinquência supõe uma tecnologia específica, que tem como componente fundamental a biografia, um conjunto de registros a respeito do prisioneiro, inquérito, processo, relatório da vida carcerária, relatórios médicos, psicológicos, psiquiátricos, entre outros. Esse saber, ao ser incorporado ao infrator, transforma-o no delinquente e possibilita a sua especificação, que permite à reflexão científica passar do abstrato para o concreto.

3 | PRISÃO E PSICOLOGIA

A instituição prisão tornou-se uma das principais formas de punição a sujeitos que cometem atos infracionais, praticas que desrespeitam as leis formais. Uma entidade que passou a ser reconhecida na modernidade pelo aumento de detentos, prisão que interrompe a privação de liberdade dos sujeitos. Os estabelecimentos prisionais, como do presídio padrão, o qual conheceu, onde delinquentes ou marginais seriam colocados para cumprir uma pena justa por ter cometido um furto ou violência, sairiam com suas falhas morais corrigidas, e da realidade prisionais brasileiras expostas nas mídias sobre rebeliões, superlotações e maus-tratos nas penitenciárias, são resultantes dos fatores que produziram a sociedade e a modernidade, após a forte produção do capitalismo, que fazem com que as pessoas tornem-se mais distantes uma das outras, ou seja, uma divisão entre socialismo e capitalismo, gerando um confronto que levam a certos comportamentos desagравantes.

O modo das pessoas se comportarem ou serem rebeldes é uma falta de um apoio social, falta de disciplina e a repetição das mídias juntamente ao capitalismo que motiva essa disfunção dos modelos de comportamento considerados agravantes e confusos, com isso, crime não pode ser compreendido como um mero ato individual cometido por um sujeito desadaptado e contra as regras gerais. Profissionais da Psicologia quando atuantes dentro de penitenciárias, devem ter um compromisso ético, um dever em tratar e auxiliar o sujeito com dignidade e igualdade, trazendo questões sobre o mundo moderno, coisas que contribua para uma mudança. As penitenciárias surgiram com o objetivo de diminuir as taxas de criminalidades, no intuito de preservar o bem da sociedade, colocando-se então a prisão como um mecanismo penal eficaz e útil para dar conta dessa criminalidade contemporânea que atinge a população

brasileira trazendo implicações sociais. O Psicólogo quando não coloca em frente um compromisso ético, estará a depor o cargo, em que o mesmo contribui ajudar o detento na sua pena, ou seja, não realizando o processo estabelecido pela regulamentação da instituição, e/ou julgando os indivíduos por atos ocorridos, reforçando as questões dimensionais que a prisão é para pessoas que matam e furtam independentemente do ocorrido, acarretando problemas sérios ao preso.

As prisões não diminuem a taxa de criminalidade: pode aumentá-las, multiplicá-las ou transformá-las, a quantidade de crimes e de criminosos permanece estável, ou, ainda pior, aumenta. [...] a detenção provoca a reincidência: depois de sair da prisão, se têm mais chances que antes de voltar a ela, os condenados são, em proporção considerável, antigos detentos.” (FOUCAULT, 1999, p. 221).

Diante disso, as prisões contribuem para o aumento da criminalização, na qual muitos detentos quando pagam a pena, provém como falhas morais corrigidas e são liberados, ou seja, quando pago o seu tempo condenado está reparado seu dano à sociedade, procriando expectativas nos sujeitos, isto é, ao pagar o ato cometido terão sua liberdade de volta para produzirem mais ações violentas, concebendo dentro dele as possibilidades de voltar para prisão. Quando o profissional da psicologia não trabalha com o indivíduo de forma harmoniosa, estabelecendo normas e deveres durante sua fase na penitenciária sobre as consequências que podem ocorrer, torna-se uma falha, na qual o profissional estará na instituição com um dos objetivos que é acompanhar, orientar esse sujeito a reparar seu prejuízo, auxiliando para que não volte a ocorrer novamente, contribuindo no ajuste social. A prisão acarreta uma série de dificuldade de reinserção, praticamente obrigando ex-presidiários à continuidade no crime. Na atualidade a prisão e psicologia vêm se tornado a maneira mais eficaz para disciplinar esses indivíduos, existindo a fiscalização e vigilância, recursos para garantir o cumprimento, adestramento dos corpos e o manejo absoluto sobre estes.

[...] para toda uma série de técnicas de vigilância, de vigilância dos indivíduos, de diagnóstico do que eles são de classificação da sua estrutura mental, da sua patologia própria, etc., todo um conjunto disciplinar que viceja sob os mecanismos de segurança para fazê-los funcionar. (IBIDEM, p. 11).

A Psicologia e prisão são fenômenos contemporâneos, passou a ser reconhecida na atualidade, ou seja, a prisão e a Psicologia são artefatos de um mesmo período, ambas são categorias a serviço do mesmo projeto social de produção e transformação de subjetividades. Michel Foucault (1979) quando reflete sobre a finalidade da prisão, não hesita em afirmar que, desde o começo, ela foi projetada para funcionar como um instrumento tão aperfeiçoado quanto à escola, a caserna e o hospital, agindo sobre os indivíduos com precisão.

A prisão nos dias atuais entende-se como uma das mais óbvias punições para sujeitos considerados perigosos. Ela priva da liberdade numa sociedade onde a liberdade é considerada um bem coletivo, na qual pessoas perigosas não fazem parte desse meio social, recusando-a a presença destes. A supressão das prisões como forma única de punição se deve a algumas semelhanças entre as propostas dos

reformadores e as grandes casas de recolhimento do século XVI. Casas com objetivo de diminuir a quantidade de demandas em relação às pessoas presas, com intuito de auxiliar e preservar o bem da sociedade, contribuindo para um ajuste social dos indivíduos após a liberação. Casas que utiliza da pedagogia do trabalho penal para os mais refratários, com o objetivo de reduzir o número de processos, ressarcirem os prejudicados, formar novos operários, desenvolver o gosto pelo trabalho, proporcionar condições econômicas para sobrevivência dos detentos, assegurarem possibilidades do recluso melhora as suas condições após a soltura (FOUCAULT, 2002). A Psicologia e a prisão como junção da modernidade tornaram-se um grande contexto para novas discussões acerca do sistema prisional, em conexão aos dilemas éticos, falhas estas se o profissional não contribuir para um novo corpo de instituição.

4 | ARTICULAÇÃO DO PSICÓLOGO JURÍDICO NA AGENDA DA ONU 2030

Parecem óbvio para a população, operadores do Direito, profissionais e autoridades, que o sistema prisional existente no século XXI é nocivo e que a forma com a qual a sociedade lida com a criminalidade é, no mínimo, equivocada, visto que prevalecem a repressão e a vingança em detrimento da prevenção e da educação. Diversos estudos no Brasil e em outros países já demonstraram a ineficácia do modelo de encarceramento como forma de controle social e garantia da justiça. Apesar disso, a sociedade mantém essa prática.

Ao examinar esse assunto, é possível verificar um conjunto de variáveis, sobrepostas no decorrer da história que desde o século XVII articulam uma forma de lidar com os indivíduos diferentes, não produtivos ou indesejados, que de algum jeito ameaçam ou infringem normas sociais vigentes. Essas normas construídas tradicionalmente por aqueles que detêm o poder, caracterizam o certo e o errado e tipificam os comportamentos transgressores, ou seja, os crimes. Da mesma forma, designam a equivalência entre os crimes e as medidas de compensação e punição. Considerando esses aspectos no Brasil, e a relevância que os fatores vêm surgindo, tornam-se umas das prioridades existentes na agenda da ONU 2030, uma delas referente ao tema “Paz, Justiça e Instituições Eficazes”, cujo objetivo é promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis, é possível identificar que os indivíduos sujeitados ao sistema jurídico e penal são na maior parte, pobres, jovens, homens e negros, cujos crimes são majoritariamente contra o patrimônio e como forma preferencial de punição, está o uso da pena privativa de liberdade.

Avaliando essa situação, alguns dos dilemas éticos podem ser apresentadas na identificação das causas de a sociedade e as instituições penitenciárias lidarem com a criminalidade e a perpetuação das prisões como instituição de punição. A primeira

seria com relação à natureza individualizadora do crime, ou seja, a sociedade parece aceitar a ideia de que a responsabilidade do comportamento criminoso se deve única e exclusivamente ao sujeito. A segunda tem a ver com a intenção vingativa das medidas retributivas aplicadas em nome da justiça, ou seja, o sujeito deve pagar com o máximo de sofrimento e restrição possível que seria a pena de restrição de liberdade (em geral, cumprida em instituições cujas instalações físicas são precárias com rotinas que impedem a expressão da individualidade, ausência de atividades laborais e educativas significativas, violência física e psicológica). A terceira diz respeito ao distanciamento que localiza o “bem” e o “mal”. Segregar o “delinquente” é uma maneira de criar um território e personalizar o “mal”; em consequência, todos os que estão do lado de fora desse território são considerados cidadãos de bem, que precisam ser protegidos. Esses dilemas determinam para que, de acordo com o código de ética expressam sempre uma concepção de homem e de sociedade que determina a direção das relações entre os indivíduos. Traduzem-se em princípios e normas que devem se pautar pelo respeito ao sujeito humano e seus direitos fundamentais.

No Art. 2º da resolução do CFP N° 010/05 do código de ética, o psicólogo é vedado quanto a praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão. Esses aspectos, entre outros, demonstram a complexidade na qual estão envolvidas as prisões. São relações que têm interface com as concepções de ser humana, sociedade, criminalidade e justiça, influenciadas pela dimensão social, econômica e política, concepções essas que a psicologia, de acordo com o código de ética profissional do psicólogo, deve valorizar os princípios fundamentais como grandes eixos que devem orientar a relação do psicólogo com a sociedade, a profissão, as entidades profissionais e a ciência, pois esses eixos atravessam todas as práticas e estas demandam uma contínua reflexão sobre o contexto social e institucional, o psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.

5 | ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO JURÍDICO NO SISTEMA PRISIONAL

O psicólogo nos deveres de sua profissão deve-se posicionar em direção ao entendimento de um olhar para ser humano biopsicossocial como um todo, assim o psicólogo atuando no sistema prisional tende a crescer em atualizações, aprimoramentos e criticidade diante de situações de condutas antissociais, assim a atuação do psicólogo dentro do sistema prisional está ligada a uma intervenção em que se procura promover mudanças satisfatórias não só em relação às pessoas, mas também em realizar um cumprimento de pena privativa de liberdade. Os criminosos mesmo diante de suas condutas e seus crimes cometidos perante a lei, nos comprometimento e deveres como cidadão que vão contra o regimento descrito na constituição federativa de 1988, cabendo ao profissional uma finalidade de estudar o comportamento dos mesmos, pensando e posicionando-se no código de ética e nos

direitos humanos, onde o sistema prisional tem uma composição de um modelo de sociedade embasado na exclusão, na disciplina, na criminalização da pobreza como modos de enfrentar as infrações às leis e regras sociais.

Pois, assim como a ética está para os psicólogos, e o mesmo vale para os psicólogos para com a ética, o Conselho Federal de Psicologia descreve em sua resolução 09/2010 que o psicólogo deverá priorizar de forma autêntica os direitos humanos dos indivíduos em cumprimento de pena, visando à construção da cidadania através de projetos e de práticas psicológicas para a sua reinserção na vida social. A prática da psicologia não pode ser relacionada à apuração criminal do caso, mas sim à atuação de uma ressocialização que possui como meta principal um tratamento da terapia penal começando de uma relação recíproca entre o profissional e o atendido, caracterizada pelo respeito à liberdade e direito à privacidade do atendido e pelo consenso da ética profissional.

Assim ao pensar na ética, vale ressaltar o quanto hoje o comprometimento está direcionado como favorecedoras ou protecionistas dos criminosos, pois na realidade o direito e deveres do psicólogo nas instituições também se estende aos pobres, aos ignorantes e aos desfavorecidos, onde se pode ter uma conclusão visível e notória que as mesmas proteções e direitos legal anteriormente disponíveis apenas para os seguimentos evoluídos da população, os criminosos bem informados, mais bem educados, mais ricos, dispendo da assistência jurídica e de todos os benefícios por lei, é nessa questão que a ética se vale e se corresponde diante do posicionamento do psicólogo em seus deveres para a população e deveres sociais.

Na fala e posicionamento de Pacheco, pode-se perceber o quanto é notório no que a ética e a psicologia se fundamenta no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano: “E hoje pagamos um preço muito alto por uma questão ética. Porque esta é uma postura de julgamento das questões “internas” do sujeito que denotam um moralismo implícito (às vezes nem tanto), tornando o psicólogo um juiz secundário (PACHECO, 2002). Como já dizia Foucault (1999), inviabilizando o princípio da ampla defesa, da privacidade e da contraditoriedade, porque nós, psicólogos, nos instituímos desse lugar de saber o que o próprio sujeito que fala não sabem, e nos reconhecem nesse lugar. Também, não conseguimos sair desse lugar muito por causa desse reconhecimento. Em consequência disso, há um distanciamento dos direitos humanos, da ética e das singularidades humanas.

Ao longo da carreira profissional, o psicólogo no sistema penitenciário pode enfrentar uma série de dilemas, ou seja, situações pelas quais implicam algum tipo de análise e reflexão. O Código de Ética é o apoio e o referencial que o psicólogo tem a seu alcance frente a sua subjetividade e condutas pessoais em situações nas quais o mesmo deva conscientizar-se e agir por escolhas mediante corretas em um dilema envolvido. Pensando sobre o contexto frente a uma problemática na análise de uma decisão e das consequências da ação que pode apontar para o psicólogo os caminhos

a seguir e a melhor decisão a tomar.

6 | DILEMAS ÉTICOS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO

É notório que a criminalidade corresponde como um fenômeno tão complexo, que tende a visar o sujeito em múltiplas determinações, e o tratamento penal do crime objeto de tantas controvérsias e perspectivas de condutas similares e padrões sociais, ao longo de multifacetado o caminho dos que desejam construir um conhecimento mais crítico e transformador sobre esse campo de intervenção. Os psicólogos nas prisões transcorrem em meio a centenas de papéis, pois são infindáveis laudos, relatórios ou pareceres, feitos ou por fazer, visando assim um propósito de fazeres e deveres para uma compreensão das condutas e personalidades, ao respeito dos direitos humanos em compromisso dos deveres éticos, contudo envolvendo uma introspecção e interpretação à pessoa.

Curiosamente, foi justamente nas galerias da lei que se pretende elucidar através dos fazeres dilemas éticos nos deveres psicológicos nesse campo que se faz desenvolver uma questão de decisão seguindo imediatamente de um intenso movimento nos Poderes Judiciário e Legislativo exigindo a sua manutenção de condutas éticas para permitir uma visibilização a atuação do psicólogo se colocando em dilemas diante termos dos conflitos éticos, tendendo ser vividos pelos psicólogos desse campo.

Sendo assim, coloca-se em questão uma atuação de um profissional de psicologia atuando no sistema prisional, onde o mesmo é colocado frente a uma questão envolvendo uma conduta que remete aos deveres diante do código de ética, portanto, as tais condutas na situação que o psicólogo se remete é condizente em relação à especificidade, ao seu estilo próprio e as condições na forma de atuar, tendo como função principal a realização de exame criminológico, avaliando assim, duas condutas de duas pessoas totalmente distintas de suas realidades, porém ambas cometeram as mesmas condutas antissociais que vão contra as regras da sociedade, no entanto descreve-se o primeiro perfil de uma pessoa negra de classe baixa, oriunda de família humilde e baixa escolaridade, o segundo perfil remete-se ao oposto do primeiro, sendo uma pessoa branca de classe alta, sendo oriunda de uma família bem sucedida e nível alto de escolaridade.

Esse contexto tem como objetivo de intervir nessa realidade social, tendo por finalidade delegar às instituições psicológicas uma condição, onde consideram as bases teóricas e metodológicas da ética, conduta profissional, direitos humanos e sociais da constituição do sujeito, contribuindo para sedimentar ainda mais a explicação do comportamento criminoso e suas motivações com enfoque no indivíduo, sua personalidade e características orgânicas. Levando em consideração principalmente de como o psicólogo deve se posicionar as suas atitudes diante dos fatos ao se

deparar com essas realidades, de onde se apoiar e se as condições lhe permitem a continuidade.

Partindo do pressuposto que se transforma em criminosos é algo que altera ainda mais a autoimagem de uma pessoa, direcionando-as também no sentido de ações que cria novos desvios de condutas para a sociedade, para o psicólogo no sistema prisional construir e produzir interfaces a respeito do indivíduo delinquente adquire status de verdade que passa a representar esse indivíduo como um todo, por consequência, lhe é atribuída uma marca social, portanto, um estigma que o acompanhará mesmo que não realize mais atos criminosos.

Assim como a Lei de Execução Penal promove, que, “Tornou-se necessário esclarecer em que consiste cada uma das espécies de assistência em obediência aos princípios e regras internacionais sobre os direitos da pessoa presa, especialmente as que defluem das regras mínimas da ONU” (nº 213, de 9 de maio de 1983).

Cabendo ao psicólogo estabelecer na assistência ao detento que cometeu o crime um olhar para a pessoa, apresentando uma relação com a sua atuação, visando aos efeitos secundários de problema da capacidade e deficiência como previamente de grosso modo o profissional psicólogo consegue manter um estabelecimento de níveis realistas de inspiração nas áreas sociais, se realmente o designado ao mesmo se dirige ao ajustamento pessoal, levando-o as questões reflexivas ao se colocar no lugar do outro, particularmente seu autoconceito, mas também se remetendo ao familiar, escolar e comunidade, toda a sua sociedade.

Em vista do profissional aos dilemas éticos em relação, colocam-se questões de vidas ao jogar do olhar humano, remetendo a afetividade ou emocional dentre outros aspectos tendendo ao agir em torno de incapacidade, suas aptidões, seus autoconceitos para seguir em andamento ao reagir à realidade das diferenças. Assim colocado no Código de Ética Profissional do Psicólogo, que pode ser levantado:

“Sugerir serviços de outros psicólogos, sempre que, por motivos justificáveis, não puderem ser continuados pelo profissional que os assumiu inicialmente, fornecendo ao seu substituto as informações necessárias à continuidade do trabalho.” (RESOLUÇÃO CFP nº 010/05 p.9.).

Fatores que impedem e fragilizam o trabalho dos psicólogos no sistema prisional que consistem em seguir com o caso adiante das condutas ou desistir seguindo outros meios ou indo até que sua consciência lhe permite. Os profissionais em uma possível definição de sua figura busca definir a partir de um corpo de práticas a atender demandas sociais, norteado por elevados padrões técnicos e pela existência de normas éticas que garantam a adequação e relação de cada profissional com seus pares e com a sociedade como um todo indo até um limite que sua consciência lhe permite.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou apontar questões referentes às falhas éticas destinadas ao

profissional da Psicologia no sistema penitenciário, dilemas éticos que os mesmos submetem a descumprir as normas e regras estabelecidas pela instituição e do Conselho Federal de Psicologia, este tendo uma conduta imoral diante de detentos. Destaca-se a necessidade de conhecer todos os códigos de ética da psicologia estabelecidos pelo CFP, na qual determina parâmetros e diretrizes para uma atuação eficaz nos processos relacionados à privação de liberdade, exibindo o trabalho do Psicólogo nos requisitos do que é vedado e conveniente para realização de atividades, no caso do sistema prisional, o acompanhamento aos detentos.

Nesse sentido, ao analisar a participação da psicologia na fundamentação e operacionalização dos mecanismos institucionais da prisão, é possível afirmar que essa ciência, no decorrer da história como ciência e profissão vêm exercendo função relevante e estruturante no processo prisional, relacionada à manutenção das relações de poder e dominação, na medida em que fundamenta mecanismos de controle, nomeia e classifica sujeitos.

Os dilemas éticos que por sua vez é refletido na sociedade e nas instituições penitenciárias demonstram certa resistência com os detentos, à sociedade tem uma impressão de protecionismo exacerbado aos direitos naturais dos presos que tem raízes nas amargas experiências adquiridas ao longo do período da Ditadura Militar, levantando-se após isso a bandeira de que “É Proibido Proibir”, porém nada disso impede que uma infinidade de criminosos tenha seus direitos básicos jogados por terra. As penas alternativas buscam a atenuação das consequências da falência do sistema prisional diretamente na sociedade. Da mesma forma cria-se também uma tolerância aos pequenos delitos e contravenções, pois não há condições físicas que permitam a reclusão de todos estes indivíduos e conseqüentemente esta situação cria ao restante da sociedade a nítida impressão de impunidade ao mesmo tempo em que, sendo diferente a ponderação de cada indivíduo sobre o que seria um pequeno delito, pode-se identificar casos de pessoas que causando danos físicos a outrem, é condenado à prestação de serviços comunitários e dentre outras atividades.

Portanto, de acordo com o código de ética do psicólogo na resolução 010/05, o psicólogo tem como dever fundamental prestar serviços psicológicos de qualidade, em condições de trabalho dignas e apropriadas à natureza desses serviços, utilizando princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentados na ciência psicológica, na ética e na legislação profissional. O psicólogo considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica e em consonância com os demais princípios deste Código.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código penal**. Brasil, 1940.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Atuação do Psicólogo no sistema prisional**. Brasília: CFP, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Resolução CFP nº 010/05. Brasília, agosto de 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação das (os) psicólogas (os) no sistema prisional**. Brasília: CFP, 2012.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir. Nascimento da prisão**. 9. Ed. Tradução Lígia M. Pondé Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Grall, 1979.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL- ONU BR. **A Agenda 2030**. Disponível em :< <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/> >. Acesso em: 13 de mar. de 2016 b.

ROVINSKI, S. L. R.; CRUZ, R. M. **Psicologia jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção**. 1. Ed.- São Paulo: Vetor, 2009.

VEIGA, J.E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 3.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

_____. **Ética, sexualidade, política**. Tradução Elisa Monteiro et al. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b.

O COMPORTAMENTO SEXUAL LIBERAL NOS MOVIMENTOS MODERNOS

Maria Fernanda Sanchez Maturana

Universidade Estadual Paulista
Araraquara- São Paulo

Vagner Sérgio Custódio

Universidade Estadual Paulista
Araraquara- São Paulo

Isadora de Oliveira Pinto Barciela

Universidade Estadual Paulista
Presidente Prudente- São Paulo

RESUMO: Os movimentos modernos estão em expansão nas sociedades devido ao estigma e a violência ainda serem constatadas em grupos que são considerados “desviantes” dos padrões normativos sociais. Desta maneira, os movimentos visam minimizar a repressão e objetivam possuir seus direitos fundamentais de liberdade no qual, podem expor seus comportamentos em ordem pública. Sendo assim, o objetivo desse artigo foi o de analisar historicamente os movimentos modernos sexuais abordando os avanços e retrocessos quanto a repressão. Para que os objetivos pudessem ser alcançados utilizou-se de uma metodologia essencialmente qualitativa. Concluiu-se que a repressão da idade medieval inserida pela Igreja Católica não é mais evidente, porém muitas pessoas continuam a não aceitar comportamentos sexuais divergentes do padrão

tradicional. Desta forma, muito ainda têm-se que evoluir para que esses grupos consigam viver com uma qualidade de vida satisfatória sexualmente.

PALAVRAS-CHAVE: Comportamentos. Movimentos. Sexualidade.

ABSTRACT: Modern movements are expanding in societies because stigma and violence are still evident in groups that are considered “deviant” from normative social standards. In this way, the movements aim to minimize repression and aim to have their fundamental rights of freedom in which they can expose their behavior in public order. Thus, the objective of this article was to analyze historically the modern sexual movements approaching the advances and setbacks regarding repression. In order for the objectives to be achieved, an essentially qualitative methodology was used. It was concluded that the repression of the medieval age inserted by the Catholic Church is not more evident, however, many people still do not accept sexual behaviors divergent from the traditional standard. In this way, much more has to be developed so that these groups can live with a satisfactory quality of life sexually.

KEYWORDS: Comportamentos. Movimentos. Sexualidade.

1 | INTRODUÇÃO

O comportamento sexual liberal pode ser considerado um dos movimentos modernos mais atuantes na atualidade. Quando o assunto é sexo, há uma imensidão de opiniões e atitudes. A divergência é ainda maior porque a temática sexo é influenciada por diferentes determinantes, seja a religião, a política, o gênero, a classe social, a cultura, dentre outros aspectos que estarão sempre em evidência nos movimentos para defenderem suas causas.

Muitos elementos contribuíram para o cenário dos comportamentos sexuais contemporâneos. Se hoje os movimentos ainda buscam respeito e igualdade é porque ainda almeja-se inclusão dentre os diferentes segmentos sexuais. Entretanto, hoje há uma visível evolução comparando-se à antiguidade. Um dos fatores mais relevantes a se comentar é a religião.

Em épocas medievais, o sexo com cunho de desejo e prazer era ilícito, considerado imoralidade sexual como crime público tão grave quanto roubar, assassinar e estupro. A repressão tinha a intenção de resguardar a honra das famílias e as propriedades abastadas. Os atos de punição envolviam não só as mulheres, mas também os homens que se relacionavam fora do casamento (SILVA, 2014).

As condenações, portanto, tinham ainda uma forte carga moral que consolidou-se com a tradição da Igreja Católica, inspirada em diversas outras tradições e na própria Bíblia, que preconiza a morte para adúlteros, banimento social para homens que fazem sexo com mulheres menstruadas e apedrejamento para o homem que tiver relações sexuais com alguma mulher já prometida em casamento (SILVA, 2014, p.228)

Na Idade Média nos séculos XI a XIII a repressão sexual por parte da religião era evidente. As leis nas Europas foram se aperfeiçoando e atingiam democraticamente todas as classes punindo-os igualmente dentre reis, camponeses e laicos. O crescimento das cidades contribuiu para o acréscimo de novas punições civis contra especificamente ao adultério, a fornicação e a prostituição, dentre as estruturas antigas de justiça real, feudal e eclesiástica, pois qualquer ameaça às famílias tradicionais sagradas era considerado como violação da função pública que, deveriam imediatamente serem reguladas moralmente para que as almas fossem salvas da imoralidade (DABHOIWALA, 2012).

[e]m ambos os casos, o religioso e o sexual, acreditava-se que a punição era um meio eficaz de reformar as almas e preservar a coesão social. Isso funcionava principalmente de quatro maneiras. Em primeiro lugar, a punição ritual aplacava a ira da comunidade e eliminava a conspiração de seu meio. Em segundo, ela dissuadia os outros. Em terceiro, forçava o infrator a parar com o comportamento criminoso. Por fim, a punição também podia ajudar a gerar uma verdadeira mudança de consciência. Uma das grandes metas do policiamento sexual sempre era induzir a penitência e a reconciliação entre os pecadores e aqueles que se haviam ofendido. Quando aliada à educação e à persuasão, a imposição do sofrimento era considerada um meio eficaz de abrir a mente das pessoas para o erro de suas atitudes. Os que aplicavam a punição gostavam de pensar em si mesmos como médicos benevolentes, trazendo lunáticos espirituais de volta à sanidade, usando

Em um contexto um pouco superior, relata-se a influência religiosa no contexto Brasileiro no qual, a liberdade de comportamento e a sexualidade exposta dos indígenas poderiam ter prevalecido sobre o conservadorismo cristão europeu que se estabeleceu no país com a colonização.

A sexualidade brasileira foi constatada através de documentos coloniais como marcada pela moralidade cristã, em contraponto com a liberdade sexual abrangentes nos costumes indígenas e africanos. A Igreja Católica continuava a tentar impedir a exposição sexual através de ações coercitivas, punitivas e pedagógicas contra a sodomia, a bigamia, o adultério, o concubinato e a bestialidade. Entretanto, o próprio clero era atuante de crimes sexuais no qual, tentavam reprimir, ao mesmo tempo em que não respeitavam a castidade e o celibato. Desta forma, esse artigo pretendeu analisar historicamente os movimentos sexuais abordando todo o histórico europeu e brasileiro descrevendo assim, os avanços e retrocessos dos comportamentos sexuais em sociedade. Para que isso pudesse ser analisado, utilizou-se de referenciais bibliográficos em uma pesquisa de cunho essencialmente qualitativa.

2 | AVANÇOS E RETROCESSOS DO COMPORTAMENTO SEXUAL EM SOCIEDADE

Dabhoiwala (2012) relata que ao final do século XVIII a repressão começou a perder força com o início de uma revolução sexual, ao passo em que a Reforma de aprofundava marcando a separação dos mundos pré-moderno e moderno.

Um dos fatores que começaram a influenciar as mudanças atitudinais modernas foram as alterações territoriais visto que, o mundo rural medieval se substituiu por cidades populosas. Conseqüentemente, o espaço urbano trás com ele novas concepções e culturas no qual, a moralidade tradicional mais facilmente implantada no meio rural deixa de ser evidência em um contexto urbano mais anônimo e impessoal com relacionamentos sexuais mais expostos socialmente.

A Reforma em conjunto com a ciência moderna, moldaram o contexto da modernidade pois, com o surgimento de uma religião rival a Igreja Católica perde sua expansão e autoridade social diminuindo-se desta forma, a ideia de obrigação moral fundamentada na lei divina.

Rawls (2000) evidencia a Reforma como o início marcado do mundo moderno ao mesmo tempo em que Dabhoiwala (2012) explana sobre a influência da Reforma no declínio de um sistema sexual público repressor

As obras do filósofo e do historiador confluem para mostrar que liberdade de consciência, tolerância e criação de uma esfera sexual privada fazem parte de um mesmo conjunto de profundas alterações políticas, sociais, morais e jurídicas que passaram a moldar as sociedades democráticas ocidentais (SILVA, 2014, p. 231).

A mudança esteve presente principalmente na ideia do privado, de opiniões pessoais e não mais de um pensamento voltado a cumprir leis que moldavam a sociedade de

forma repressora. A modernidade fez com que aos poucos tenha-se a ideia de liberdade, igualdade, moralidade e direitos sexuais (SENNET, 1974). Sem essa esfera individual, não há liberdade de consciência e, muito menos liberdade sexual.

O que está por trás disso pode ser claramente constatado na questão da sexualidade e dos direitos sexuais. Com o surgimento das concepções modernas e, principalmente, iluministas, de indivíduo, sujeito e direitos individuais, o mais íntimo daquilo que constituía o espaço privado, o sexo, foi lançado na esfera pública. As reivindicações contemporâneas a respeito de liberdade sexual, união homossexual etc. têm a interessante e ambígua características de mostrarem, ao mesmo tempo, o sexo como tema de debate no espaço público e o sexo e as escolhas e opções sexuais como fazendo parte daquilo que constitui nosso direito mais fundamental, íntimo e privado (SILVA, 2014, p. 226).

O século XVIII foi de grandes mudanças, pois o privado tornou-se possível às pessoas principalmente porque a pessoa passou a ter direito de seguir seus próprios desejos e sua consciência para resolver seus problemas pessoais visto que, as punições agora só aconteciam quando as ameaças eram públicas ou seja, quando poderiam prejudicar a sociedade. Diferentemente do que ocorria anteriormente quando atitudes pessoais que não prejudicavam o próximo eram passivas de punição da mesma maneira. Agora, o que se faz com o próprio corpo é algo considerado à esfera privada assim como deve ser. Isso não quer dizer que a Igreja passou a aceitar o adultério, a contracepção, a masturbação, porém não procuram mais impor suas crenças e valores de maneira repressora (SILVA, 2014).

O adultério e fornicação já não eram mais crimes públicos, além da prostituição que em 1725 foi decretada como prisão ilegal. Neste sentido, Dabhoiwala (2012) resume essa evolução alegando que a tolerância sexual surgiu a partir da tolerância religiosa. Entretanto, faz-se necessário relatar que na prática, nem tudo se resolveu visto que, os movimentos modernos mais atuantes ainda se direcionam à questões sexuais ainda não aceitas em sociedade.

A pílula-anticoncepcional foi um marco para divergir o sexo para reprodução ao sexo como prazer. Ela foi descrita como “acontecimento definidor” da segunda metade do século XX (GELLES, 1995).

Ao quebrar a ligação natural entre a atividade sexual e a reprodução, a pílula contraceptiva teve um impacto dramático na vida cotidiana: a reprodução tornou-se, para muitas pessoas, uma questão de escolha e de planejamento familiar e a revolução sexual dos anos 60, com destaque para o sexo recreacional e promíscuo, foi anunciada (GELLES, 1995, p.10)

Ao mesmo tempo em que a pílula proporciona reprodução opcional ao ser humano e previne doenças sexualmente transmissíveis, faz com que jovens tendem a tornar-se sexualmente ativos mais cedo (CHERLIN, 1996). Archard (2000) também comenta essa fase no qual, os jovens obtiveram mais poder, aumentaram sua liberdade de fazerem escolhas dentre elas, o seu comportamento sexual.

Outro aspecto revelador da modernidade é a mudança das famílias tradicionais. Agora, muitas delas monoparentais possuem uma aceitação mais natural assim como,

o divórcio.

Também faz-se evidente a alteração dos papéis sociais que antes eram pré-estabelecidos entre homens e mulheres no qual, com a influência do feminismo está cada vez menos nítido, ao mesmo tempo em que, houve perceptivelmente uma maior aceitação da homossexualidade que, aos poucos é mais respeitada e menos estigmatizada principalmente com o auxílio de movimentos e representações em conjunto com a variedade de políticas que contemplam a igualdade de oportunidades.

Os transexuais também puderam ser reconhecidos com o avanço dos estudos que lhes envolvem, porém é válido ressaltar que ainda há muita exclusão e violência com esse grupo (MASSON, 1995).

Neste sentido, têm-se um grande número de autores que defendem e discorrem sobre a evolução sexual:

Hoje em dia a “sexualidade” foi descoberta, revelada e tornada acessível ao desenvolvimento de diferentes estilos de vida. Trata-se de algo que cada um de nós “tem” ou cultiva, não sendo mais uma condição natural que o indivíduo aceita como estado de relações predestinadas (GIDDENS, 1992)

A sexualidade, defende o autor, tornou-se “plástica”- por outras palavras, uma “característica maleável do eu, um ponto de ligação principal entre o corpo, a auto identidade e as normas sociais (GIDDENS, 1992:15).

Não há limites para a atividade sexual, salvo os vinculados pela generalização do princípio da autonomia e pelas normas negociadas da relação pura. A emancipação sexual consiste em integrar a sexualidade de plástico com o projeto reflexivo do eu (GIDDENS, 1992:194).

O mundo sexual contemporâneo aparece como irrevogavelmente pluralístico, dividido num grande número de unidade soberanas e numa multiplicidade de sítios de autoridade...Já não existe um discurso hegemônico que nos diga como nos devemos comportar. (WEEKS, 1995: 27).

Em relação aos avanços da ciência, relata-se que foi a partir do século XIX que as variações da sexualidade humana passaram a ser analisadas. Porém, esses estudos pouco contribuíam para as classes que eram consideradas “desviantes” socialmente, pois esses estudos eram para reenquadrar esses grupos aos padrões heteronormativos e não para que eles pudessem ser socialmente aceitos (SILVA, 2014).

A modernidade possuía grandes avanços quanto a diminuição da repressão sexual, entretanto essa repressão continuava ativa dentre os grupos com sexualidades divergentes do que era socialmente aceitável. Desta forma, a violência e o estigma instigavam os movimentos sociais modernos que se organizavam desde a década de 1970 (ALMEIDA, 2012).

A história do movimento social organizado demonstra que a militância passou por várias fases, entre elas: o florescimento na década de 80, o recrudescimento na década de 90 e uma revitalização após a virada do milênio, em decorrência, principalmente, da destinação de recursos financeiros às ONGs para que desenvolvessem estratégias de enfrentamento da Aids. Com o fortalecimento dos movimentos sociais expandiu-se, também, a pauta de reivindicações deste

segmento da população historicamente marginalizado pelas condutas e expressões tidas como desviantes no meio social. Travestis, transexuais, lésbicas e gays, por exemplo, passaram a reivindicar direitos previdenciários, casamento ou parceria civil entre pessoas do mesmo sexo, adoção de crianças, reconhecimento da família homoafetiva, entre outros direitos no campo jurídico (ALMEIDA, 2012, p.357).

Em teoria, houve grande evolução quanto aos conceitos de sexualidade e identidade de gênero, porém eram úteis apenas para contrapor os modelos hegemônicos visto que, na prática ainda eram considerados desviantes e impedidos de libertarem seu próprio desejo que continuará reprimido ou subordinado assim como, ocorria em épocas medievais. Essa evolução parcial também não atingiu outras classes como as pessoas com deficiência, as pessoas idosas, e as prostitutas que ainda são motivos de tabu com uma sexualidade não aceita.

Visibilidade e construção de identidades, estes são alguns dos desafios dos militantes dos Direitos Humanos e Sexuais. O silêncio e a invisibilidade geram sofrimento e impedem o agenciamento de forças que podem ser empregadas no enfrentamento do preconceito. Uma consequência ainda mais funesta do silêncio: privar a sociedade de promover reflexões acerca do nível de violência presente em sua própria estrutura e que é alimentada pelas ações humanas cotidianas. A desigualdade que caracteriza os nossos comportamentos propicia a disseminação de reações fascistas e discriminatórias, que tendem a mover ações individuais e coletivas (ALMEIDA, 2012, p.360).

De acordo com Giddens (1992), o sexo na sociedade atual não é mais inibido socialmente, porém continua sendo alvo de discussões e pesquisas por não englobar toda a camada da população. As mudanças culturais após a Revolução Sexual da década de 1960 tiveram proporções consideráveis na sociedade ocidental e no pensamento científico mundial acerca do sexo, da sexualidade e do gênero, porém muito ainda têm-se a evoluir.

Essa crescente diversidade de valores sexuais envolve a evolução tecnológica e social que proporciona novas atitudes sexuais e padrões de comportamento entre diferentes grupos que se unem para exporem suas posições.

Ainda hoje, essa diversidade incomoda as famílias consideradas dentro do “padrão heteronormativo”, famílias “tradicionais” que não aceitam comportamentos sexuais expostos na esfera pública envolvendo desacordos entre conservadores e liberais e entre devotos e não devotos.

Em relação às classes consideradas desviantes, relata-se que têm-se dois lados a serem analisados, o do liberalismo e o do conservadorismo no qual, influenciam diretamente os movimentos sociais principalmente os que englobam grupos que evidenciam o comportamento sexual liberal em sociedade.

Rohmann (2000) diz que o liberalismo pode ser considerado uma doutrina política, social e econômica defendendo a liberdade individual e privada. Já Knight (2003) diz que o liberalismo engloba também as crenças religiosas e educacionais que envolvem a liberdade, a discussão, a tolerância de diferentes visões, a mudança social, o igualitarismo e os direitos das minorias.

Para os liberais, a neutralidade da lei deve ser mantida de forma a respeitar as pessoas como seres independentes e livres, capazes de decidirem por si mesmas. Assim, indivíduos considerados “desviantes” da norma não devem ser punidos, pois seus atos não são considerados prejudiciais aos direitos de outros indivíduos, nem à segurança social. Desta forma, o argumento liberal não permite tentativas legais de penalização da diferença. Os liberais podem até compartilhar os julgamentos negativos de conservadores sobre modos particulares de conduta, sem que esses julgamentos, no entanto, sirvam de base para uma intervenção legal e social. Assim, os argumentos liberais protegem as práticas homossexuais, por exemplo, porque estes relacionamentos indicam escolhas de seres individuais (GUERRA. GOUVEIA, 2007, p. 43).

Já o conservadorismo é mais repressor não aceitando determinados comportamentos no plano público. Heave e Oxman (1999) entendem o conservadorismo como “um fator geral subjacente ao campo das atitudes sociais, e enfatiza a existência de uma correlação positiva do conservadorismo com o preconceito e as atitudes negativas frente a exogrupos.”

Desta forma, entende-se que a principal diferença e discussão entre os dois grupos está no ato sexual e nos comportamentos públicos que são reprimidos pelos conservadores assim como, ocorria nas eras medievais junto a Igreja Católica. Neste sentido, o liberalismo atrelado à sexualidade e ao gênero, denominado de liberalismo sexual posiciona-se à aceitação/afirmação da liberdade individual e da autonomia pessoal dentre os diferentes e possíveis comportamentos a se seguir, sendo o direito mais fundamental, íntimo e privado do ser humano.

Se há uma ideia mais ridícula do que qualquer outra, é aquela de um legislador que, quando um homem e uma mulher estão em concordância sobre um assunto deste tipo, coloca-se entre eles, examinando situações, regulando ocasiões, e prescrevendo modalidades e posturas.” Pelo contrário, de um ponto de vista utilitarista, a soma total de prazer humano que podia ser obtido com o sexo era incomparável. Era a mais universal, a mais facilmente acessível, a mais intensa, “a mais copiosa fonte de deleite”, “de todos os prazeres o mais sublime”; podia-se demonstrar matematicamente que não havia nada que mais “conduzisse à felicidade”. Se fosse estabelecida uma “liberdade totalmente abrangente para todos os modos de satisfação sexual”, incluindo a tolerância a contracepção, aborto, infanticídio e divórcio, isso seria um enorme benefício permanente à humanidade (BENTHAM, 1979, p.30).

A luta dos militantes dos Direitos Humanos e Sexuais é algo que está previsto em lei e que deveria ser respeitado dentre os diferentes grupos. Os desafios englobam a minimização do estigma e a aceitação em público, pois a exclusão social gera violência e sofrimento por não poderem se expor e por não serem livres conforme possuem direito. A exclusão causa desta forma, disseminação de reações fascistas e discriminatórias que tendem a mover ações individuais e coletivas.

As últimas décadas foram marcadas pela globalização e a expansão da mídia que facilitaram a erotização. Esses aspectos são importantes para se tentar refletir e discutir mais a respeito de aspectos sexuais advindos da verbalização da sexualidade no qual, não devem mais estar apenas no domínio privado para serem aceitos de forma completa ao âmbito social (SENNET, 1974).

Giddens (1992) também explica a importância do diálogo sobre a diversidade sexual, relatando que o próprio ato de falar sobre ela indica uma postura positiva para a reflexão e a minimização do medo na exposição social de seus comportamentos em uma modernidade dita como avançada.

Os comportamentos sexuais são analisados através de um conjunto alargado de indicadores, capazes de reconstituir elementos-chave da biografia sexual dos indivíduos, atestando a maior ou menor orientação para lógicas experimentalistas, por oposição a lógicas restritivas da experiência sexual (GIDDENS, 1992, p.10).

Neste sentido, é válido ressaltar que a reflexão a respeito das diversidades sexuais pode ser instigada desde a educação escolar no qual, os alunos devem entender e respeitar os diferentes comportamentos sexuais pois, mesmo com concepções e valores diferentes deve-se esclarecer a possibilidade de um convívio social harmônico.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os professores devem estar preparados para discutirem o assunto sem indagarem suas opiniões particulares, pois a escola deve influenciar a reflexão quanto aos valores da sociedade indagando a igualdade e o respeito. Desta forma, os educadores devem favorecer os valores sexuais universais, direcionando os indivíduos a terem atitudes e comportamentos de tolerância e compreensão com os grupos que não são similares aos seus.

Esse direcionamento deve envolver diretamente a opinião e as experiências dos alunos quanto suas relações sociais e sexuais. Thompson (1997) defende a ideia de que as vozes de crianças e adolescentes devem englobar as discussões de educação sexual para uma reflexão crítica e que tornarão esses indivíduos mais respeitosos quanto aos movimentos sociais e os comportamentos sexuais liberais.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, M.R. **Diversidade sexual e movimentos sociais**: algumas contribuições da Teoria Crítica Revista JurisFIB | ISSN 2236-4498 | Volume III | Ano III | Dezembro 2012 | Bauru.

BENTHAM, J. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**. 2a ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).

DABHOIWALA, F. **As origens do sexo**: a história da primeira revolução sexual. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2013. The Origins of Sex: A History of the First Sexual Revolution. London: Penguin, 2012.

GIDDENS, A. (1992) **The Transformation of Intimacy**: Sexuality, Love and Eroticism in Modern Societies, Cambridge: Polity Press.

GUERRA, V.M.; GOUVEIA, V.V. **Liberalismo / Conservadorismo Sexual**: Proposta de uma Medida Multi-Fatorial. Psicologia: Reflexão e Crítica, 2007.

HEAVEN, P. OXMAN, L. (1999). **Human values, conservatism and stereotypes of homosexuals.** Personality and Individual Differences, 27, 109-118.

RAWLS, J. **Justiça e democracia.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ROHMANN, C. (2000). **O livro das idéias.** São Paulo, SP: Campus.

SENNETT, R. **Les tyrannies de l'intimité.** Paris: Éditions du Seuil, 1974.

SILVA, W.V.O. **Pluralismo, liberdade sexual e modernidade.** Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2014.

WEEKS, J. (1995) **Invented Moralities:** Sexual Values in an Age of Uncertainty, Cambridge: Polity Press.

RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DOS PROFISSIONAIS COM DEFICIÊNCIA NO ATUAL SÉCULO: UM ESTUDO EM ATENÇÃO À SAÚDE

Guilherme de Souza Vieira Alves

Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Ciências e Letras -Programa de
Pós-Graduação em Educação Sexual
Araraquara – São Paulo

Vanessa Cristina Sossai Camilo

Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Ciências e Letras -Programa de
Pós-Graduação em Educação Sexual
Araraquara – São Paulo

RESUMO: O presente estudo refere-se ao processo de recrutamento e seleção dos profissionais com deficiências nas organizações no atual século. A pesquisa esclarece os direitos das pessoas com deficiência, na qual a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 garante os benefícios sem exceção de origem, raça, sexo, cor e idade. Percebendo a necessidade de examinar com evidências teórico-práticas, o tema foi abordado a fim de compreender como ocorre os procedimentos no que diz respeito a este público de colaboradores, e analisar os talentos e dificuldades em um ambiente profissional. É por meio do trabalho que o funcionário com deficiência pode mostrar o potencial e a capacidade no cargo ocupado. É no espaço laboral, ainda durante estes processos, que as pessoas com deficiência estão sujeitas a empecilhos e preconceito.

Este estudo se concretizou por pesquisa bibliográfica e aplicação de questionário com a participação de empregados/colaboradores com deficiência em diversas organizações em município localizado no interior paulista. Os resultados apontam que mesmo com os avanços sociais, não houve mudanças de forma expressiva para modificar essa situação, isto é, há falhas nas organizações, não fornecendo muitas vezes os treinamentos oportunos, pela falta de acessibilidade e ausência de debates sobre a inclusão social e sua importância a fim de redução da ocorrência do preconceito discriminatório às pessoas que possuam algum tipo (ou várias deficiências), havendo discriminação pela sociedade e colegas de trabalho. Considera-se que há necessidade em discutir acerca do assunto, no intuito de desenvolver uma cultura que melhor aceite as pessoas com deficiência, logo exista uma sociedade mais justa e que possa contribuir em minimizar o adoecimento destas pessoas por se sentirem excluídas do seio da sociedade/mercado profissional.

PALAVRAS-CHAVE: pessoas com deficiência, recrutamento e seleção, mercado de trabalho, inclusão, saúde.

ABSTRACT: The present study refers to the process of recruiting and selecting professionals with disabilities in organizations

in the current century. The research clarifies the rights of disabled people, in which the 1988 Constitution of the Federative Republic of Brazil guarantees benefits without exception of origin, race, sex, color and age. Realizing the need to examine with theoretical-practical evidence, the theme was approached in order to understand how the procedures with regard to this public of employees, and to analyze the talents and difficulties in a professional environment. It is through work that the disabled employee can show the potential and capacity in the position occupied. It is in the workplace, even during these processes, that disabled people are subject to obstacles and prejudice. This study was carried out by bibliographical research and questionnaire application with the participation of employees / disabled people in several organizations located in the state of São Paulo. The results show that even with social advances, there have been no significant changes to modify this situation, that is, there are failures in organizations, not often providing timely training, lack of accessibility and lack of debate on social inclusion and its importance in order to reduce the occurrence of discriminatory prejudice to people who have some type (or several disabled) and there is discrimination by society and co-workers. It is considered that there is a need to discuss the subject in order to develop a culture that best accepts disabled people, so there is a fairer society and that can contribute to minimize the sickness of these people because they feel excluded from society / professional market.

KEYWORDS: disabled people, recruitment and selection, labor market, inclusion, health.

1 | INTRODUÇÃO

No mundo capitalista, o contexto do trabalho é fator indispensável àqueles que almejam alcançar metas, objetivos e resultados. As organizações, dentre outros aspectos, têm a real necessidade de quantificar por produtividade. Esta confirmação também é observada nos dizeres de Leal, Mattos, e Fontana (2013, p. 60) ao descrever:

O trabalho torna o indivíduo um ser produtivo, na medida em que contribui para a criação de elementos necessários à sobrevivência humana. Por meio do trabalho, o ser humano cria e modifica a matéria, em benefício próprio ou de outrem e constrói pilares para o crescimento intelectual e econômico da sociedade.

Diante destas descrições, gerenciar pessoas no ambiente organizacional tem sido um grande desafio encontrado no século XXI, pois estas com suas experiências se deparam com sérias dificuldades sejam no âmbito social, profissional, e até mesmo pessoal mediante questões que envolvem o labor. Ao encontro desta ideia, Gramigna (2007, p.14) observa que sobre o panorama empresarial no século XXI:

Vivemos um momento inusitado em nossa história. Organizações que se comportavam como se tivessem talentos de sobra veem-se diante de um cenário novo: apresentam dificuldades para identificar, em seus próprios quadros, profissionais que atendam à demanda de competências exigida pelo mundo globalizado.

A partir do final do século XX, o contexto organizacional revela importantes transições que puderam afetar diretamente as relações socioeconômicas e culturais da até então sociedade capitalista. Souza et al. (2005, p. 19) apontam para tal momento ao observarem que:

O mercado mudou, a tecnologia mudou, as pessoas mudaram. O final do século XX foi marcado por uma enxurrada de textos cuja palavra-chave foi “mudança”. Todos apontaram para a necessidade de se estar preparado para enfrentar os desafios impostos pelo ambiente turbulento, como as inovações tecnológicas em ritmo acelerado, o crescente nível de exigência dos consumidores, a concentração acirrada, entre outros.

Tais conquistas são positivas na medida em que se observa um novo perfil daqueles que diretamente desenvolvem trabalhos nas áreas de gestão, uma vez que, sob a perspectiva organizacional, o processo de recrutamento e seleção, juntamente com suas formas – interno, externo e misto, é uma forma de localizar, identificar, atrair e manter candidatos para a organização, sendo que seu trâmite, varia conforme as necessidades de cada empresa.

Antes mesmo de recrutar e selecionar, é importante o atendimento à algumas regras. Para que se obtenha processos de Recrutamento e Seleção eficientes, precisa-se executar uma correta Descrição de Cargos e Salários, e isso faz parte do Planejamento. Segundo as ideias de Adami e Dutra (2014, p. 18):

O processo de recrutamento e seleção inicia-se com base na disposição de um sistema de descrição de cargos. Este sistema permite que a empresa identifique as funções e seus respectivos salários. Ao identificar as principais características do ocupante do cargo, a empresa recorre ao mercado de trabalho para recrutar pessoas capazes de preencher as vagas disponíveis.

Ao considerar que a sociedade brasileira é historicamente diversificada, o ambiente de trabalho torna-se representativo em termos de heterogeneidade, é preciso estar atento a inclusão de diferentes segmentos: de raça, gênero, religião, orientação sexual, condição física e mental. Neste sentido, a atual Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/1988), em seu artigo 5º estabelece que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” e garante a igualdade entre os trabalhadores em seu artigo 7º, com destaque para a proibição de discriminação contra pessoas com deficiência.

A deficiência permanente é definida pelo Decreto nº 3.298/99, art. 3º, II como: “aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou tem probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos”. O mesmo decreto estabelece no art. 4º que pessoa com deficiência se enquadra nas categorias física, auditiva, visual, mental e múltipla.

Enquadram-se também como deficientes as pessoas designadas como “incapazes”, constatando no mesmo decreto acima a seguinte descrição:

uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida (DECRETO nº 3.298/99, ART. 3º, III).

Ainda sobre estas questões, a Lei 8.213/1991, denominada Lei de Cotas, estabelece a obrigatoriedade da contratação de profissionais com deficiência para empresas com 100 (cem) ou mais funcionários, em percentuais que variam de acordo com o número total de empregados. Esta lei tem funcionado ativamente para introduzir a inclusão na agenda de prioridades das organizações. A fiscalização trabalha como um cartão de visitas para os empregadores que não respeitam a lei, mostrando que é impossível adiar o cumprimento da mesma (CARMO, 2011).

Nas considerações de Madruga (2016) há inúmeras práticas que devem ser consideradas de responsabilidade social empresarial relacionadas à inclusão. Para tanto, existe prática a fim de manter programas de contratação, capacitação e promoção de mulheres, negros e pessoas com deficiência, com igualdade de oportunidades; bem como há atividades as quais se referem às metas para reduzir as desigualdades de gênero, raça e em relação às pessoas com deficiência, voltadas às diferenças de salários e benefícios.

Diante desta perspectiva, os objetivos dos pesquisadores vêm ao encontro por avaliar o mercado de trabalho em relação às pessoas com deficiência, examinando os bloqueios e acessos no que tange os processos de recrutamento e seleção de pessoal.

Os objetivos pormenores estão atrelados a se verificar as relações de contratação nas organizações, permitindo-se assim, que gerem resultados voltados à atenção da qualidade de vida do trabalhador com deficiência, e que possa minimizar os impactos com o adoecimento pela falta das atividades e rejeição no contexto laboral (exclusão social).

Em estudo realizado por Leal, Mattos e Fontana (2013) acerca do trabalhador com deficiência física, há evidências de que eles podem sofrer por riscos psicossociais, aos quais alteram a saúde emocional por falta de valorização, estresse e ritmo acelerado, gerando estado de alerta no que diz respeito a integridade da saúde.

2 | METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desta pesquisa, realizou-se a pesquisa bibliográfica sobre os aspectos relativos ao recrutamento e seleção, sob a elucidação de se demonstrar a importância destes subsistemas quando das relações diretas para com as pessoas que possuam deficiência. Utilizou-se para tal finalidade literatura especializada de obras e artigos científicos, pesquisados em meios físicos e digitais, sendo a pesquisa desenvolvida durante o primeiro trimestre de 2018.

Marconi e Lakatos (2005) consideram que a pesquisa bibliográfica pode ser

considerada através de material já existente na literatura, sendo, portanto, possível de buscá-lo por meio de pesquisa exploratória. Ainda nesta mesma identidade, elas explicam que as pesquisas partem de ideias já existentes e definem que há procedimentos usados para a obtenção de dados, como a pesquisa de cunho bibliográfico.

Gil (2012, p. 50) em suas considerações afirma que “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Associado à metodologia de levantamento da pesquisa bibliográfica, os autores desta pesquisa disponibilizaram em papel, um questionário às empresas que possuam colaboradores com algum tipo de deficiência (empresas com mais de cem funcionários), com o intuito de reconhecer e compreender as necessidades dessas pessoas e a inserção das mesmas no mercado de trabalho, sendo, por esta identificação, uma pesquisa quantitativa.

Em relação ao questionário, Severino (2007, p. 125) discute que se trata de um “conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisadores, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo”.

Nas palavras de Richardson (1999), a pesquisa quantitativa é determinada pela utilização da quantificação, nas categorias de coleta, bem como, e também no tratamento das mesmas através de técnicas estatísticas.

Mattar (2001) corrobora tais conceitos, ao afirmar que a pesquisa quantitativa procura validar as hipóteses por intermédio do uso de dados estatísticos, analisando um número de casos representativos, apresentando um curso final da ação.

Em termos práticos, entregou-se o questionário impresso às empresas pertencentes a uma cidade localizada no interior do Estado de São Paulo. É válido destacar que tais empresas atuam em setores diversificados como: educacional, alimentício, prestação de serviços/saúde, sendo que, na oportunidade explicou-se verbalmente o objetivo do questionário, relatando se tratar de uma pesquisa cuja finalidade é a compreensão do processo de inserção e permanência de pessoas com deficiência no ambiente de trabalho, e que os dados serão mantidos sobre absoluto sigilo dos pesquisadores em questão (conforme comunicado no questionário entregue).

A composição do questionário foi desenvolvida contendo 15 (quinze) questões, aos quais tematizaram sobre preconceito no trabalho devido à (s) deficiência (s), inclusão social, fases do recrutamento e seleção, escolaridade, cultura organizacional, debates e treinamento e desenvolvimento, acessibilidade/infraestrutura organizacional, locomoção, indicação do trabalho, e desempenho profissional. Para tanto, o questionário é do tipo estruturado com 03 (três) opções de marcação: "sim", "não" ou "não sei opinar".

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram desta pesquisa, enquanto participantes, 20 (vinte) colaboradores inseridos nas empresas situadas em município do interior paulista, cuja condição era caracterizar-se em conter mais de 100 (cem) funcionários, a fim de possuir no quadro de colaboradores, profissionais com deficiência (conforme a lei mencionada). As questões dirigidas no questionário, bem como as respostas levantadas pela coleta de dados são descritas a seguir:

Questão 1: *“Já sofreu preconceito devido a sua deficiência?”*

Os dados representam que 70% já sofreu preconceito no mercado de trabalho, ao passo que 30% responderam “não”. Assim é possível verificar que ainda nos dias atuais há uma grande dificuldade de aceitação de pessoas com deficiência nas organizações, sejam quais motivos forem, tal questão sucinta o preconceito no ambiente laboral.

Questão 2: *“Conforme a Lei 8.213 no artigo 93, as empresas tendo a partir de 100 (cem) funcionários devem preencher de 2% a 5% de seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas. Considera ela justa?”*

Nesta questão, 60% dos participantes respondeu “sim” e outros 40% discordaram, identificando que a maioria está em concordância com a lei que os beneficiam.

Questão 3: *“Esta lei contribui para sua inclusão no ambiente social?”*

Para 80% das pessoas, ela contribui para que haja a inclusão no ambiente social, já os demais discordaram dessa possibilidade. Nesse sentido, é notória a relevância da inserção das pessoas com deficiência na sociedade, quando já inseridas no mercado de trabalho.

Questão 4: *“A empresa lhe proporcionou um ambiente confortável no momento da entrevista?”*

Esta questão traz como resultado que 70% ressaltam se sentirem confortáveis no momento da entrevista, na medida que outros 20% dizem o contrário, e ainda, há uma ressalva de que outros 10% responderam não saber opinar sobre tal questão.

Questão 5: *“O anúncio da vaga era exclusivo para Pessoa com Deficiência (PcD) quando você se inscreveu no processo de seleção?”*

Para 80% dos respondentes, o anúncio da vaga, quando no momento da seleção, era referente e exclusivo à pessoa com deficiência, sendo que outros 20% não souberam opinar.

Questão 6: *“Você julga que seu grau de escolaridade foi avaliado durante as fases do recrutamento e seleção?”*

90% acreditam que “sim”, e 10% responderam “não”. Para os autores da pesquisa, essa análise pode ser um indicativo de que as pessoas com deficiência sabem que, em se tratando de mercado de trabalho, devem buscar a qualificação necessária para assumir diversos cargos na organização.

Questão 7: *“Buscou informações a respeito da empresa antes da entrevista, a fim de demonstrar conhecer a cultura organizacional?”*

Metade do número de entrevistados, disse estar informado acerca da empresa em momentos anteriores à entrevista, na medida em que os outros 50% não buscou informações.

Questão 8: *“Acredita que sua deficiência desenvolveu habilidades especiais como forma de compensar suas limitações?”*

90% dos entrevistados desenvolveram habilidades especiais, desta forma elas neutralizam, ou se propuseram minimizar as limitações das pessoas.

Questão 9: *“Houve na empresa debates sobre a inclusão social de pessoas com deficiências entre os funcionários?”*

Observa-se que, segundo os participantes, nas empresas a maioria não faz debates sobre a inclusão social de pessoas com deficiência entre os funcionários, onde apenas 20% confirmaram a ocorrência de debates.

Questão 10: *“A organização realizou treinamento para a função que exerce atualmente?”*

Há ausência de treinamentos para a função exercida para esta parcela seletiva de pessoas, sendo tal porcentagem correspondente a 60% dos participantes.

Questão 11: *“Os espaços físicos (salas, banheiros, entre outros) são acessíveis?”*

Para 50% das pessoas são acessíveis, já para 40% ainda é preciso que sejam realizadas adaptações, e 10% dos questionados, não opinaram sobre a questão.

Questão 12: *“Há dificuldade de se locomover até seu local de trabalho?”*

Com unanimidade todos os 20 participantes apontaram que há dificuldades de locomoção até o local de trabalho. Por se tratar de um questionário estruturado, não foi possível identificar com detalhes a que se refere tal dificuldade sobre a locomoção, seja em transporte público, acessibilidade quanto às estruturas de rampas, e calçadas nas ruas.

Questão 13: *“Existem barreiras que dificultam a realização de suas atividades no cargo?”*

Não há barreiras para a realização de atividades no cargo, conforme afirmam 50% das pessoas, porém ainda para 50% elas existem, desta forma é preciso que as empresas se planejem para reduzi-las, e assim fornecer melhores condições de qualidade de vida aos colaboradores no trabalho.

Questão 14: *“Indicaria um amigo ou parente para se inscrever no processo de recrutamento e seleção da empresa pelo fato de ser adequada e justa?”*

60% indicaria a empresa para um conhecido, sendo que 40% não faria tal indicação.

Questão 15: *“Seu desempenho profissional o faz sentir-se realizado (a)”*

O desempenho profissional para 80% faz com que se sintam realizados e os demais 20% não se sentem satisfeitos.

Mediante os resultados apresentados, considera-se que, de modo pontual grande parte das questões levantadas obtiveram resultados expressivos e favoráveis às necessidades das pessoas com deficiência, como pode ser observado nas questões

de número 3, 4, 5,6,8, e principalmente a última questão, de número de 15, em que 80% dos participantes (16 pessoas) se sentem realizados profissionalmente em função do desempenho, mesmo com todas as dificuldades encontradas durante os processos e procedimentos para com o trabalho (questões anteriores). Esta informação é relevante na medida em que contrapõe todas os resultados apontados negativamente.

De forma negativa, outras questões abordadas resultaram em dados que norteiam ao preconceito, necessidade em debates sobre a inclusão social na ordem de reflexão sobre as deficiências, a falta de treinamento por parte das organizações, bem como a unanimidade pelos questionados acerca da locomoção no trajeto até a empresa (todas as 20 pessoas com deficiência relatam dificuldades), o que por consequência demonstra extrema urgência em (re) construir espaços adequados e acessíveis em relação à infraestrutura. Esses indícios nos levam a refletir o quanto a autoestima desses sujeitos possa estar comprometida, afrontados por serem julgados limitados por barreiras físicas, logo discriminados como “incapazes de desempenhar funções no trabalho”.

Nesse sentido, são dados que se destacam sugerindo necessidades emergentes no contexto da inclusão das pessoas com deficiência, isto é, precisariam de modificações no âmbito teórico-prático do trabalho realizado pelo coletivo.

Logo, de forma geral, pelo questionário aplicado não há uma forma de consentir apenas por uma perspectiva, uma vez que há questões alarmantes para mudanças oportunas e que tornariam mais acessível o trabalho de diversas pessoas com deficiência, mas há de se ressaltar também respostas que confirmam ações de iniciativa, bem-estar quando no momento da seleção, e divulgação das vagas para contratação.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o trabalho desenvolvido pretendeu-se explorar como as organizações realizam os processos de recrutamento e seleção de pessoas com deficiência, para inclusão no mercado de trabalho. Nesse sentido, foi possível investigar os bloqueios e perspectivas de acessibilidade que se encontram durante os momentos que se antecedem à contratação, através de análise de colaboradores que sejam ou possuam algum tipo de deficiência, apontando a falta de adaptações nos ambientes físicos e estrutura em treinamento e desenvolvimento deste público, que mesmo com os avanços da sociedade, ainda não houve mudanças expressivas para que o preconceito fosse totalmente eliminado referente à visão organizacional, havendo dificuldades na obtenção do acesso aos direitos e garantias.

Mediante a isso, torna-se essencial ações a serem desenvolvidas para que a inclusão social seja realmente colocada em prática, deixando para trás qualquer tipo de preconceito, para então perceber que as pessoas com deficiência também possuem capacidades de exercerem funções, independente da área de atuação profissional.

Através de dados levantados com a pesquisa quantitativa realizada com 20 pessoas com deficiência, constatou-se que a maioria dos participantes já sofreram preconceito no mercado de trabalho, mostrando que ainda há grandes dificuldades de aceitação dos mesmos, criando barreiras para a inclusão. A falta de debates nas empresas referente ao tema entre os funcionários também foi identificada, desta forma não estão enfatizando a importância em se discutir sobre ações integrativas e inclusivas; o que ajuda negativamente a manter o preconceito presente nas organizações.

Verificou-se também que há carência de treinamentos para a função que exercem, demonstrando que ainda existem empresas que não investem em seus colaboradores, deixando de lado o preparo e desenvolvimento, podendo afetar diretamente na motivação, qualidade e produtividade da organização.

Por conseguinte, ainda se averiguou que há participantes apontando dados referentes à acessibilidade dos espaços físicos e a existência de barreiras para a realização de suas atividades profissionais no âmbito organizacional. Desta forma, é preciso oferecer acesso e ferramentas necessárias conforme a necessidade de cada indivíduo para tornar possível a inclusão dos mesmos.

É essencial que haja o entendimento entre uma mera integração e a tão desejada inclusão, por mudanças de mentalidade nos processos/sistemas administrativos e impactos da cultura organizacional, de maneira que o indivíduo manifeste e desenvolva suas competências. Afinal, as principais barreiras existentes nem sempre são geográficas ou físicas, mas podem também ser sociais.

Para que a verdadeira inclusão social aconteça no ambiente de trabalho, é necessário o esforço das instituições, de seus colaboradores e dos próprios colaboradores, enfrentando juntos o processo de adaptação e transformação da cultura organizacional, revendo padrões e conceitos, sendo indispensável a conscientização de todos para que seja compreendida as necessidades que envolvem a realidade dos profissionais que possuam deficiência.

Logo, considera-se efetiva a necessidade de executar oportunidades para todos. A sociedade precisa de mudanças e a inclusão é mais do que necessária no século XXI, pois o preconceito continua presente (muitas vezes implícito); acredita-se, portanto, que haverá soluções concretas para combatê-lo se as pessoas refletirem e lutarem contra, agir em ações coletivas para promover a cultura da inclusão, minimizando-se assim riscos e prevalências de adoecimento físico e emocional em decorrência de ser pessoa com algum tipo de deficiência, e estar excluído do mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

ADAMI, Luciana A. Mani.; DUTRA, Neivaldo Hakime. **Recrutamento e seleção de pessoal**. Batatais/SP: Claretiano, 2014.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988, Art. 5º - Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 30 jan. 2018.

_____. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988, Art. 7º - Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 30 jan. 2018.

_____. DECRETO Nº 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999, Art. 3º - Das Disposições Gerais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 29/ jan. 2018.

_____. DECRETO Nº 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999, Art. 4º - Das Disposições Gerais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 29 jan. 2018.

_____. LEI Nº 8.213 DE 24 DE JULHO DE 1991, Art. 93 - Da Habilitação e da Reabilitação Profissional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L8213cons.htm. Acesso em: 27 jan. 2018.

CARMO, José Carlos do. *Construindo a inclusão da pessoa com deficiência no trabalho*. São Paulo: Áreua Editora, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2012.

GRAMIGNA, Maria Rita. **Modelo de competências e gestão dos talentos**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

LEAL, Débora Ribas.; MATTOS, Gisele Domingues.; FONTANA, Rosane Teresinha. Trabalhador com deficiência física: fragilidades e agravos autorreferidos. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 66, n. 1, jan-fev, 2013.

MADRUGA, Sidney. **Pessoas com deficiência e Direitos Humanos: ótica da diferença e ações afirmativas**. São Paulo: Saraiva, 2016.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas. 2005.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 2001.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Maria Zélia de Almeida Souza.; BITTENCOURT, Francisco Rage.; PEREIRA FILHO, João Lins.; BISPO, Marcelo Macêdo. **Cargos, carreiras e remunerações**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

A PSICOLOGIA EM MATO GROSSO DO SUL: CATALOGAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO DE ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

Felipe Maciel dos Santos Souza

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
(PUC-SP), Programa de Estudos Pós-graduados
em Psicologia Experimental: Análise do
Comportamento (PExp: AC)
São Paulo – SP

RESUMO: A Análise do Comportamento, em 2011, comemorou seus cinquenta anos no Brasil. Pode-se verificar que o desenvolvimento desta ciência em nosso país ocorre de forma peculiar para cada Estado e uma nova proposta para se estudar a história da Análise do Comportamento seria a partir de como ela surgiu e se desenvolveu em diferentes Estados brasileiros. Considerando os livros como importantes fontes para história da ciência, com o presente artigo pretendeu-se catalogar e analisar material didático usado nas disciplinas de Análise do Comportamento em Instituições de Ensino Superior que oferecem o curso de Psicologia localizadas no Mato Grosso do Sul. A catalogação e a análise foram realizadas a partir da identificação dos materiais adotados como referências bibliográficas nestas disciplinas. Quanto às referências bibliográficas analisadas, foram encontrados 342 títulos, sendo 158 referidos como bibliografia básica e 184 como bibliografia complementar. Neste total, foram identificados cinco tipos de material: artigo

(oito), capítulo de livro (seis), dicionário (sete), livro (317) e periódico (4). Espera-se que esta pesquisa contribua para novas investigações neste campo do conhecimento e que se possa traçar a história de desenvolvimento da Análise do Comportamento no Estado pesquisado. Por fim, para estudos posteriores, sugere-se que sejam verificados se os livros analisados estão disponíveis para consulta nas bibliotecas das instituições de ensino superior que oferecem o curso de Psicologia em Mato Grosso do Sul.

Palavras-chave: artigos; ensino; história; levantamento.

ABSTRACT: In 2011 Behavior Analysis celebrated its fifty years in Brazil. It can be noticed that the development of this science in our country happens in a peculiar way for each state and a new proposal to study Behavior Analysis' history in the country would be based on its arousal and development in different Brazilian states. Considering books as important sources for the history of this science, with this article it was intended to catalog and analyze teaching materials used in Behavior Analysis disciplines in higher education institutions, located in Mato Grosso do Sul, offering the course of Psychology. The cataloging and analysis were carried out by identifying the materials adopted as references in these disciplines. As for the analyzed references, 342 titles were found; 158

were referred to as basic bibliography, and 184 as complementary bibliography. In total, five types of materials were identified: articles (eight), book chapter (six), dictionary (seven), books (317) and journals (4). It is hoped that this research will contribute to further research in this field of knowledge and can trace the behavior analysis development history in the researched state. Finally, for further studies, it is suggested that the books analyzed are available for consultation in the libraries of higher education institutions offering the course of Psychology in Mato Grosso do Sul.

KEYWORDS: articles; teaching; history; review.

1 | INTRODUÇÃO

Em 1977, foi assinada a lei que criou o Mato Grosso do Sul, pelo desmembramento da área do Estado de MT, com a capital em Campo Grande. A criação do Mato Grosso do Sul é resultante de vários motivos surgidos ao longo do tempo.

O Estado, de acordo com Souza (2011), possui 40 Instituições de Ensino Superior (IES), das quais 37 particulares, que abrangem todas as formas de organizações administrativas (universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades, escolas e institutos) inerentes a esse nível de ensino. As três IES públicas são universidades.

A formação em Psicologia é oferecida em diversas instituições, a saber: (a) Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN) em Dourados, (b) Faculdades Integradas de Três Lagoas (AEMS) em Três Lagoas, (c) Faculdades UNIGRAN em Campo Grande; (d) Universidade Anhanguera em Campo Grande e Dourados, (e) Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) em Campo Grande, (f) Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) em Dourados, e (g) Universidade Federal do Mato Grosso do Sul em Campo Grande, Corumbá e Paranaíba. Souza (2011) destaca que Corumbá tem o primeiro curso do Estado, apenas cinco anos depois da regulamentação da profissão. Quanto à natureza administrativa, observa-se que a formação em Psicologia é oferecida em cinco IES privadas, e em quatro públicas.

A Psicologia, historicamente, tem se caracterizado como uma área do conhecimento que convive com a diversidade e a multiplicidade de teorias. Tal diversidade é produto de distintas concepções metodológicas e epistemológicas que chegam a produzir sistemas conceituais tão diferentes entre si, que é tema de debate constante na Psicologia se estes temas pertencem a uma única área do saber (SOUZA, 2015).

Certamente, a Análise do Comportamento é, hoje, um destes sistemas. Burrhus Frederic Skinner iniciou seus trabalhos em Psicologia na década de 30 do século XX, em duas frentes. De um lado, realizou uma pesquisa histórica e conceitual sobre a noção de reflexo na Fisiologia e na Psicologia. De outro, criou e adotou recursos metodológicos e técnicos em uma ampla linha de pesquisa experimental em laboratório (CARVALHO NETO, 2002).

Skinner (1945) chamou a sua versão do behaviorismo de Behaviorismo Radical, a fim de diferenciá-la da proposta de Boring e Stevens. Desta maneira, o Behaviorismo Radical seria a filosofia por trás da Ciência do Comportamento que Skinner estava tentando erguer e que deveria, no futuro, substituir a própria Psicologia (CARVALHO NETO, 2002). Tal ciência foi chamada de Análise Experimental do Comportamento.

Uma reorganização terminológica para os diversos saberes behavioristas de tradição skinneriana foi proposta por Tourinho (1999). De acordo com o autor, a área ampla seria chamada simplesmente de Análise do Comportamento (AC). O seu braço teórico, filosófico, histórico, seria chamado de Behaviorismo Radical (BR). O braço empírico seria classificado como Análise Experimental do Comportamento (AEC). O braço ligado à criação e administração de recursos de intervenção social seria chamado de Análise Aplicada do Comportamento (AAC).

Tendo em vista que o material didático tornou-se, nos últimos anos, fonte relevante e objeto de estudos para a história da educação, convertendo-se em importante campo de investigação para historiadores da educação em diferentes especialidades (SAUTER, 2000); com o desenvolvimento deste artigo pretendeu-se catalogar e analisar o material didático adotado em disciplinas nas quais a Análise do Comportamento é ensinada em Mato Grosso do Sul.

2 | MÉTODO

2.1 Fontes

Como fontes para a obtenção dos documentos analisados foram consultadas (a) as coordenações dos cursos de Psicologia no Mato Grosso do Sul.

2.2 Documentos

Desta maneira, para os propósitos deste artigo, os documentos localizados e analisados foram ementas das disciplinas nas quais a Análise do Comportamento é ensinada.

2.3 Procedimentos

O pesquisador entrou em contato com as coordenações de curso de Psicologia das instituições de Mato Grosso do Sul, para obtenção dos programas com referências bibliográficas básicas e complementares das disciplinas em que a Análise do Comportamento é ministrada.

Com base nas informações sobre as IES que oferecem os cursos de Psicologia, e sobre as disciplinas nas quais a AC é ensinada, o autor criou uma planilha no programa Microsoft Office Excel®, acerca da bibliografia usada nas disciplinas. Na primeira coluna desta planilha, inseriu-se o nome da disciplina. As colunas seguintes foram destinadas para: instituição, referência básica ou complementar, tipo (se artigo,

capítulo de livro, dissertação; livro, monografia, revista; e tese); título de publicação; ano de publicação; nomes dos autores; se capítulo, de qual livro e edição, cidade e editora; se periódico, título, volume, número, periódico, cidade e editora.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quanto às referências bibliográficas analisadas foram encontrados 342 títulos, sendo 158 referidos como bibliografia básica e 184 como bibliografia complementar. Neste total, foram identificados cinco tipos de material: artigo (oito), capítulo de livro (seis), dicionário (sete), livro (317) e periódico (4).

Os oito artigos são utilizados como referência bibliográfica complementar, em disciplinas relacionadas à Análise Aplicada do Comportamento (AAC). Deste total, seis versam sobre habilidades sociais, um sobre controle de estímulos e um sobre análise funcional.

Os seis capítulos tratam de temas relacionados a conteúdos de Behaviorismo Radical (BR) e AAC, sendo de diversos materiais, por exemplo: dois são do livro *Terapia comportamental e cognitivo-comportamental: práticas clínicas*, dois são do volume 1 de *Primeiros passos em análise do comportamento e cognição*, um do volume 2 de *Primeiros passos em análise do comportamento e cognição*, volume dois, e um de *Sobre Comportamento e Cognição*, volume 3. Percebe-se que há relação entre os artigos, capítulos dos livros adotados e os conteúdos das disciplinas.

Quanto aos dicionários, verifica-se que são usados três diferentes. Utiliza-se o *dicionário técnico de Psicologia* de Cabral e Nick (2006), o dicionário de Dorsch, Hacker e Stapf (2008), e o *Vocabulário de análise do comportamento: um manual de consulta para termos usados na área* de Teixeira Júnior e Souza (2008). Estes dicionários são utilizados em disciplinas introdutórias. O material de Cabral e Nick (2006) é utilizado em disciplinas ministradas nos primeiro e segundo semestres, enquanto que o de Dorsch, Hacker e Stapf (2008) é usado em disciplina em uma disciplina do quinto semestre. Como estes dicionários apresentam conceitos de Psicologia Geral, é de estranhar que estes sejam adotados como referências em disciplinas de Análise do Comportamento (AC), ainda mais ao se considerar a existência do material de Teixeira Júnior e Souza (2008).

Das 317 ocorrências de livros encontrados, verifica-se que 154 são referências bibliográficas básicas e 163 são referências complementares. Dentre as referências destacam-se como as mais utilizadas a coleção *Sobre Comportamento e Cognição*, os livros *Ciência e Comportamento Humano* de Skinner e *Compreender o Behaviorismo: ciência, comportamento e cultura* de Baum. Respectivamente, 19, 17 e 13 ocorrências.

Dentre os materiais que abarcam questões filosófico-teóricas, destacam-se, como os mais citados, além do livro de Baum (1999), os seguintes: *Behaviorismo radical: crítica e metacrítica* de Carrara (2005), e *Behaviorismo Radical: a filosofia e a ciência* de Chiesa (2006). Ambos foram referenciados três vezes.

Em seu livro, Baum descreve o Behaviorismo Radical (BR) contemporâneo e suas ligações com a filosofia, a cognição, a Psicologia Social, a antropologia e a biologia evolutiva. Além disso, mostra como o tratamento científico que caracteriza o behaviorismo radical tem implicações para problemas como desejo, conhecimento, liberdade, relações sociais, cultura, mudança cultural e política governamental. O trabalho de Chiesa (2006) oferece discussões filosóficas relativas ao Behaviorismo Radical: suas influências, sua posição atual na filosofia da ciência, suas peculiaridades, seu método e suas especificidades. O material de Carrara tem sido amplamente utilizado em vários contextos acadêmicos, devido ao seu caráter introdutório, o qual oferece ao leitor um amplo panorama da literatura crítica acerca do behaviorismo. Após ter tido a primeira edição esgotada, foi revisto e atualizado. Percebe-se que há relação entre estes três livros e os conteúdos das disciplinas filosófico-teóricas.

Quanto aos materiais de princípios básicos destacam-se, como os mais referenciados, os seguintes: *Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição* de Catania (1999) com nove citações, *Princípios Básicos de Análise do Comportamento* de Moreira e Medeiros (2007), sendo encontrado oito vezes, e *Análise do comportamento: pesquisa, teoria e aplicação* organizado por Abreu-Rodrigues e Ribeiro (2005) com sete ocorrências. Para *Princípios elementares do comportamento* de Whaley e Malott (1980), volumes um e dois, foram encontradas ocorrências de cinco e seis vezes, respectivamente.

O livro de Catania tem sido indicado, pois oferece o tratamento mais abrangente e abalizado deste tema. Além do mais, a abordagem “consistente de Catania ilustra, convincentemente, que mesmo os tipo mais complexos de aprendizagem humana podem ser abordados de uma perspectiva analítico-comportamental” (MACE *et al.*, 1998, p. 716). Desta forma, sua adoção em disciplinas que discutem princípios básicos pode facilitar a aprendizagem destes conceitos.

Também deve ser destacado o fato de serem adotados livros produzidos por pesquisadores nacionais. O material de Abreu-Rodrigues e Ribeiro (2005) reúne, em seus capítulos, conteúdos de disciplinas obrigatórias na formação de psicólogos no Brasil, e, também, assuntos que envolvem questões avançadas. Já o livro de Moreira e Medeiros (2007) destaca-se pelo fato de ter sido desenvolvido para a utilização do método PSI, como os volumes de Whaley e Malott (1980).

Quanto aos manuais de Análise Experimental do Comportamento (AEC) destacam-se os seguintes materiais: *A análise do comportamento no laboratório didático*, de Matos e Tomanari (2002), e *Análise experimental do comportamento: manual de laboratório*, de Gomide e Weber (1985). Ambos foram referenciados sete vezes. É interessante notar a adoção destes manuais, pois seus conteúdos excedem aqueles tratados em obras semelhantes, uma vez que abordam questões éticas, bem como o tratamento, a análise e a interpretação de dados. Outro aspecto importante refere-se à comercialização destes livros, o manual de Gomide e Weber encontra-se em sua sexta edição, a qual foi revista e ampliada, enquanto o material de Matos e

Tomanari (2002) encontra-se esgotado em livrarias.

Dentre as referências relacionadas à aplicação, os mais encontrados são os seguintes materiais: *Manual de técnicas de terapia e modificação do comportamento* de Caballo (2002) com nove ocorrências; *Terapia comportamental e cognitivo comportamental - práticas clínicas*, organizado por Abreu e Guillhardi (2004) com sete referências; e o livro organizado por Zamignani, Kovac e Vernes em 2007, *A clínica de portas abertas: Experiências e fundamentação do acompanhamento terapêutico e da prática no ambiente extraconsultório* que foi encontrado quatro vezes.

Ao analisarem o ensino e a prática da Terapia Comportamental, Conte, Brandão e Silva (1987) apontaram uma escassez de material bibliográfico que relate tanto a prática da terapia comportamental quanto aos demais níveis de aplicação do conhecimento produzido na área. Além disso, para as autoras, os poucos livros produzidos de AAC são, geralmente, muito diferentes dos de Psicologia, pois a linguagem é técnica, e os relatos da prática seguem geralmente o modelo de relato de pesquisas no laboratório. Como os livros adotados são relativamente novos, supõe-se que a defasagem apontada pelas autoras possa estar sendo superada. Além disso, como o livro organizado por Zamignani, Kovac e Vernes (2007) destina-se a ser uma referência para quem pretende trabalhar como acompanhante terapêutico e para subsidiar o diálogo com outras equipes clínicas, este livro tem uma linguagem mais acessível para o estudante.

Quanto aos livros escritos por Skinner, foram encontradas 46 ocorrências, sendo 27 como referências bibliográficas básicas, e 19 como referências complementares. Os livros identificados foram: (a) *A Análise do Comportamento*, (b) *Ciência e Comportamento Humano*, (c) *O Comportamento Verbal*; (d) *Sobre o Behaviorismo*, (e) *Questões recentes na Análise do Comportamento* e (f) *Walden II: Uma sociedade do futuro*, como apresentado na Tabela 1.

Livro	Referência		Total
	Básica	Complementar	
A Análise do Comportamento	4	1	5
Ciência e Comportamento Humano (CCH)	11	6	17
O comportamento verbal	0	1	1
Sobre o Behaviorismo	9	3	12
Questões recentes na Análise do Comportamento	2	8	10
Walden II: uma sociedade do futuro	1	0	1

Tabela 1 – Livros de Skinner adotados nas disciplinas de Análise do Comportamento dos cursos de Psicologia no MS.

O livro *A Análise do Comportamento*, o qual foi publicado com Holland, foi planejado para que o estudante possa compreender toda a matéria nele exposta mesmo que não possua qualquer prévio conhecimento do assunto, permitindo que o aluno controle o avanço do estudo. Foram localizadas cinco referências a este

material, sendo quatro como referência básica e uma como referência complementar. A utilização deste livro, nas disciplinas de Habilidades I e II, Psicologia Experimental II e Teorias Comportamentais I e II pode favorecer a aprendizagem dos conteúdos apresentados nelas.

No *Ciência e Comportamento humano*, são apresentados os fundamentos filosóficos da ciência do comportamento, os conceitos que constituem o sistema explicativo, o impacto destes conceitos no tratamento do comportamento humano individual e a superação das fronteiras pré-estabelecidas das diferentes áreas do saber (ANDERY; MICHELETTO; SÉRIO, 2008). Foram localizadas 17 referências a este material, sendo 11 como referência básica e seis como referência complementar. A estrutura deste livro pode justificar o fato desta ser a obra de Skinner mais utilizada, sendo adotado como referência tanto em disciplinas introdutórias como em disciplinas destinadas à AAC.

No livro *O comportamento verbal*, Skinner propôs uma interpretação comportamental para o fenômeno tradicionalmente denominado linguagem (FIDALGO; BANACO, 2014). Foi localizada uma referência a este material, sendo a mesma referência complementar. Este livro é adotado em disciplina cujo conteúdo abarca questões de Análise Aplicada do Comportamento, podendo-se perceber relação entre o conteúdo desta disciplina e o livro.

O livro *Questões recentes na Análise do Comportamento* é dedicado a questões teóricas e profissionais. Foram localizadas 10 referências a este material, sendo duas como referência básica e 8 como referência complementar. Este livro é utilizado em tanto em disciplinas introdutórias como em disciplinas destinadas à AAC e AEC, podendo-se perceber relação entre os conteúdos destas disciplinas e o livro.

O *Sobre o Behaviorismo* é um livro no qual Skinner descreveu o BR como a filosofia que embasa a ciência do comportamento, e buscou esclarecer as críticas que tal área recebe (CÂNDIDO; SOUZA, 2010). Foram localizadas 12 referências a este material, sendo 9 como referência básica e três como referências complementar. Este livro é adotado em disciplinas oferecidas nos quatro primeiros semestres dos cursos cujos conteúdos abarcam questões de BR, podendo-se perceber relação entre os conteúdos destas disciplinas e o livro.

Quanto ao livro *Walden II: uma sociedade do futuro* foi localizada uma referência a este material, sendo a mesma referência básica. Neste livro, Skinner sugere que empreguemos o nosso conhecimento sobre o comportamento humano para criar um ambiente social onde levaremos vidas produtivas e criativas, sem com isso comprometer as possibilidades daqueles que nos seguirão, para que eles possam fazer o mesmo (SILVA, 2008). Este livro é adotado em disciplina cujo conteúdo abarca questões de Behaviorismo Radical, podendo-se perceber relação entre os conteúdos desta disciplina e o livro.

Quanto à coleção *Sobre Comportamento e Cognição* (SCC), uma coleção de 27 volumes, que se iniciou em 1997, que possuem textos que resultam dos encontros

promovidos pela Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental (ABPMC) (NIERO, 2011), foram encontradas 19 ocorrências, nas quais não estavam especificados os capítulos trabalhados, de tal maneira que foram consideradas as obras completas, sendo referenciados os volumes 1, 2, 3, 7 e 19. Na Tabela 2 são apresentados os volumes adotados e as disciplinas em que são apresentados.

Volume	Referência		Total	Disciplinas
	Básica	Complementar		
1	2	6	8	Análise Comportamental Aplicada, Análise do Comportamento, Análise Experimental do Comportamento Fenômenos e processos psicológicos: enfoque Comportamental, Fenômenos e processos psicológicos: enfoque Comportamental I e II Psicoterapia Comportamental
2	1	2	3	Análise do Comportamento, Fenômenos e processos psicológicos: enfoque Comportamental, e Fenômenos e processos psicológicos: enfoque Comportamental I e II.
3	0	3	3	Fenômenos e processos psicológicos: enfoque Comportamental, e Fenômenos e processos psicológicos: enfoque Comportamental I e II
7	3	0	3	Análise Comportamental Aplicada, Análise Comportamental Aplicada e Análise Experimental do Comportamento
19	0	1	1	Psicologia Experimental IVN

Tabela 2 – Volumes de SCC adotados nas disciplinas de Análise do Comportamento dos cursos de Psicologia no MS.

Os volumes 1, 2, 3 da coleção SCC são compostos por trabalhos apresentados nos Encontros da Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental (ABPMC) de 1993 a 1996. O volume 1 tem capítulos que tratam dos aspectos teóricos, metodológicos, de formação, análise de aspectos conceituais, aplicação (área clínica). No volume 2 são abordados temas relativos tanto à AC em empresas e escolas quanto situações da prática clínica do profissional, além de apresentar a história e da evolução da terapia comportamental no Brasil. O volume 3 reúne trabalhos relacionados a diversas possibilidades de atuação do psicólogo tanto comportamental quanto cognitivo comportamental, abordando o trabalho do psicólogo na área da saúde.

O volume 7 faz parte de uma das duas obras que resultaram do IX Encontro anual da ABPMC, e é adotado em disciplinas ministradas no primeiro, quinto e sexto semestres. Neste livro são encontrados capítulos que falam dos conceitos e das teorias apresentadas pelo Behaviorismo Radical de Skinner e do Behaviorismo cognitivo. Também, são encontrados capítulos que tratam da inclusão da abordagem cognitiva no campo da psiquiatria.

O volume 19 é adotado em uma disciplina ministrada no quarto semestre. Neste volume são apresentados capítulos que interligam a teoria à aplicação, versando sobre

contextos clínicos, médico-hospitalares e da saúde, educacionais e formativos e sociais.

Percebe-se que há relação entre os volumes adotados de SCC e os conteúdos das disciplinas, entretanto a identificação dos capítulos usados poderia permitir uma discussão mais acurada, o que é impossível, já que as referências indicam apenas os títulos dos volumes.

Quanto aos periódicos, verifica-se que estes são usados apenas como referências complementares e em apenas uma disciplina: Teorias e Técnicas Psicoterápicas III. Deve-se frisar que não foram especificados os artigos adotados, de tal maneira que, nesta análise, são apresentados somente os nomes dos periódicos, e os números e volumes indicados. Os materiais indicados são: (a) *Integração: Ensino, Pesquisa (Multidisciplinar)* número 8, volume 31, (b) *Psicólogo inFormação* números 6 e 7, (c) *Cadernos de Psicologia* número 5, volume 4, como apresentado na Tabela 3.

Periódico	Número(s)	Volume	Publicado por
Integração: Ensino, Pesquisa (Multidisciplinar)	8	31	Universidade São Judas Tadeu
Psicólogo informação	6,7	-	Universidade Metodista de São Paulo
Cadernos de Psicologia	5	4	Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC – MG)

Tabela 3 – Periódicos adotados nas disciplinas de Análise do Comportamento dos cursos de Psicologia no MS.

A adoção de textos alternativos ao livro em aulas tem sido sugerida, considerando que os artigos têm a vantagem de terem sido produzidos recentemente, permitindo “a formação do espírito crítico dos alunos a partir do conhecimento de obras influentes no campo da ciência” (MASSI; SANTOS; QUEIROZ, 2008, p.158). Almeida (1998) propõe a utilização deste tipo de material, destacando que dentre as vantagens resultantes da utilização de tais textos está a possibilidade mais efetiva de constituição de um vínculo entre os estudantes e o conhecimento científico trabalhado nestes textos.

Com base nas informações que foram coletadas, não se pode afirmar existir relação entre os periódicos e os conteúdos da disciplina, entretanto a identificação dos artigos usados poderia permitir uma discussão mais acurada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Análise do Comportamento (AC) desenvolveu-se amplamente a partir da segunda metade do século XX. Com seu desenvolvimento e sua expansão, surgiu a preocupação com matérias sobre a história de pesquisadores e fatos importantes para o desenvolvimento da área e algumas análises de periódicos e textos de importância histórica (MORRIS *et al.*, 1995). Conforme estes autores, este fato representa uma

evidência da maturidade da área e, ainda, o aumento de pesquisas histórico-conceituais seria indicativo de que a AC tornou-se uma disciplina com produção científica própria, aplicação, produção bibliográfica, e programas de pós-graduação exclusivos à área.

Com este capítulo pretendeu-se catalogar e analisar as bibliografias adotadas em disciplinas nas quais a Análise do Comportamento é ensinada em Mato Grosso do Sul. Quanto às referências bibliográficas analisadas foram encontrados 342 títulos, sendo 158 referidos como bibliografia básica e 184 como bibliografia complementar. Neste total, foram identificados cinco tipos de material: artigo (oito), capítulo de livro (seis), dicionário (sete), livro (317) e periódico (4).

Percebe-se que o material didático passou de ferramenta pedagógica auxiliar para um instrumento pedagógico central na sala de aula: professores e alunos dependem do material para aprender e ensinar. De acordo com Salzano (2004), foi estabelecida uma relação de interdependência entre material didático, docentes e discentes, interferindo diretamente no ensino.

Espera-se que esta pesquisa contribua para novas investigações neste campo do conhecimento e que se possa traçar a história de desenvolvimento da Análise do Comportamento no Estado pesquisado. Por fim, para estudos posteriores, sugere-se que sejam verificados se os livros analisados estão disponíveis para consulta nas bibliotecas das instituições de ensino superior que oferecem o curso de Psicologia em Mato Grosso do Sul.

REFERÊNCIAS

ABREU, C. N.; H. J. GUILHARDI, H. J. (Org.). **Terapia Comportamental e Cognitivo-comportamental**: práticas clínicas. São Paulo: Roca, 2004.

ABREU-RODRIGUES, J.; RIBEIRO, M. R. **Análise do Comportamento**: Pesquisa, Teoria e Aplicação. Porto Alegre: ARTMED, 2005.

ALMEIDA, M. J. P. M. O texto escrito na educação em física: enfoque na divulgação científica. In: ALMEIDA, M. J. P. M.; SILVA, H. C. (Orgs.), **Linguagens, leituras e ensino da ciência**. Campinas: Mercado de Letras, 1998, p.53-68.

ANDERY, M. A.; MICHELETTO, N.; SÉRIO, T. M. Notas sobre a atualidade de Ciência e Comportamento Humano. In: ANDERY, M. A.; MICHELETTO, N.; SÉRIO, T. M. (Orgs.), **Para ler Ciência e comportamento humano**. São Paulo: PUC-SP, 2008, p. 1-17.

BAUM, W. M. **Compreender o Behaviorismo**: Ciência, Comportamento e Cultura. Porto Alegre: ARTMED, 1999.

CABALLO, V.E. **Manual de Técnicas de Terapia e Modificação do Comportamento**. São Paulo: Editora Santos, 2002.

CABRAL, A; NICK, E. **Dicionário técnico de psicologia**. São Paulo: Cultrix, 2006.

CANDIDO, G. V.; SOUZA, F. M. S. Processos históricos e comportamento humano: Uma análise a partir de "Sobre o behaviorismo". In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE

PSICOTERAPIA E MEDICINA COMPORTAMENTAL, 19, 2010, Campos do Jordão. **Anais...** São Paulo: Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental, 2010, p. 72.

CARRARA, K. **Behaviorismo radical**: crítica e metacrítica. São Paulo: Unesp, 2005.

CARVALHO NETO, M. B. Análise do comportamento: behaviorismo radical, análise experimental do comportamento e análise aplicada do comportamento. **Interação em Psicologia**, v. 6, n. 1, p. 13-18, 2002.

CATANIA, A. C. **Aprendizagem**: comportamento, linguagem e cognição. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

CHIESA, M. **Behaviorismo Radical**: A filosofia e a ciência. Brasília: Editora Cealeiro, 2006.

CONTE, F. C. S.; BRANDÃO, M. Z. S.; SILVA, V. L. M. O ensino e a prática da terapia comportamental. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 7, n. 2, p.14-16, 1987.

DORSCH, F., HACKER, H.; Kurt-Hermann STAPF, K. H. **Dicionário de psicologia Dorsch**. Vozes, 2008.

FIDALGO, A. P.; BANACO, R. A. O estudo do comportamento verbal no Brasil. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, n. 30, v. 3, p.347-355, 2014.

GOMIDE, P. I. C.; WEBER, L. N. D. **Análise experimental do comportamento**: Manual de laboratório. Curitiba: UFPR, 1985.

MACE, F. C. et. al. Progress in Learning: A review of Catania's 4th edition. **Journal of Applied Behavior Analysis**, v. 31, n. 4, p. 713-716, 1998.

MASSI, L.; SANTOS, G.; QUEIROZ, S. L. Artigos científicos no ensino superior de Ciências: ênfase no ensino de Química. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, n. 7, v. 1, p. 157-177, 2008.

MATOS, M. A.; TOMANARI, G. Y. **A análise do comportamento no laboratório didático**. Barueri, SP: Manole, 2002.

MOREIRA, M. B.; MEDEIROS, C. A. **Princípios básicos de análise do comportamento**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

MORRIS, E. K. et al. Conclusion: some historiography of behavior analysis and some behavior analysis of historiography. In: TOOD, J. T.; MORRIS, E. K. (Orgs.), **Modern Perspectives on B. F. Skinner and Contemporary Behaviorism**. London: Greenwood, 1995, p. 195-215.

NIERO, C. B. F. **Análise do Comportamento na área clínica no Brasil**: Uma análise com base em publicações. 2011. 132f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SALZANO, J. T. Análise de um livro didático em língua portuguesa. **Integração**, n. 10, v. 42, p. 285-293, 2004.

SAUTER, G. O. La investigación sobre los manuales escolares en América Latina: la contribución del Proyecto Manes. **Historia de la Educación**, Revista Interuniversitaria, n. 19, p. 195-203, 2000.

SKINNER, B. F. Operational analysis of psychological terms. **Psychological Review**, v. 52, n. 5, p. 270-277/291-294, 1945.

SILVA, P. V. B. Walden II: protótipo da sociedade administrativa. **InterMeio**: Revista do Programa de

Pós-Graduação em Educação, v. 14, n. 28, p. 57-70, 2008.

SOUZA, F. M. S. **Por uma história da Análise do Comportamento em Mato Grosso do Sul**. 2011. 68f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SOUZA, F. M. S. Propostas tecnológicas da análise do comportamento à educação. **Interbio**, v. 9, n. 1, p. 65-71, 2015.

TEIXEIRA JÚNIOR, R. R.; SOUZA, M. A. O. **Vocabulário de análise do comportamento: Um manual de consulta para termos usados na área**. Santo André: ESETEC, 2008.

TOURINHO, E. Z. Estudos conceituais na análise do comportamento. **Temas em Psicologia**, v. 7, n. 3, p. 213-222, 1999.

WHALEY, D. L.; MALOTT, R. W. **Princípios Elementares do Comportamento**. São Paulo: E.P.U., 1980. 2v.

ZAMIGNANI, D. R.; KOVAC, R.; VERMES, J. S. **A clínica de portas abertas: Experiências e fundamentação do acompanhamento terapêutico e da prática clínica em ambiente extraconsultório**. São Paulo: Paradigma, 2007.

ANALISANDO A AFETIVIDADE NA OBRA LITERÁRIA A CULPA É DAS ESTRELAS: UMA PERSPECTIVA DOS PROCESSOS PSICOLÓGICOS BÁSICOS

Paulo de Tarso Xavier Sousa Junior

Faculdade Facid I Wyden

Teresina – Piauí

Kalina Galvão Cavalcante de Araújo

Faculdade Facid I Wyden

Teresina – Piauí

RESUMO: A afetividade é caracterizada como um conjunto de expressões relacionadas às emoções e sentimentos ocasionados nos seres humanos. A mesma possibilita a manutenção da existência dos indivíduos, sendo retratada constantemente em diversas obras literárias e filmes. Este artigo apresenta uma experiência exitosa em uma atividade de extensão do curso de Psicologia, de uma instituição de ensino superior da cidade de Teresina-Pi, que teve como foco de prática a análise dos aspectos relacionados a afetividade em diversas obras literárias. Este recorte retrata da análise feita com base no livro “A culpa é das estrelas” de John Green. Como método utilizado para tal, foram realizados encontros de capacitação entre os meses de março à junho de 2014 de modo a compreender as nuances que correspondem a afetividade com base na literatura psicológica. Ao final os alunos apresentavam diálogos da teoria correlacionando com uma das obras disponíveis para análise. O projeto possibilitou a compreensão dos conteúdos ministrados

com base nas obras analisadas favorecendo para uma melhor interpretação acerca da vivência dos personagens contribuindo para um olhar multifatorial adotado para a atuação do profissional psicólogo. A afetividade na história de Hazel e Augustus simboliza grandes mudanças, possibilitando por meio delas que cada um apesar das dificuldades enfrentadas pelo câncer possam vivenciar novas experiências influenciando diretamente no bem estar dos protagonistas.

PALAVRAS-CHAVE: Afetividade; literatura; Psicologia; extensão; processos psicológicos básicos.

ABSTRACT: The affectivity is characterized as a group of expressions related to emotions and feelings caused on humans. The affectivity provides the maintaining of the individuals' existence, being portrayed constantly on various literally works and movies. This article presents a successful experience on an extension activity of Psychology course of a higher education private college, from Teresina-Pi, which had the practice focus the analyze of aspects related to affectivity on various literally works. This clipping portrays the analyze done based on the book “The fault in our stars”, by John Green. The method used for it was perform capacitation meetings from March to June 2014 in order to understand the nuances that correspond

to affectivity with psychological base. In the end, the students presented the theory dialogues about correlating with available literally works for analyze. The project allowed the understanding about the conducted subjects based on the analyzed works favoring to a better interpretation about the characters living, contributing to a multifactorial look adopted to the practice of psychologist professional. The affectivity on Hazel and Augustus' story symbolizes big changes, allowing through them that each one despite the difficulties battled by the cancer can live new experiences affecting directly on the protagonists' well-being.

KEYWORDS: Affectivity; literacy; Psychology; extension; basic psychological processes.

1 | INTRODUÇÃO

A Psicologia é uma ciência responsável por estudar a subjetividade humana, como a mesma é construída e as relações existentes entre os sujeitos, desse modo observam-se todas as nuances que corresponde a constituição de cada um (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2009). Uma dessas contribuições de auxiliam na formação humana é a possibilidade de possuir e expressar afetos, tendo sido observado como um tema recorrente nas indagações científicas, buscando compreende-las (LEITE, 2012).

Na busca de sentido para essas questões surgiu o conceito de afetividade, definida por Mahoney e Almeida (2005) sendo a encarregada de coordenar os diversos aspectos emocionais dos indivíduos. Esses aspectos são construídos por meio do meio em que cada um está inserido bem como as relações construídas e os impactos que elas causam. A afetividade então passa a ser sentida de acordo com os resultados das vivencias e os sentimentos que afloram por meio de cada experiência.

Conforme Veras e Ferreira (2010) Wallon foi um dos grandes responsáveis por tratar sobre a afetividade e como a mesma influencia no desenvolvimento humano trazendo contribuições em diferentes aspectos da vida como a aprendizagem, a sociabilização e afins. A afetividade, portanto, se ocupa em fazer sentir os mais variados tipos de expressões emocionais, pensamentos e outros sempre associados a algum aspecto, seja uma relação social ou um ambiente. Teodoro, Cardoso e Freitas (2010) alertam da necessidade da criação de bons vínculos os quais os afetos geram sensações de prazer e bem estar, evitando em muitos casos o surgimento de adoecimentos psíquicos, como a depressão.

Segundo Tartuce (2013) é importante compreender que existem os mais diversos tipos de afetos, seja acometido de boas ou más sensações, ocasionados devido a algum tipo de relação. Dentro da Psicologia existem uma série de correntes que procuram dar visões acerca da afetividade e como ela influencia na existência humana, apesar das divergências obtidas a grande maioria ressalta sobre a importância dos afetos para os sujeitos, favorecendo o crescimento pessoal de cada um (SOUSA et al., 2011).

Como apresenta Prochet et al., (2012) a afetividade em alguns casos geram o estabelecimento do cuidado com o outro, uma vez que os laços proporcionam uma maior atenção a um outro sujeito que necessite ou esteja em uma situação delicada que requer cuidados. É importante para o surgimento desses laços saudáveis a habilidade de falar acerca delas. É por meio dessas atitudes que os indivíduos aprendem a se expressarem livremente, favorecendo não somente ao seu bem estar, mas promove prevenção de uma série de adoecimentos mentais, preparando assim os sujeitos as barreiras estabelecidas mediante o viver humano (BRANDÃO; CONTE, 2007).

Os afetos possibilitados por meio dos vínculos e das relações humanas geram não somente sensações físicas de bem estar, mas colaboram para a construção de planos e desejos futuros que motivam os indivíduos a batalharem por determinados objetivos. Trabalhar a construção de uma vida afetiva é importante para que os sujeitos possam se expressar e dividirem momentos diversos da vida como alegrias, frustrações, dificuldades e afins (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2009).

As questões relacionadas a afetividade são comumente retratadas em situações reais e fictícias das mais diversas obras literárias. Este apresenta o relato de experiência de um projeto de extensão intitulado Analisando a afetividade nas obras literárias, realizado no curso de Psicologia de uma instituição de ensino superior em uma capital do Nordeste. O projeto possuía como objetivo analisar os aspectos relacionados a afetividade em diversas obras literárias. O presente trabalho relata das discussões realizadas no projeto por meio da análise feita do best-seller A culpa é das estrelas do escritor John Green.

2 | CONHEÇENDO A OBRA

A história conta sobre o romance vivido entre Hazel Grace e Augustus Waters. Os dois adolescentes, de 16 e 17 anos respectivamente viviam acometidos por limitações ocasionadas por um câncer. Ela vive conforme um medicamento que impede a metástase em seus pulmões, além do auxílio de um cilindro de oxigênio sendo transportado em um carrinho levado por ela para todos os lugares. Já Augustus é um jovem apaixonado por basquete que teve a perna amputada por conta de um osteosarcoma, levando então a deixar de jogar seu esporte favorito. Ambos os jovens de realidades distintas acabam se encontrando em um grupo de apoio a pessoas com câncer comandado por Patrick, um adulto que passou por cancro nos testículos. Desse primeiro encontro a paixão foi imediata!

Aos poucos Hazel e Augustus vão se aproximando e acabam se apaixonando um pelo outro. A princípio ela resiste por ambos serem diferentes pelo modo como cada um enxerga a vida: Hazel já não enxerga muitas esperanças, entretanto Augustus mostra-se sempre confiante e preocupado em deixar no mundo uma marca que evite seu esquecimento. Ambos possuem afinidades e adoram piadas de humor a respeito do câncer acabando criando assim estratégias para lidarem com o sofrimento gerado

pela doença. Quem ajuda o casal a se aproximar cada vez mais é Isaac, amigo de Augustus que possui câncer nos olhos.

O amor floresce quando por meio da indicação da leitura do livro predileto de Hazel “*Uma aflição imperial*” de Peter Van Houten, Augustus se angustia em não saber do final da trama e quais os destinos dos personagens do livro, apesar das inúmeras tentativas de Hazel em tentar descobrir por meio do envio de cartas ao autor em busca de explicações. A partir dessa inquietação Augustus decide viajar a Amsterdã, lugar onde atualmente vive o escritor para que ambos possam tirar as dúvidas a respeito da trama, pois ele concordou dar as devidas explicações somente pessoalmente. A viagem a princípio é perigosa a ambos, mas o desejo é maior. Por meio dela é que ambos vivem seu romance e se entregam perdidamente a paixão.

A viagem ao final acaba se transformando em tragédia, ocasionando a morte de Augustus e as marcas de uma linda paixão em Hazel.

3 | METODOLOGIA

O projeto foi apresentado como modalidade de extensão para alunos do curso de Psicologia de uma instituição de ensino superior em encontros quinzenais durante os meses de março a junho de 2014. Durante esses encontros coordenados por uma supervisora houve discussões acerca de conceitos como afetividade, emoções, sentimentos, sensações e afins trazendo os diálogos existentes na literatura psicológica. Após o momento de capacitação os alunos passavam por vivências onde por meio de dinâmicas de grupo podiam expressar-se acerca das suas experiências relacionadas as questões que envolvem a afetividade. Por meio dessa técnica foi possível a criação de vínculos, fortalecendo os laços entre alunos e professores, gerando nos mesmos o desenvolvimento de atitudes necessárias para o fazer psicológico: como empatia e aceitação do outro.

Ao final do projeto os alunos apresentaram, de maneira livre, sobre a história retratada em alguma obra literária associando as questões subjetivas dos personagens as teorias utilizadas durante as capacitações. Foram utilizadas dinâmicas de grupo como forma de disseminação da análise feita de modo que todos pudessem compreender o que a obra retratava, mesmo não tendo leituras acerca dela.

4 | DIÁLOGOS ENTRE A OBRA E A PSICOLOGIA

No início da história logo conhecemos Hazel e um pouco da sua rotina. Ela aparenta ter uma vida normal, entretanto os problemas decorrentes do seu câncer parece estarem acima de qualquer sentimento. Atkison e Hilgard (2012) analisam que os seres humanos tendem dentro de uma grande frequência cultivar certos sentimentos, sejam eles relacionados a bons aspectos ou não. Hazel mostra-se uma

adolescente desacreditada e não apresenta algum tipo de motivação para a construção de uma vida. A motivação humana é pautada na busca de promover a realização de um aspecto (BUENO, 2002).

Hazel vivia depressiva conforme palavras de sua mãe e não realizava outras atividades sociais pois a mesma não se permitia fazer outras tarefas a não ser ficar sentada no sofá assistindo ao seu programa preferido *America's Next Top Model*. Siqueira e Padovam (2008) alertam sobre a necessidade de se socializar e construir vínculos. É por meio dessas interações que os indivíduos promovem bem estar não só físico, quanto psíquico fortalecendo a qualidade de vida, principalmente no que se refere a sujeitos que padecem de algum adoecimento profundo, como o câncer da protagonista da história.

De certa forma as afeições que possuem algum caráter pessimista favorece o adoecimento não só físico como psíquico causando diversas consequências que atrasam não somente o desenvolvimento humano como o desempenho dos sujeitos em áreas onde comumente se destacam por alguma habilidade ou competência (SILVA; HELENO, 2012).

Certamente dentro dos planos de Hazel, frequentar o Grupo de Apoio não era uma boa opção, tanto que a adolescente decide ir graças a insistência de sua mãe. Entretanto o que a personagem não esperava era por meio deste grupo encontrar uma pessoa a qual pudesse se apaixonar. Conforme Braz (2005) o amor tem origem na mitologia grega e permite que os indivíduos acreditem que a sua existência permite com que cada uma atinja bons graus de felicidade e permita então ter saciado a sensação de completude. Por meio do amor é possível agora estar completo e pleno.

A partir de então ela passa a ter pensamentos diferentes. Agora passa a sentir alegria, satisfação e conseqüentemente mudou seu modo de pensar e agir ao ver que mesmo possuindo câncer poderia iniciar um relacionamento com Augustus e serem felizes, mesmo que por um tempo determinado. Gondim et al., (2015) descrevem acerca da necessidade dos sujeitos passarem por emoções positivas como essas pois as mesmas gera inúmeras sensações prazerosas.

De acordo com Lô e Goerl (2010) as nossas emoções são capazes de alterar nosso comportamento provocando até mesmo mudanças corporais uma vez que cada uma delas apresenta alguma característica psicológica ligada ao fisiológico. Quando Hazel conheceu Augustus ficou vermelha, com vergonha, com o batimento acelerado, pois ele não parava de encará-la, passando a se questionar o porquê dele a deixar assim.

Foi com base nos relacionamentos amorosos que R. Sternberg definiu o que se classificou como teoria triangular do amor, um estudo de suma importância que forneceu embasamento científico a questões subjetivas como o amor (DIAS; MACHADO, 2011). Para ele existem três aspectos que formam o amor: a intimidade, a paixão e o compromisso (STERNBERG 1989 apud HERNANDEZ; OLIVEIRA, 2003). Na primeira fase a intimidade, Hazel compartilha com Augustus sua história literária

predileta junto com os mistérios que a compõe o que acaba os aproximando. Logo depois vem a paixão, quando em determinado momento do livro, em uma viagem a Amsterdã, ambos assumem o sentimento de estar apaixonado. O compromisso completa a teoria quando os dois jovens começam algo mais sério assumindo a seus familiares o relacionamento entre eles.

Descrito por Tassoni e Leite (2011) os sentimentos e emoções são elementos correlacionados capazes de produzir diversas mudanças e posições que permitam decisões acerca de algo. O amor por Augustus fez com que Hazel pudesse se permitir a viver de uma maneira bem melhor e se arriscar a ponto de querer desvendar os mistérios que rondava a história inacabada do seu livro predileto mesmo o autor vivendo do outro lado de continente. Vale ressaltar que Isaac, outro personagem da trama e melhor amigo dos protagonistas, passou por experiências que o motivaram a tomada de decisões mais radicais, como a tentativa de se libertar do sentimento pela ex-namorada, Monica, que o deixou por ele ter ficado cego, atirando ovos no carro da mãe dela. Dessa forma vemos que as experiências subjetivas das emoções permitem mudanças nas atitudes e pensamentos.

Bauman (2004) afirma que o amor possibilita que os sujeitos experienciem sensações e percepções não tidas ou vivenciadas em suas ações do dia-a-dia, fazendo com que o relacionar-se estivessem em constante busca pelos humanos por reforço das consequências que o mesmo pode trazer. Foi exatamente o que encontramos no romance de Hazel e Augustus. Foi muito importante e gratificante, poder amar e ser amada. Isso com certeza fez com que Hazel vivesse bem melhor. Ela, inclusive, agradece Augustus pelo “pequeno infinito” que ele lhe proporcionou, mesmo que ao final da história o câncer os tenha separado.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o acesso dos sujeitos ao ensino superior cada um passa a ter acesso a diversos conhecimentos que antes não havia descobertos. A Psicologia possibilita diversas visões sobre o ser humano buscando proporcionar um olhar biopsicossocial de toda sua bagagem vivencial. É importante para a atuação profissional estar atento a todas as características presentes na constituição dos sujeitos para o fortalecimento da profissão enquanto ciência.

Desse modo é importante conhecer aspectos como a afetividade que constrói e modifica diversas relações, propiciando não somente a criação de laços como também favorece o crescimento saudável da subjetividade e dos aspectos fisiológicos dos indivíduos. Utilizar de recursos como as análises de livros e demais recursos literários favorece entrar na obra e desenvolver um olhar múltiplo acerca das situações, estando mais empático diante da categoria apresentada, seja ela um drama, romance, suspense ou afins.

A história de Hazel e Augustus apesar de fictícia representa uma grande parcela

da população mundial que padece de algum tipo de câncer, uma das patologias mais perigosas do mundo atualmente. Por meio desta análise é possível compreender os benefícios obtidos por conta da relação de amor criada pelos dois de modo a permitir a expressão de sentimentos, estando aberto para viver situações que a princípio possam trazer algum dano mas que ao final produzem mais afetos do que prejuízos.

O livro apresenta uma história marcada por afetos. É por meio da coragem e da iniciativa de Augustus que Hazel se transforma e passa a ver a vida por outro aspecto. Ambos descobrem uma força para continuarem seguindo as limitações que o câncer apresenta de forma a se arriscarem a viver experiências que permitam se sentirem vivos. O amor é o maior presente reservado para os protagonistas desta história mostrando que não existem barreiras para viver as maiores e melhores emoções que esse sentimento pode trazer.

REFERÊNCIAS

ATKINSON & HILGARD. **Introdução à Psicologia** – 15. ed. - São Paulo : Cengage Learning, 2012.

BAUMAN, Z. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Zahar, 2004.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. São Paulo: Ed. Saraiva: 2009.

BRANDÃO, S. F.; CONTE, F. **Falo ou não falo: Expressando sentimento e comunicando idéias**. Araçongas: Editora, 2007.

BRAZ, A. L. N. Origem e significado do amor na mitologia greco-romana. **Estudos de Psicologia**, v. 22, n. 1, p. 63-75, 2005.

BUENO, M. As teorias de motivação humana e sua contribuição para a empresa humanizada: um tributo a Abraham Maslow. **Revista do Centro de Ensino Superior de Catalão–CESUC. ano IV**, v. 6, 2002.

DIAS, A. R. C.; MACHADO, C. Amor e violência na intimidade: da essência à construção social. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. 3, 2011.

GONDIM, S. M. G. et al. Evidências de validação de uma medida de características pessoais de regulação das emoções. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 28, n. 4, 2015.

HERNANDEZ, J. A. E.; OLIVEIRA, I. M. B. Os componentes do amor e a satisfação. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 23, n. 1, p. 58-69, Mar. 2003.

LEITE, S. A. S. Afetividade nas práticas pedagógicas. **Temas em psicologia**, v. 20, n. 2, 2012.

LÔ, E. N.; GOERL, D. B. Representação emocional de crianças autistas frente a um programa de intervenção motora aquática. **Revista da graduação**, v. 3, n. 2, 2010.

MAHONEY, A. A.; ALMEIDA, L. R. Afetividade e processo ensino-aprendizagem: contribuições de Henri Wallon. **Psicologia da educação**, São Paulo , n. 20, p. 11-30, jun. 2005.

PROCHET, T. C. et al. Afetividade no processo de cuidar do idoso na compreensão da

enfermeira. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 46, n. 1, p. 96-102, 2012.

SILVA, É. C.; HELENO, M. G. V. Qualidade de vida e bem-estar subjetivo de estudantes universitários. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 4, n. 1, 2012.

SIQUEIRA, M. M. M.; PADOVAM, V. A. R. Bases teóricas de bem-estar subjetivo, bem-estar psicológico e bem-estar no trabalho. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 24, n. 2, p. 201-209, 2008.

SOUZA, M. T. C. C. et al. As relações entre afetividade e inteligência no desenvolvimento psicológico. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 27, n. 2, p. 249-254, 2011.

TARTUCE, F. O princípio da afetividade no direito de família: breves considerações. **Revista Jurídica Consulex—Ano XVI—n. °**, p. 378-15, 2012.

TASSONI, E. C. M.; LEITE, S. A. S.. Um estudo sobre emoções e sentimentos na aprendizagem escolar. **Comunicações**, v. 18, n. 2, p. 79-91, 2011.

TEODORO, M. L. M.; CARDOSO, B. M.; FREITAS, A. C. H. Afetividade e conflito familiar e sua relação com a depressão em crianças e adolescentes. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 23, n. 2, 2010.

VERAS, R. S.; FERREIRA, S. P. A. A afetividade na relação professor-aluno e suas implicações na aprendizagem, em contexto universitário. **Educar em revista**, n. 38, 2010.

ANÁLISE DO CONTO: “A CHAVE NA FECHADURA”, DE CECÍLIA PRADA

Sarah Thayne Rodrigues Silva Santos

Universidade Federal de Goiás/ Regional Catalão/
Unidade Acadêmica Especial de IBIOTEC
Catalão - GO

RESUMO: O presente trabalho é fruto da disciplina de Literatura Erótica, na qual tem o objetivo de analisar contos com o respaldo teórico no que concerne as diferenças e desigualdades de gênero, e como ambos lidam com o corpo e os sintomas.

INTRODUÇÃO

Cecília Maria do Amaral Prada, escritora, jornalista e diplomata, nascida em Bragança Paulista, mas mudou-se para São Paulo, onde cresceu e teve sua formação em Letras e Jornalismo. É jornalista profissional e escritora desde 1950, e iniciou sua carreira no jornal A Gazeta-Sp. Recebeu quatro prêmios literários; entre eles, o Prêmio Revelação de Autor APCA/1978, pelo livro “O caos na sala de jantar”.

No conto “A chave na fechadura”, Cecília Prada dá ênfase a sentimentos que não são dizíveis, mas que são presenciados angustiadamente pela personagem. A mulher de meia idade diz que falará na narrativa, de “(...)

tropeço. Engasgo. O vômito não vindo” (PRADA, 1982, p. 9). Ela contará um pouco sobre o seu casamento, mas alerta ao leitor que não é uma história erótica como é esperada, mas sim, uma história de um casamento que durara dez anos; estes anos que foram marcados de encontros e desencontros.

REVISÃO DE LITERATURA, FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E ANÁLISE

No começo do namoro, a mulher se sentia enamorada por ele quando foram passar um final de semana juntos na cama de casal. Ele lhe preparara um banho gostoso, e na banheira a ensaboava com todo carinho e ternura. Ela se sentiu muito feliz e prometeu a si mesma que casaria com ele. Nesta noite teve a sua primeira experiência sexual. Gostou de sentir o corpo dele no dela. Sentiu-se plena.

Num dado momento da história, a mulher conta a sua indignação com os pesares de pessoas que se amam e que estão casadas por muito tempo. No começo do casamento, teve que lidar com a ansiedade de um marido inexperiente; e sim, quando os anos foram passando, o marido se esqueceu dela, fazendo prevalecer somente as suas vontades, o seu prazer, o seu gozo.

Diante desse impasse, ela se sentiu

infeliz. Tentou dizer a ele que brutalmente diz que para ele as coisas estavam bem e que se sentia feliz; se ela não se sentisse assim, podia ir embora, desconsiderando totalmente a sua presença e existência.

Nas palavras dela:

Sim, éramos felizes. Embora tivesse havido de minha parte um decepção. Por quê? Ora, meu jovem, meu muito jovem amigo, quase toda mulher se decepciona com o marido ansioso e inexperiente, essa você já ouviu por certo, não? Ele vinha, queria tomar-me sem mais, assim como um brinquedo novo recém-descoberto, meio depressa – aquele carinho, aquela unção da espoja que me passava ao corpo antes... não, nada mais disso. Eu me deixava tomar, mas pensava “não sinto nada”. Esse pensamento era uma pedra que caía na minha solidão, um muro enorme de pedra que crescia sobre nós dois. Eu quis falar, quis dizer a ele, difícil também a expressão, mas falei: “Sinto que está faltando alguma coisa.” Ele tirou o cachimbo da boca (isso, até foi mais tarde, numa noite fria, uns dois anos de casados) e respondeu seco e defensivo: “Não sei do que você que falar. Eu me sinto perfeitamente feliz no casamento. Se você não estiver, pode se separar.” (PRADA, 1982, p. 11)

Daí em diante, a mulher fala que as relações sexuais que se seguiram com o marido, o prazer dela era nulo. Quando ele estava dentro dela e quase chegava no clímax, ele se retirava e a tratava como um monossílabo: “Ah!”. O casamento passou a ser esse “Ah!”. A chama esfriou. A paixão já não era mais presente. O corpo da mulher servia somente como um adereço de prazer para o homem e para segurar os filhos. Não era um comum acordo o prazer do casal. Era prazer unitário. Prazer machista.

É possível entender essa hierarquização de gozo por um eu problemático, que não aceita e recusa o outro. Cria uma barreira em torno de si mesmo, como alguém que privilegiado, fazendo com que o outro seja apenas um subordinado, importando ou não a sua ausência.

A acadêmica feminista Elizabeth Grosz (2000) aponta as dicotomias da mente, biologia, psicologia que caracterizam a dicotomia entre macho-fêmea, homem-mulher, se comparados a vida cotidiana como bem-mal, certo-errado. Segundo a feminista, o problema não é a dicotomia, mas sim a hierarquização que se faz que se fecha em torno de um privilegiado e torna o outro negativo, excluindo-o.

Assim, em seu texto “Corpos reconfigurados”, Grosz (2000), busca entender através da dicotomia mente-corpo, na qual “mente” é o termo privilegiado e o “corpo” é o termo subordinado, percebendo as relações entre mente e masculinidade e corpo e feminilidade, propondo esta ligação a exclusão e mistificação das mulheres, assim como é retratado no conto “A chave na fechadura”, de Cecília Prada.

Sendo assim, os dias foram passando, e o casal tinha uma rotina aparentemente normal. Cuidavam dos filhos, iam ao cinema, saíam com outros casais e iam a almoços de família. A mulher dizia que ele gostava dela, porque “(...) dava-me apelidos carinhosos. Mas sempre em outros momentos. Nunca, na hora do chamado fazer amor. Neste, era seco, rígido, ansioso (...)” (PRADA, 1982, p. 13).

O que restou para a pobre mulher, foi conviver com o silêncio.

(...) Entra aí “a gênese e a anatomia do silêncio”. Gostou ? O Silêncio, meu amigo, não é só falar. O silêncio é mau. É casca ferida que se adensa, as pessoas vão se fechando dentro dela. Tudo o que machuca, vai ficando sem remexer. Pode ser até que as palavras venham, numa tentativa. Mas o pior é o esforço de falar. E sentir a impotência de dizer. Ou falar indireto. Ou indesejado, se estripando nas pontas. Farripas de um entendimento que se desmancha totalmente, que cada vez fica pior. É aquele “não querer magoar o outro”, cada um pensa, e o entrincheiramento nas defesas. (PRADA, 1982, p. 12)

Freud (1900-1920) dizia que o que não vira palavra vira sintoma. Sendo assim, a mulher de meia idade que se encontrava em crise no seu casamento, por não ter presença e satisfação no ato físico, enquanto andava na rua sentiu um vertigem de pressão baixa, e precisou ser encaminhada para o hospital. O marido veio todo preocupado. Levou-a para casa e garantiu que ela tomasse os remédios e se recuperasse bem.

Não se sabe, se foi este momento vulnerável e sensível que a mulher de meia idade estava passando, o marido se abriu em sentimento e fez amor com ela.

Naquela aproximação, ele se curvou sobre mim, beijou-me, pela primeira vez em tanto tempo. E no nosso sofrimento fizemos amor. Nos abrindo em sentimento. Em emoção. Pude sentir-me amada novamente, então quis tê-lo bem dentro de mim, quis abrigá-lo em doçura. Velhos companheiros de luta que depõem as armas, que se sentem solidários, que se unem – enfim. (PRADA, 1982, p. 15)

E neste momento, ela voltou a sentir-se como no início do conto, com vontade de se casar com ele e ser feliz ao seu lado. No entanto, ele foi para o escritório e quando voltou já estava diferente, voltara a tratá-la como antes. Ela bem que tentava ser carinhosa e buscar nele o homem que ele foi naquele momento, mas o marido sempre reagia com estranheza. Até que uma semana depois, eles resolveram se separar. Mas, mesmo que o tempo passe, e a senhora de meia idade, que no finalzinho do conto, o marido revela seu nome, Leda, ainda escuta os passos do marido no corredor e espera que a qualquer momento a chave na fechadura vire novamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destarte, o conto vai muito além de erotismo. A Leda, mostra ao leitor o seu segredo, a sua angústia mais íntima, em uma tentativa de amenizar a saudade e a angustia que a corrói no passar dos dias. Que a saudade e falta ainda é presente, mesmo que o casamento a tenha anulado e transformado em um corpo subordinado, usado, que não sente prazer somente o dá, e logo é descartado e tratado como um nada; sendo este representado pela indiferença do marido que levou o rompimento dos dois.

REFERÊNCIAS

- CORRÊA, A. P. **Pedagogias do desejo: erotismo, violência e construção da sexualidade feminina**. 2006. 146 f. Dissertação (Mestrado em História)-Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- GROSZ, Elisabeth. **Corpos reconfigurados**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 14, p. 31-68, 2000.
- MAIA, Aline Borba; MEDEIROS, Cynthia Pereira de e FONTES, Flávio. **O conceito de sintoma na psicanálise: uma introdução**. *Estilos clin.* [online]. 2012, vol.17, n.1, pp. 44-61. ISSN 1415-7128.
- NICHOLSON, Linda. (2000). **Interpretando o gênero**. In: Revista Estudos Feministas. Florianópolis, vol. 8, n.2: p. 09-41.
- PRADA, C. (1982). **“A chave na fechadura”** in **DENSER, Márcia (org.). Muito prazer: contos eróticos femininos**. 3ª Ed. Rio de Janeiro, Record, pp. 9-13.

SOBRE A ORGANIZADORA

JANAINA MERHY Doutora em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação do Instituto de Psicologia da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro - 2016). Mestre em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - 2002). Concluiu o bacharelado em Psicologia pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP - 2009) e a Formação para Psicólogo na UTP (2010). Possui graduação em Comunicação Social - Habilitação em Publicidade e Propaganda - pela Universidade Federal do Paraná - UFPR (1996). Atua nas áreas de Criatividade e Inteligência, Psicologia Social e Educacional, Psicologia Clínica (psicoterapia para famílias, casais, crianças e adolescentes, terapia individual), Psicologia e Emagrecimento, Psicologia do Desenvolvimento, Orientação Vocacional, Comunicação, Semiótica e Linguagem, Psicologia do Consumidor. Atualmente cursa a formação em Terapia Cognitivo Comportamental no IPTC (Instituto Paranaense de Terapia Cognitiva).

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-55-0

